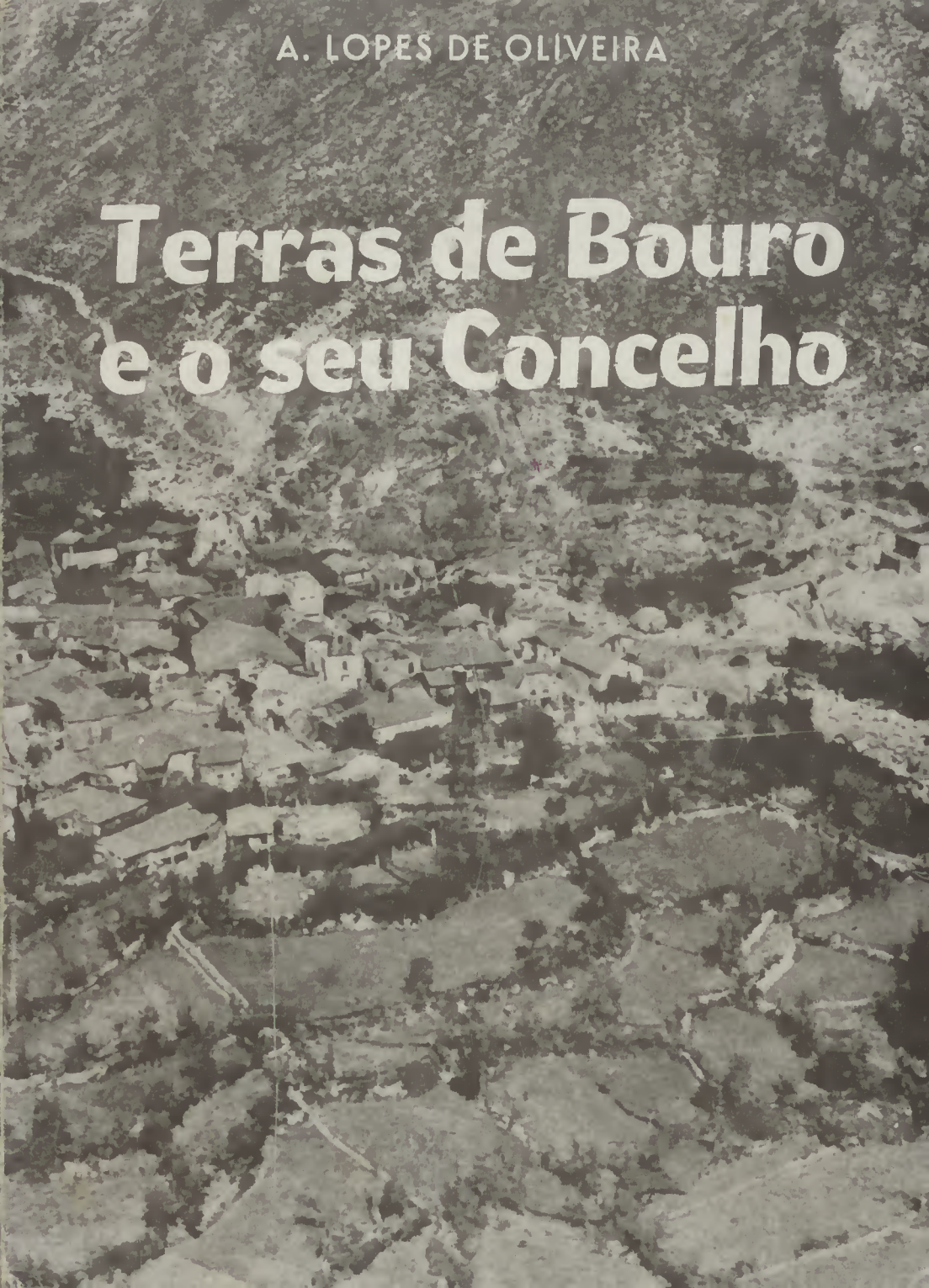


A. LOPES DE OLIVEIRA

# Terras de Bouro e o seu Concelho





Mais uma obra de estudo, de vulgarização e de valor etnográfico, a juntar a muitas outras, saídas da pena ilustre de A. Lopes de Oliveira — o Inventariador, e mais do que isso, o artista, da terra portuguesa.

As *Monografias* que Lopes de Oliveira nos tem oferecido abrem clareiras ao nosso espírito, e clamam, até, a nossa atenção para a história de povos desconhecidos ou mal revelados. E a sua incidência volve uma vez mais para os povos serranos que se perdem nas dobras das montanhas, escondidos e encarrapitados nas culminâncias da terra, isolados, entregues a si próprios, formando ainda, como antanho, comunidades independentes, olhando com firmeza mais o Céu e mais a Terra, a sua glória e a sua riqueza, com uma indiferença pelo Mundo que os rodela.

Coube hoje a vez ao povo terrasboureense, ostentando um passado glorioso e confiando num futuro promissor, que se lhe avizinha. Será como uma espécie de um filme colorido o qual perpassará gulosamente ante os nossos olhos.

Por certo, eis um livro edificante, bem sentido e bem vivido por quem afadigosamente o escreveu, um português de raça, e que parece ser o portador desse humos salutar a desprender-se da seiva da montanha. Um livro que nos dá em toda a sua plenitude um Povo, heróico e lutador, crente e bom, morador numa das mais belas alturas portuguesas — o Gerês.



NA CAPA E CONTRA CAPA

*Vista aérea de Vilarinho da Furna* (a aldeia condenada)

*Executadas*

na FOTOGRAVURA NACIONAL, de Lisboa.

*Caricatura*, do Autor, feita pelo Dr. José Craveiro, professor da Escola Comercial e Industrial de Guimarães e um dos Directores do Externato «Delfim Ferreira», de Riba d'Ave.

**TERRAS DE BOURO  
E O SEU CONCELHO**

## OBRAS DO AUTOR

- MISSÕES E MISSIONÁRIOS, com Prefácio de S. E. D. Teodósio Clemente de Gouveia, Cardeal-Presbítero Arcebispo de Lourenço Marques. (Lisboa, 1946, Ed. esg.).
- COMO TRABALHAM OS NOSSOS ESCRITORES, com Prefácio do Prof. Mário Gonçalves Viana. (Lisboa, 1950, Ed. esg.).
- SENTIDO FILOSÓFICO NA VIDA E OBRA DE DOMINGOS TARROSO. SERÁ ELE O PRECURSOR DO EXISTENCIALISMO? (Lisboa, 1960, Ed. esg.).
- A ARTE ORIENTAL E DE BIZÂNCIO, SUA INFLUÊNCIA NA PENÍNSULA IBÉRICA. (Braga, 1960, Ed. esg.).
- DICIONÁRIO MUNDIAL DE MULHERES NOTÁVEIS, de colaboração com o Prof. Mário Gonçalves Viana, (Porto, 1967).
- MIRANDA DO DOURO — O MENINO JESUS DA CARTOLINHA. (Lisboa, 1967, 2.ª Ed. 1971).
- ILHAS DE BRUMA — ROTEIRO AÇORIANO, com Prefácio do Prof. Vitorino Nemésio. (Braga, 1967, Ed. esg.).
- VIEIRA DO MINHO — A MONTANHA E A ÁGUA. (Braga, 1968).
- CASTRO LABOREIRO — O DRAMA DA TERRA. (Lisboa, 1968).
- ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA — EPOPEIA HUMANA. (Braga, 1969).
- JORNAIS E JORNALISTAS MADEIRENSES. (Braga, 1969).
- SOAJO — UMA ALDEIA DIFERENTE. «CABEÇA DE MONTARIA». (Viana do Castelo, 1970).
- PRIMEIRO JORNAL BRACARENSE — «O CIDADÃO PHILANTROPO» (Braga, 1971).

## EM PREPARAÇÃO

- MAXIMILIANO ALVES — O HOMEM E O ARTISTA;  
PLUMITIVOS BRACARENSES;  
COLÓQUIO COM A GALIZA — PAISAGENS E HOMENS QUE EU CONHECI;  
COLMEIAS DE ARTE — ENCONTRO COM AS ARTES PLÁSTICAS.

A. LOPES DE OLIVEIRA

TERRAS DE BOURO  
E O SEU CONCELHO

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO





## DEDICATÓRIA

*Aos moirejados povos deste concelho serrano de Terras de Bouro dedicamos este trabalho, que apesar de modesto, pretendemos seja espelho da sua alma.*

*Uma palavra ainda para os de Vilarinho, condenados a um funesto desaparecimento, mártires da evolução dos tempos, em prol de um mundo progressivo e por bem do desenrolar de uma vida portuguesa melhor.*

## RECONHECIMENTO

*Do Autor, às excelências das águas geresianas, por lhe terem sido elas a causa da restituição da saúde.*



«Penedos sobre penedos  
De que as serras ca são cheas,  
Vistas se vos fazem feas.  
Direis dos vinhos azedos  
O que já disse Cíneas  
A quem, nos convites dado  
A provar se lhe aprouvesse,  
Depois, nos olmos mostrado,  
*Nunca vi (disse) enforcado*  
*Quem a força assi merecesse.»*

SÁ DE MIRANDA (1495-1558), Edição da Prof.<sup>a</sup> Maria Carolina Michaëlis de Vasconcelos, (In «Poesias de Francisco Sá de Miranda» — 1885, «Carta a António. Pereira, Senhor de Basto, quando se partiu para a Corte», págs. 237 a 250).



## NOTA EXPLICATIVA

*Neste breve apontamento desejamos apenas elucidar o leitor acerca do propósito que nos levou à estruturação deste trabalho.*

*É difícil no caso deste Concelho de Terras de Bouro circunscrever num só capítulo toda a matéria versada nele. Cada uma das suas freguesias — ao todo dezassete — são diferenciadas umas das outras, já pela grande distância que as separa e as isola, já pela sua posição geográfica, nos pináculos da montanha. Porém, apesar desta circunstância bem pesada, esses povos, mesmo dentro da mesma freguesia, alguns deles desgarrados do núcleo central, têm pontos convergentes, determinados pelos mesmos acidentes geográficos como sejam os rios que os marginam, a montanha, a sua espinha dorsal, e por vezes, até, numa mesma comunhão de ideias, de costumes e de tradições.*

*Ao estabelecermos o rumo da estruturação das matérias, que julgamos ser as mais salientes e as mais características deste género especial de Concelho, pareceu-nos mais consentânea com a verdade dos factos, concentrá-las em três agrupamentos: Geografia, Factor Humano e Costumes e Tradições.*

*Em qualquer destes agrupamentos e sobretudo do último incluímos esta ou aquela nota que não foi possível separá-la do contexto geral, ao mesmo tempo que não achavamos bem fastidiosamente repetí-la.*

*Por isso, o leitor irá encontrar na leitura que fizer muitos dos costumes e das tradições, fora do seu lugar próprio, do grupo que lhe destinámos. Razão esta que julgamos dar como sinal explicativo aos nossos leitores, no começo deste trabalho.*



## BRASÃO E ARMAS DO CONCELHO

Segundo parecer emitido pela Comissão de Heráldica e de Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses e com aprovação de (28-X-1955) do Ministro do Interior, então Conselheiro Dr. Joaquim Trigo de Negreiros, em Portaria, publicada no «Diário do Governo», II Série, n.º 256, de 4-XI-1955, foi aprovada a seguinte constituição do brasão de armas, bandeira e selo de Terras de Bouro: **ARMAS:** de prata, com um monte de verde, rematado por um cabrito-montês, de sua cor. Coroa mural, de prata, de quatro torres. Listel branco e com os dizeres: «TERRAS DE BOURO», de negro. **BANDEIRA:** de verde. Cordões e borlas de verde e prata. Haste e lança de prata. **SELO:** circular tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres: «CAMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO».







CONCELHO  
DE  
TERRAS DE BOURO  
\*  
DISTRITO DE BRAGA

Escala 1/100.000

ESPAHHA



• Legenda •

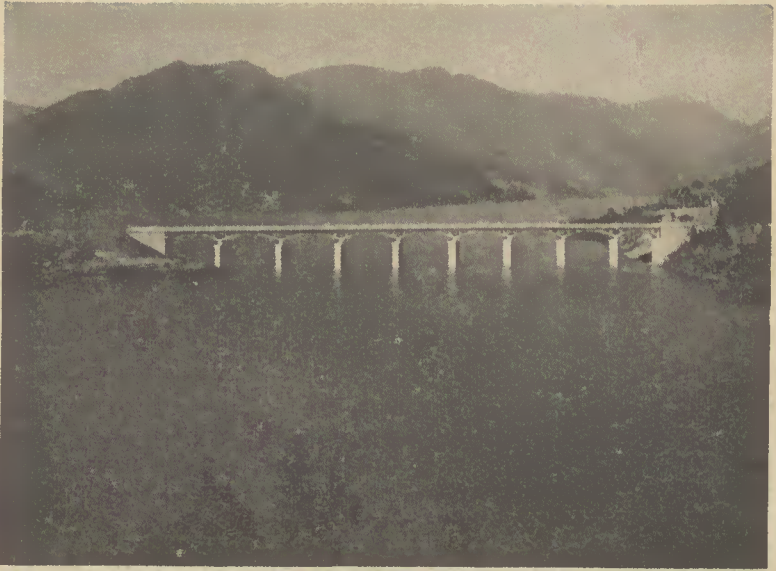
- +++++ limite de país
- " " distrito
- ..... " " concelho
- " " sede " " freguesia
- " " lugar
- == estrada nacional
- == p/construir
- == estrada municipal
- " " " "
- " " " "
- " " " "



## GEOGRAFIA

O alongado Concelho de **Terras de Bouro** estende-se a nossos olhos sob um mar imenso de montes e vales, enobrecido pelo cântico da água, que escorre dos píncaros, em catadupas, formando grossos caudais de um **Cávado**, de um **Homem**, de um **Gerês** ou de um **Rio Caldo**. A distância próxima (3 léguas) a **Portela do Homem**, marco histórico da vida portuguesa, que foi mensageira das nossas alegrias e das nossas tristezas, hoje nova porta que se abre ao fraterno entendimento, à profunda paz, a um convívio salutar de amizade e de progresso, entre as duas Pátrias desta Península Ibérica, Espanha-Portugal, e através deste sentimento aos outros Povos da Terra. Este Concelho serrano, plantado neste ajardinado canteiro do distrito bracarense, ocupa uma área de 265,24 Km<sup>2</sup>. Encontra-se a uma altitude média de 150 m., mas os seus altos picos atingem alturas que desafiam os próprios céus. É limitado ao N., pela Galiza, a NO., pelo Concelho de Ponte da Barca, a O., pelo Concelho de Vila Verde, a S., pelo Concelho de Amares, a SO., pelo Concelho de Vieira do Minho, e a E., pelo Concelho de Montalegre.

Julgado de Bouro, terra de «castros», de «cidades» e de «castelos», permeabilizada a diversas civilizações, desde a romana à céltica, desde os da Germânia a outros que ali fizeram vida, os povos que o compõem vivem, errantes, dispersos uns dos outros, numa vida distinta, apesar dos seus traços comuns. Hábitos e costumes próprios, envolvidos num regime comunalista tradicional, ainda perdurando em toda a sua vida aquele sentido medievalista, que o figurino moderno dos nossos dias não conseguiu ainda romper, filiando-se talvez naquela expressão refletida do historiador inglês Gilberto Chesterton (1874-1936) que considerou a Idade Média «a única época de progresso de





*Água e terra numa aguarela de grande mestre que se chama Natureza, a reclamar do homem capital — trabalho, de promoção turística. É a «albufeira da Caniçada», uma das chaves do desenvolvimento do turismo geresiano. Três aspectos que falam só por si desta expansão turística de Terras de Bouro*

toda a História». Acrisolado amor a Deus. Testemunho desta fé ardorosa e é ininterrupta série de Igrejas, Capelas, Cruzeiros, Alminhas e Nichos de Santidades, cumulando com o Santuário de São Bento da Porta Aberta, como se todo este conjunto fosse um Evangelho aberto, em todos estes aglomerados populacionais que formam o Concelho de Terras de Bouro. Como noutros tempos do Cristianismo, estes lumes da Fé, que cintilam florescentes pelas quebradas da serra, são pronúncios de congregação de esforços por uma paróquia fortalecida, por um viver salutar, por um fim de maior apego à terra. A paróquia é a primeira célula viva, formativa, de um povo, vindoura do Concelho, fortaleza e unidade de uma Nação.

A temperança do carácter dos terrasbourenses vem-lhes dos acidentados orográficos, dos isolamentos, impostos pela geografia de uma

sobrevivência cheia de espinhos, vida árdua e cansativa, que é necessário a todo o transe vencer.

Conformismo de uma condenação aceite de sorriso nos lábios? Talvez não! Talvez, antes, se sinta num homem feliz, realizado, corajado a enfrentar com altivez as vicissitudes, que noutros, certamente, seriam motivos para baqueamentos, derrotas. Assim, com as armas da dificuldade, naturais da sua presença no Mundo, o seu coração ardoroso e bom dá-se inteiramente e é capaz dos maiores cometimentos da heróicidade. Adoça-lhe ainda o seu carácter a beleza paisagística que o envolve, na riqueza de uma flora encantadora de espécies raras e, nesse brinquedo, que é a água que tanto dialoga com ele, enamorado dos primores do espirito. Rocha Peixoto (1868-1909) chamou-o «fundamentalmente são».

Terras de Bouro balança-se entre montanhas da serra geresiana (1) e a Amarela, emoldurada por outras serranias como a Cabreira, o Soajo, a Gavleira, e entre o Homem e o Cávado, dois rios, que se irmanizam e emprestam à ciclópica paisagem, um tal encantamento e grandeza que não estamos muito longe da verdade se dissermos que rivaliza com os lugares mais belos do Mundo. Nada lhes falta para mimosear ao descobridor da Natureza na procura de um eldorado de vida. Pureza de ares, horizontes rasgados, tranquilidade, paz, tudo ali encontra, aliado a um embevecimento contemplativo. Por isso, a Terras de Bouro estar-lhe-á reservado, aquele lugar a que tem jús nas nossas potencialidades turísticas, e ainda cabe uma palavra a dizer no aspecto valorativo da técnica, o aproveitamento hidro-eléctrico dos seus cursos de água, em indústria transformadora. A agricultura, o seu pão quotidiano, poderá deste modo beneficiar tornando-a mais progressiva e rentável, mesmo dando o sangue do seu próprio sangue, como aconteceu, há anos, com a amputação da varzea de Vilar da Veiga, e, presentemente, com a morte de Vilarinho da Furna, uma das mais típicas e tradicionais aldeias que eu jamais conheci.

O Concelho de Terras de Bouro marca, assim, um exemplo e uma dignidade de vida que é de toda a lei revelar neste tom inicial da sua Monografia. Servirá até, de exemplo, a tantos outros Concelhos que pululam de norte a sul no nosso querido Portugal.

---

(1) Estende-se na direcção NE-SO, desde a Fonte Fria, a 3 kms. no NO de Pitões, no concelho de Montalegre até Rio Caldo, um pouco ao S. das caldas termais do Gerês, num comprimento de 35 kms por 18 de largura.

## FREGUESIAS DO CONCELHO DE TERRAS DE BOURO

«Esta terra de Boyro» — um dos casos únicos registados na organização política e administrativa portuguesa — representa um imorredoiro passado que gostosamente desejamos assinalar, e que os homens de hoje, com força dos de outrora, preservam, robustecem e mantêm.

O pergaminho já amarelecido pelo tempo do «Cadastro» guardam-no, eles, ciosos de uma reliquia e que nos diz, nestes termos de velho ancião: «Esta terra de Boyro jaz entre o Homem e o rio Cávado; é terra sem vila nem castelo, e mui fraguosa de serras e montanhas e sem nenhuma povoação junta; e tem de termo ao longo do rio Cávado, com que parte (e) que vai antre esta terra a a ribeira e concelho de Soaz (referindo-se ao antigo concelho de Ribeira Soaz), três léguas; e daí pelo rio Caldo à Portela de Leonte uma légua, que é antre esta terra e Barroso e Galiza; e corre antre Galiza e Portugal té à Portela do Homem, três léguas de extremo com Galiza; e torneia pelo rio de Homem abaixo té o couto de Souto, que jaz dentro nesta terra; e da outra parte jaz Regalados e abaixo, o concelho de Antre Homem e Cávado».

Na alti-medieva compreendia o actual concelho com excepção das paróquias de Cibões e de Gondoriz, ambas fazendo, então, parte, do concelho de Regalados («Terra de Regalados»).

No tempo da romanização teria sido cabeça de circunscrição pela existência das «civitas, castros, citânias, cidadelhes», corroborada ainda pelas inscrições nos seus «marcos miliários» que nos dão indicativos preciosos de uma lembrança de um Tito, Adriano, Caracala, Maximino, Décio e Maxêncio, todos nomes de importantes imperadores da Roma antiga, além da «Geira» — a estrada revolucionária de, então, por onde passaram as legiões — que apesar dos séculos em que foi conjecturada, nos poderá servir de modelo (2).

Em 1220, ao estabelecer-se o risco das terras e saber-se dos direitos que assistiam aos Reis, **Bouro**, pela sua capital importância, afigurava-se, sem sombra de dúvida, como sede e capital de 70 freguesias, freguesias estas, formando pátrias de pequenas repúblicas independentes.

Por outro lado, pelas «Inquirições» de 1258, aponta-se a existência de um sítio, denominado de «Casal de Boyro», na actual freguesia de Balança, que deveria pertencer aos abades do Mosteiro de Bouro.

---

(2) «em todo elle se não acha nada de subida, ou decida, porque nas partes aonde as havia de haver, faz hum **gyro**, ou volta, com que sempre ha caminho cham, e plano.»

E também nos fala do «Judicatu de Boyro», desmembrando-se, então, em quatro julgados, a saber: «Entre Homem e Cávado», hoje concelho de Amares, e ainda o couto de Rendufe; o de «Regalados»; o de «Larim»; e o de «Vila Chã», formando o actual concelho de Vila Verde.

Foi nesta época que se iniciou o período dos donatários, senhores da terra, dadas (ou tiradas) pela coroa portuguesa, por relevantes serviços prestados a ela, ou, ao invés, por agravo ou lesa-pátria. Antes, em 1220, havia uma situação de favor ou livre das classes populares: «os reguengueiros ou colonos precários são raros, porque muito poucos os reguengos (simples), apenas alguns prédios dessa categoria em Chorense, Valdozende, Rio Caldo, Carvalheira e Covide (Freitas incluída), e quatro casais em Chamoim, os únicos casais reguengos da terra de Bouro. Em todas as de mais paróquias, não existia qualquer reguengo, organizado ou não em casal: era tudo de herdutores (cavaleiros, especialmente, e jugadeiros), com algumas possessões de fidalgos, igrejas, e mosteiros-aqueles fazendo foro à coroa, e os privilegiados quase que nunca» (3).

Nesta época ao julgado de Bouro pertenciam as seguintes dezoito freguesias e seus respectivos oragos: **Balança** (Volanci, S. João), **Campos**, S. João), **Carvalheira** (S. Paio), **Chamoim** (Sant'Iago), **Chorense**

---

(3) Por exemplo, em Infesta (paróquia de Carvalheira), cada família dava à coroa, anualmente, as seguintes «direituras» ou foros: na comemoração a Santo Estêvão, cinco bragais, cinco galinhas, vinte cabeças de alho, trinta cabeças de cebolas, trinta ovos, um «sesteiro» de centeio, (medida de Braga), um porco de um maravedi, uma «freama» apreçada em três varas de bragal e um maravedi de quitamento, além de cevar o porco que para isso lhe era entregue pelo rico-homem de Bouro, e ainda de dar seis puçais de vinho (medida de Braga), meio alqueire de manteiga e outro de mel. Para isto havia um mordomo próprio, como no-lo confirma: «e o maior domo que estes foros fezer não há-de maiordomar senom quanto pertence a Infesta, e leva estes devanditos foros em término de Boyro hu lhis mandar o senhor da Terra.» Igualmente se passava o mesmo com os mordomos de Carvalheira e de Covide «hão de secar todos os foros desta devandita colação (Carvalheira e Covide) e os vinhos das penhoras; e os corazis das vacas que matarem ou morrerem e dos corços e das cabras montezes; e dão-lhes as castanhas ou as landes destes devanditos, pelo exercicio do cargo.»

Com Chamoim também se passava o mesmo com os chamados «mordomos pequenos».

Ainda respeitante a Covide as «Inquirições» de 1220, dizem-nos: «desta colação dão cada ano a el-rei de fossadeira pelo S. Miguel, a saber, de um certo casal, um «bragal», e, por Maio, um bragal de ereita; de outro, três varas de bragal e, por Maio, quatro varas bragal de erecta.»





*Ponte em Vilarinho da Furna que as águas agora vão cobrir para originar a barragem de Vilarinho. Intenções do Município de Terras de Bouro de a levar para o Museu, a instituir em Campo*

(Florenti, Santa Marinha), Covide (Cubidi, Santa Marinha), Freitas (S. Silvestre, extinta e anexada a Covide), Moimenta (Santa Maria), Rio Caldo (S. João), S. Mateus (actual Ribeira), Souto (S. Salvador), Valdozende (Baldosendi, Santa Marinha), Vilar (Santa Marinha), Goães (Goyães, Sant'Iago), Mosteiro de Bouro (actual Bouro, Santa Maria), Santa Marta (actual Bouro), Seramil (Cenamir, S. Paio) e Vilela (Sant'Iago).

Gondoriz não pertencia ao «julgado de Boyro», nem tão pouco, a freguesia de S. Miguel de Paredes Secas («couto per padrões»). Os primeiros tinham à sua guarda a Porta Amarela.

Por Decreto datado de 14-VIII-1895 foi extinto o Concelho, e restaurado, pouco depois, em 13-I-1898.

Presentemente o Concelho de Terras de Bouro compõe-se de dezasete freguesias, a saber: Balança, Brufe, Campo, Carvalhoeira, Chamoim, Chorense, Cibões, Covide, Gondoriz, Moimenta, Monte, Ribeira, Rio Caldo, Souto, Valdosende, Vilar de Chamoim e Vilar da Veiga.

Cibões e Gondoriz, que foram do julgado de Bouro, em 1220, foram passadas para o de Regalados, e, depois, de novo, ficaram a pertencer

a Terras de Bouro. Porém, os lugares de **Cabenco**, **Cutelo**, **Lugarinhos** e **Gilbarbedo**, todos pertencentes a Cibões mais a freguesia de Brufe, formaram o pequeno concelho designado por «Vila Garcia», com sede, em **Gilbarbedo**, que pertenceu aos Abreus, tendo sido extinto em 1875 para fazer parte do de Regalados, e a partir de 18-III-1842, foi incorporado no de Terras de Bouro.

Num sucinto resumo passamos a dar um pequeno tópico de cada uma das freguesias acima mencionadas, pela mesma e respectiva ordem alfabética.

## BALANÇA

Distante apenas 3 Kms. da sede do Concelho, espreguiça-se nas abas do Monte de Santa Isabel, sob as vistas da Seixeira, de Cadeiras e de Palas, num desbobinamento de paisagens 'encantadoras, através do rio Homem, tendo como pano de fundo, Aboím da Nóbrega e Mixões da Serra que coroam Valdeu.

Fazem parte desta freguesia os seguintes lugares: **Agua-Levada**, **Assento**, **Barral**, **Carrazedo**, **Carril**, **Cerdeira**, **Chãos**, **Esposende**, **Levandeira**, **Moure**, **Pena**, **Quintães**, **São Pantaleão**, **Vau** e **Vila**.

O nome desta freguesia teria sua proveniência, possivelmente, no seu primeiro senhor, **Volantius**, romano, ou então, da **balança** que o orago da freguesia — **S. João Baptista** — sustenta numa das mãos. Deve ser uma das mais velhas freguesias do Concelho, pelos vestígios dos marcos miliários, padrões, caminhos denunciadores da passagem da «Geira» e casas velhas e de rústicas paredes.

Assinalemos algumas casas importantes: **Crastejo**, **Saraiva**, **Cruz** (hoje da **Pena**, solar do séc. XVII (1641) com uma capela anexada de **Nossa Senhora do Bom Pastor**, e **Azevedo**. Desta última casa saíram os seus donatários.

Foi abadia de apresentação do Arcebispo de Braga. A Matriz ostenta a data de 1751, e o **Cruzeiro**, que lhe está adjacente, é do ano 1743.

Na Matriz existe uma preciosidade rara, um livro «**Costumeiro de Usos e Direitos**», do qual fazem parte 17 capítulos, e nos dão conta dos chamados «**Homens da Fala**», os que eram considerados mais respeitados, e por isso, conselheiros do povo; outro livro, com iluminuras, Estatutos da Confraria de Capelas em **Outeiro**, **São Pantaleão** e **Santíssimo Sacramento**, ambas em honra de **S. Sebastião** engrandecidas com **Cruzeiros**, e a de **Nossa Senhora dos Milagres**, (1746). Nesta

última há antigos livros, de contas e de lançamento de ofertas de ouro e promessas a Nossa Senhora, um Breve de Pio IX, etc. Em virtude de ser muito irrigada de ribeiros e do próprio rio Homem, o terreno é bastante fértil, produzindo em quantidade e em qualidade milho, azeite, vinho e fruta. Registe-se o valioso pomar, propriedade do Dr. Américo Barbosa, professor liceal e presidente da Cooperativa dos Agricultores do Norte, em Braga, que all mantém lindos exemplares de maçã, pereira e noz. Um rumo talvez a ser seguido por outros agricultores deste rincão.

## BRUFE

Encontra-se a 12 Kms. da sede do Concelho, na vertente da serra Amarela (4) com a Carvalheira, na sua frente, e a montante com o desaparecido Vilarinho cerca da fronteira. Para lá dos montes que a cercam a Galiza. Em baixo, silenciosamente, corre o manso rio Homem, que lhe fica à sua direita. Por ela passam os rios Cabril (nasce na Portela dos Ruivos), Parada (nasce nos montes de Friura), Moura e o ribeiro de Brufe, separador dos dois lugares de que se compõe esta freguesia (**Brufe e Cortinhas**). Os dois primeiros confluindo no rio (nasce no Chão da Fonte) Espírito Santo, precipitando-se, depois, em estrondosa cascata (Poço da Moura). Entre os lugares de Ervedeira (Carvalheira) e Cabenco (Cibões) encontramos o Pontido ou Rio Seco, um ardil natural. A água some-se uns 600 metros, para reaparecer, de novo, continuando o seu rumo. Apenas quando há cheias a água cobre, então, as pedras do leito. Daqui parte a levada para o lugar de Infesta (Carvalheira) havendo lá, mais adiante, outro pontido menos comprido, que já tem originado desastres mortais. Por outra banda Brufe tem perto de si o Marco da Anta (Ponte da Barca). No fundo abismal de um despenhadeiro encontra-se uma ponte de pedra, a quebrar toda a

---

(4) A serra Amarela tem légua e meia de comprimento por uma légua de largo, principiando no Couto de Loureiros (Galiza) até ao fojo, alongando-se para a Portela do Homem e para a Ribeira de Soaz, através do monte Salgueiros, enquanto outro monte, o Baqueiró dos Fintos, atinge Vilarinho, e ainda outro monte, Couto de Mouro, alcança Cutelo (Cibões). O fojo foi feito para a caçada ao lobo, caçada esta que se realizava todos os sábados com a participação dos povos de Brufe, Cibões, Ermida, Germil, Lindoso, Loure e Vilarinho. E também aqui que há restos de fortificações para a defesa, outrora, do nosso território. No alto desta serra Amarela existe o Canal TV 2, chamado «Posto Emissor do Couto do Muro».

rusticidade local. Os panoramas que se desfrutam de Brufe são extraordinários, vendo-se em toda a sua beleza, o vale ubérrimo que se estende à Ponte do Bico, e por vezes, quando o tempo está límpido, avistamos o mar. Os caminhos vão sendo melhores agora contrastando com aqueles nos quais as pessoas tinham se deslocar às cavalitas, ou então, em dorsos de animais. O vinho e o azeite eram conduzidos em odres curtidos de peles de gado, sobretudo de cabras.

A origem do seu nome parece vir do topónimo **Berulfi** (genitivo germânico) que significa lobo.

Foram seus donatários os **Abreus** (Gonçalo Mz. de Abreu, normando, descendente dos reis de França e que veio para Portugal com o Conde D. Henrique). Ficou conhecido, depois, pelos Abreus da Grade, por D. Gonçalo ter participado no torneio de Val-de-Vez, na Veiga da Matança e preparado o estratagema de cobrir com **grades** o fosso onde caíram os inimigos. Ficaram a ser designados pelos Senhores da Torre e Casa dos Abreus da Grade. Esta nobre família entroncou-se com outras das mais importantes do reino de Portugal e de Castela, aparecendo outros nomes, como os Barreiros e os Barros, ligados aos escritores Gaspar de Barreiros e João de Barros, este o autor das «Décadas da Asia». A heroína de Monção, Deu-la-Deu Martins, era esposa de D. Vasco Gomes de Abreu, Governador daquela Praça Militar, e parente muito chegado da rainha D. Leonor.

Os Abreus tiveram assento e torre em Gilbarbedo que era sede do pequeno concelho de Vila Garcia, do termo do Pico dos Regalados e da comarca de Viana do Castelo. Em 1706 pertenceram-lhe as freguesias do **Espírito Santo de Vila Garcia** (Brufe) anexa à de **Carvalheira, Santa Maria de Mós, S. Mamede de Gondiaes, S. Cláudio de Geme, São Tomé de Lanhas, Cotel, Cabenco, Logarinhos e Gilbarbedo**. Tinha juiz ordinário e Câmara, em 1835, e deslocava-se lá, o escrivão António Afonso, do Pico dos Regalados que era natural de Brufe, e mal sabia escrever.

Foi extinto este concelho em 1835 passando para o Concelho e Comarca do Pico dos Regalados, e por Decreto de 28-XII-1840, e por outro, de 18-III-1842 (Divisão Administrativa), foi transferido para o Concelho e Julgado de Terras de Bouro, e Comarca do Pico dos Regalados (5).

---

(5) Em 24-X-1855 transitou para a Comarca de Vila Verde e para o Concelho de Terras de Bouro, após a extinção do de Regalados, e pela extinção do Concelho de Terras de Bouro (1895), foi anexada ao de Vila Verde, regressando ao de Terras de Bouro, quando este se restaurou (1898).



*Edifício dos Paços do Concelho onde se encontram instalados os serviços camarários, e salão nobre, a repartição de Finanças e a Tesouraria. Ao lado a igreja de S. Brás que faz agora de Matriz*

Foi vigairaria da apresentação do abade de Carvalheira. O seu orago é o **Divino Espírito Santo**. Anteriormente era **S. Silvestre**. A meio dos dois lugares encontra-se a Matriz reconstruída (1881-1882) pelo Padre António José Francisco, considerado como um dos melhores caçadores do Concelho.

Não davam homens para o serviço militar, mas eram obrigados a defender a fronteira, «...et guardam a Amarela», conforme as «Inquirições» de 1258.

Terra bastante fértil, de boa água e de bons ares, com abundância de cereais, de mel e de bons rebanhos, Moinhos disseminados junto aos rios e ribeiros emprestam-lhes ambiente romântico, e ao mesmo tempo, de bem-estar.

Ultimamente as casas já se apresentam sem o colmo de outrora e os seus monumentos são os canastros com a cruz de Cristo nos topos, podendo-se ainda ver, na Carregadela, sepulturas dos tempos dos celtas

com restos de padrões romanos. Um relógio de Sol em cada um dos lugares indica a noção do existente tempo. Uma ponte faz o traço de união, através da Carvalheira, com a sede do Concelho. A sua aspiração está, pois, na construção de uma estrada por Gondoriz, para que o seu isolamento, tão comparado ao do Monte de Santa Isabel, não seja de ora avante, tão sentido como até agora. E isto faz-se sentir mais quando das grandes nevasdas em que Brufe fica completamente bloqueada.

## CAMPO

Também conhecida por **Assento e Campo do Gerês** ou por **S. João do Campo**, proveniente da origem da palavra latina, **acampamento**. É considerada a mais antiga das terras circunvizinhas. Encontra-se a 15 Kms. da sede do Concelho. Constituída por dois lugares, o de **Campo** e o de **Vilarinho da Furna**, este último irá em breve desaparecer para dar lugar a mais uma barragem hidro-eléctrica. Os dois lugares situam-se muito distantes um do outro.

O Campo fica numa apreciável altitude, vasto plaino e circundado pelos montes geresianos. A nascente a povoação mais próxima, Parada, na região de Barroso, fica-lhe muito longe, mais de seis léguas, atravessando uma série de chãs (Leonte, Longa, Fonte e Linhares) e ainda Lamas de São Tomé. Entretanto podemos lobrigar de lá os mais bonitos panoramas. Entre penedos onde nascem abundantes fontes de água, originando rios, ribeiros, como o de Lamas de Homem. Região propícia para apascentação dos gados, em «vezeiras», com cabanas típicas dos pastores, foi também um ponto excelente de estratégia militar, transformado em milícia romana e em praça de armas.

É seu orago **S. João Baptista**. Foi abadia do padroado e fora também dos Templários. Na véspera e dia de festa a S. Bartolomeu organizava-se uma procissão na qual participava todo o Concelho com todas as autoridades. Nessa procissão compareciam todas as cruzes das freguesias do Concelho, e seguiam, depois, para a ermida do Bom Jesus, em Vilarinho, regressando, em seguida, ao Campo.

A Matriz fica no centro do lugar do Campo, ficando-lhe junta a «Quinta do Abade», ostentando no portão um brasão de armas arqui-episcopais rematado por chapéu cardinalício.

Por todo o lugar podemos admirar padrões e Marcos Milários, Cruzeiro, considerado monumento nacional, habitações rústicas, etc. À esquerda do Cruzeiro figurará um grupo típico de construções de Vilarinho que servirá para sede de um museu que ali vai ser instalado

pelo Município. Houve pontes romanas (S. Miguel, Albergaria, Monção e Arco) que foram destruídas como noutra lugar informámos. Outros motivos dignos de nosso apontamento são os característicos espigueiros. Terra bastante fértil em cereais, fruta e mel. Flora e fauna riquíssimas.

Algumas plantas têm aproveitamento medicinal.

O outro lugar, Vilarinho da Furna, era uma povoação bastante típica, que dela se ocupou o Prof. Jorge Dias, com a sua curiosa obra «Vilarinho da Furna — Uma Aldeia Comunitária» (1948), e o Desembargador Dr. Francisco José Veloso, «Baldios, Maninhos e a Exploração Silvo-Pastoril em Comum-Estado Económico, Histórico e Jurídico», (Braga, 1953).

Ficava numa veiga na raia seca. Era chamado o «celeiro do Gerês».

Povo todo entregue ao pastoreio (bons rebanhos) e ao amanho da terra.

Eram curiosos os seus espigueiros de pedra, um dos quais tinha a data de 1720, considerado como um dos mais belos espécimes que existiam nestas redondezas.

O povo tinha duas ermidas, a do Bom Jesus e a de Nossa Senhora das Mercês. Era típica uma festa que organizavam os seus moradores chamada dos Lombados, por ser no meio de um bosque frondoso onde avultavam castanheiros seculares,

A festa era em honra de S. Miguel, imagem que era muito venerada.

A povoação tinha algumas boas casas com seus arruamentos. Havia também a chamada «Casa da Neve», mandada construir pelo Arcebispo Matos de Noronha que foi acabada no tempo do seu sucessor D. Luís de Sousa.

Havia também uma ponte histórica. Era banhada pelo ribeiro da Chã da Fonte, que ali tomava o nome de Furnas.

A freguesia de Campo pertenceu à Comarca de Viana e depois à do Pico dos Regalados, anexada ao Concelho de Amares, pela supressão do de Terras de Bouro, em 14-VIII-1895, voltando a este após ter sido restaurado, em 13-I-1898.

## **CARVALHEIRA**

Paraíso deslumbrante de verdes e de castanhos, de salgueiros e de carvalhos, que guarnecem toda a encosta em que a freguesia se estadeia, à margem esquerda do Homem, e à direita do seu afluente Rodas. Esta é a nossa primeira imagem de Carvalheira.

Dista da sede do Concelho 11,5 Kms. É limitada no extremo pelo Homem e pelo Rodas. Tem duas pontes, uma de um arco, assente em dois potentes rochedos, outra, a sul, em Cabaninhas, com a data de 1745, no mesmo local onde existiu uma de construção romana.

O seu nome vem de **quercus**, palavra latina, que significa **Carvalho**. Segundo João de Barros, em «Antiguidades de Entre Douro e Minho», parece ter a sua origem na existência de uma cidade romana **Aquaequerquanae**. Os **querquenos** seriam os brácaros ou lusitanos, que se fixaram nos montes geresianos.

É orago **São Paio**. Foi abadia de apresentação da Mitra Bracarense. A sua Matriz situa-se num planalto, com a capela-mor azulejada, revestida de boas pinturas. No seu recheio damos conta da existência de 2 maços de «Capítulos de Visitas». O primeiro com as datas 1662-1756, o segundo iniciado em 1759, contando nele um autógrafo do sábio Padre Martins Capela. Esta igreja dá para uma avenida que se dirige ao cemitério, construída em 1949, e também para o Calvário. Além da Matriz existem diversas capelas: a São Caetano, (1590) duas outras, nas casas de António Dias (de boa arquitectura, e da família Arrais, todas situadas no lugar de Paredes); a São Pedro, no lugar de Cabaninhas; a São Sebastião, no lugar de Infesta e a Santa Bárbara, no lugar de Ervedeiros. No Alto das Mós ergue-se o monumento ao Coração de Jesus (1911-1912). É propósito do referido Pároco e paroquianos promoverem a realização de um Santuário neste Alto das Mós. Nesse sentido solicitou audiência especial que lhe foi concedida por Sua Santidade Paulo VI para que fosse benzida uma imagem de N.ª S.ª de **Fátima** (12-V-1971) que depois foi trazida para o nosso País, tendo percorrido as mais significativas paragens de fervor mariánicas até ao seu destino, a Carvalheira. Pelo trajecto efectivaram-se diversas cerimónias religiosas tendo sido celebrada missa campal em Balança, procissão organizada pelos operários da barragem de Vilarinho da Furna e, finalmente, deu entrada na igreja da Carvalheira onde provisoriamente fica. O Pároco, Manuel Ribeiro Alves, celebrou, então, a Santa Missa, a que assistiu o Sr. Arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva que por último exortou os fiéis a prosseguirem na sua idealização a pôrem de pé o seu **Santuário**.

É fértil em produtos da terra. A sua maior riqueza incide sobretudo em cereais, castanha e madeira. No sítio do Gradouro (Cabaninhas) existe a nascente medicinal designada por «Água do Fastio». Tem minas de volfrâmio.

Pertenceu à Comarca de Viana passando para a do Pico dos Regalados, transitando, por sua vez, em 31-X-1855, para a de Vila Verde.

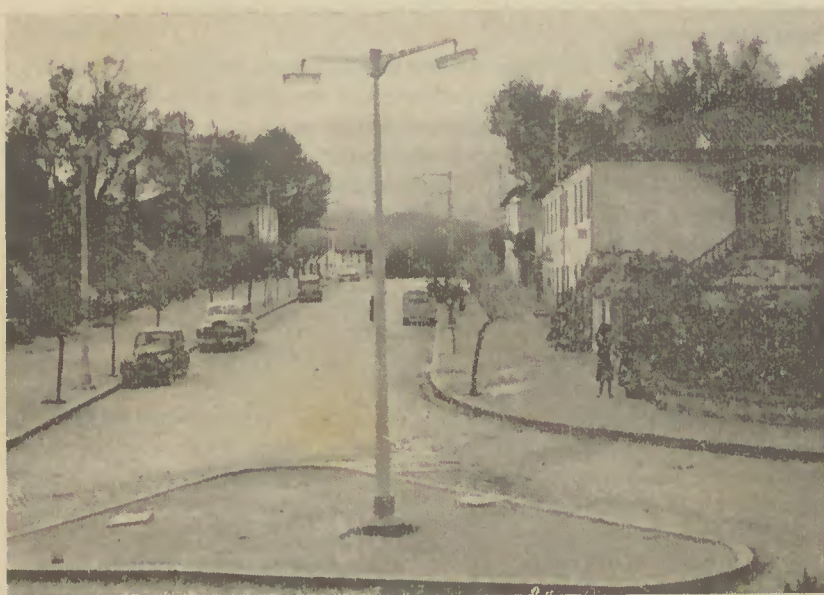


Desde tempos remotos que pertenceu ao Concelho e Julgado de Terras de Bouro, tendo sido anexada ao Concelho de Amares, no periodo compreendido entre 14-VIII-1895 a 13-I-1898, pela extinção, do de Terras de Bouro, reintrando de novo neste último Concelho, a partir daquela última data mencionada.

Fazem parte desta freguesia os seguintes lugares: **Assento, Cabaninhas, Ervedeiros, Infesta, Paredes e Quintã.**

## CHAMOIM

Em toda a vertente que vai do fundo dá ribeira do Homem até às penedias dos chamados «Castelos de Covide» e à serra do Monte, por essa zona toda se fixam os povos de Chamoim, à distância de, aproximadamente, 6 Kms. da sede do Concelho.



*Covas e a sua avenida principal em vias de ser transformada, prevista no plano de urbanização, em estudo. E neste local que se estende o mercado das segundas-feiras, muito concorrido no distrito bracarense*

O seu nome virá da palavra latina «Flamulini», de algum senhor romano que a tivesse fundado. Bastante antiga permanece nela vestígios dessa ancestralidade, através da «Geira» e dos «Marcos Millários». Como ponto de rumo era costume para designar outra qualquer localidade, antepondo a palavra de ordem, Chamoim (Vilar de Chamoim, Covas de Chamoim, etc.).

Já foi sede do Concelho, no lugar de Sequeirós, antes da sua passagem para Covas. É constituída a freguesia pelos seguintes lugares: **Felgueira, Lagoa, Padrós, Pergoim, Santa Comba e Sequeirós.**

É limitada, a poente, pelo rio Homem e o ribeiro Rodas e da sua junção o povo chamou rio Pequeno, zona excelente para pescar. Na parte superior da vertente passa a estrada que liga Vilar a Covide. Impressionante paisagem que de lá se desfruta. Mais acima existem dois morros formados por blocos de penedos, assemelhando-se um a uma cabeça, **Cruzeiro**, de pedra, da antiga igreja paroquial, e o outro, o **Crastro** (a **Perra Moura**) que a lenda diz ter ali sido enterrados tesouros de mouros e, outros, afirmam haver vestígios da casa de um frade penitente.

É seu orago o **Apóstolo Sant'Iago**, e abadia de apresentação do Papa e Mitra Bracarense, aproveitando-se do foral passado a Bouro, em 20-X-1514. A Matriz aninha-se entre o casario e a paisagem alpestre. No largo fronteiro salientam-se as Cruzes da Via Sacra e o Cruzeiro feito de um antigo marco milário. No seu arquivo existem diversos livros antigos, de testamentos, de notícias da Irmandade de N. Senhora da Lapa, já extinta, além de outros documentos de valla. Espalham-se em diversos lugares capelas e, é interessante, registar o movimento actual de clero natural desta freguesia, ao todo vinte e um sacerdotes. Das capelas damos conta das seguintes: a N. Senhora da Concelção, a N. Senhora da Saúde e a N. Senhora dos Desamparados, a primeira muito velha, no lugar de Sequeirós; a São Bartolomeu, no lugar de Pergoim; a São Lourenço, no lugar de Padrós; a Santa Comba, no lugar do mesmo nome; a Santa Luzia, no lugar de Felgueira, todas elas bastante antigas, anteriores a 1708, segundo podemos ler nos «Capítulos».

Foi pároco da Matriz Mons. Paulo Antunes, e presentemente o Padre Adelino Afonso Salgado, Arcipreste de Terras de Bouro (6).

Bastante fértil, as suas produções, dividem-se por dois polos: da

---

(6) Muito agradecemos a sua colaboração no informe de alguns dados relativos a Chamoim e, bem assim, de outros, de ordem geral, que muito engrandeceram esta Monografia.

parte junto ao rio, há laranjais, pomares, vinha, oliveiras; da parte de cima, destinada aos pastorelos de gado bovino, cavalari, suino e ovino. Aproveitamento dos ribeiros para moinhos, os mais importantes, em Padreiro, na Barranha, os do Rodas e os de Padrós. Trabalhos em teares para confecção de cobertas, cobertores, aventais, lençóis de linho, etc. Nascentes de águas medicinais, e paisagens deslumbrantes, como aquela quando se sobe para Covide — um dos sítios mais arrebatadores em beleza da serra geresiana. Há uma estrada em projecto, parte dela já cortada em Santa Comba, que terá continuação pela parte norte desta freguesia e de outras, Vilar, Chorensê e Souto, ligando assim o Concelho ao de Amares e Braga, o que vai beneficiar muito as comunicações rápidas com o distrito.

Se bem que tivesse pertencido ao Concelho de Terras de Bouro, foi da Comarca de Viana do Castelo, passando depois para a de Fico dos Regalados, tendo transitado para a de Vila Verde, em 24-X-1855, e anexada ao Concelho de Amares (14-VIII-1895 a 13-1-1898) quando foi extinto o de Terras de Bouro, tornando após esta última data a pertencer-lhe.

## CHORENSE

É um simpático povo que mora, lá arriba, nas dobras dos montes a caminho da Seixeira, à mão de semear, da sede do Concelho, apenas a 2,7 Kms. Notam-se, por aqui e por além, vestígios da sua antiguidade, emparceirando-se com os do Campo. Na encosta norte, passa a célebre «Geira» com os seus muitos «Marcos Miliários». Destes poderemos registar os que se referem à memória do Imperador César Marco Aurélio, a Caio Calpetano e Valério Festo. Pelo menos existem seis padrões que assinalam bem a via que ligava Braga a Astorga, marcando num deles a distância de 18 milhas à cidade de Braga. Outros já carcomidos pelo tempo e pela incúria dos homens. Saim, o lugar onde outrora fora a florescente cidade **Saliniana**, além de diversos marcos miliários dá o tom da sua proveniência, anterior ao estabelecimento dos lusitanos. Chorensê deriva da palavra latina **Florentii**.

Encontra-se à mesma altura de Balança. Dois ribeiros que se firmam na encosta sobranceira vêm-lhe dar fertilidade aos seus terrenos. Chorensê é bem um grande miradoiro, entre esguios e admiráveis ciprestes, onde se descortinam panoramas encantadores para o vale do Homem, o qual está à sua esquerda, marginando-a e embelezando-a, num quadro que nunca mais poderemos olvidar.

A freguesia tem os seguintes lugares: **Aldeia, Assento, Barrio, Casal, Devesa, Emaús, Fojo, Ladário, Lagedos, Quintela, Real, Saim, Surribas e Vessada.**

Seu orago é **Santa Marinha**. Foi abadia de apresentação do padroado real. A Matriz é das melhores de todo o Concelho, e por isso mesmo, dedicamos estudo mais aturado. Na portada principal uma data: **1770**. A ladear todo o templo uma série de cruzeiros, a Via-Sacra. Também não menos admirativo o escadório, enquadado no estilo da construção — e a torre cimeira. Junto dele está o campo santo, construído em 1930.

Dentro do templo o nosso ar de espanto quanto ao **estilo de renascença pura**, talha em ouro, do altar-mor e dos quatro altares laterais, bem assim como de figuras representativas de santos e do sacramento que os guarnecem. Também reparámos no tecto com pinturas e o soalho de tipo «cacheton» onde foram respeitadas os primitivos enterramentos, que antigamente se realizavam nos próprios templos. Há, em tudo, um acentuado sentido artístico, que o seu zeloso pároco, Aurélio de Sousa Ferreira, imprimiu nas obras de restauro, iniciadas em Setembro de 1968, e, há pouco concluídas, produto do seu ardor, do seu denodado trabalho em colaboração íntima com todo o povo daquela benquista freguesia. Muitas dedicações, sem dúvida, de toda aquela boa gente serrana, num total de dádivas que sobrelevam os 250 contos. Mas o que tem mais significado para nós é o que cada uma delas representa e envolve no todo de um povo, que unido, muito pode em favor de uma causa, da causa da Igreja. Outro facto não menos curioso que gostamos de sublinhar aqui é o de salientar um nome, o de Adelino Alves Cracel, que lá longe, no imenso Brasil — nosso querido irmão — onde vive há mais de 40 anos, jamais esqueceu o seu torrão natal, que o lembra, sempre, através de todos os seus actos e que neste templo tem marcado a sua boa presença, arrastando com ele outros nomes de chorenenses, que labutam e vivem também como ele naquelas terras do outro lado do Atlântico.

E outra surpresa nos estava reservada ainda com o que encontramos na sacristia: um pequeno mas significativo **Museu**, de arte sacra, proveniente de recolhidas pelas casas dos paroquianos desta freguesia, além do que foi possível encontrar e coleccionar, daquilo que existia nas cinco capelas desta freguesia, revelando-se, assim, desta maneira, a cultura artística do Padre Sousa Ferreira, aliada à da preocupação da unidade da fé.

Das suas Confrarias a mais antiga é a das **Santas Chagas**, seguindo-se outras, a de N. Senhora do Rosário, a de Santo António e a do Santíssimo Sacramento.



*Uma panorâmica geral da sede do Concelho, no lugar de Covas, que será no futuro completamente beneficiada pela introdução de diversos perfis de modernidade*

Das suas capelas salientam-se as de em honra de Santa Apolónia, no lugar de Salm; a N. Senhora da Nazaré, na vertente situada em frente da Matriz; a São Sebastião da Geira, no monte um pouco abaixo da Seixeira; a N. Senhora da Saúde, no interior do solar da Casa do Bárrio que também lhe pertence a que está no lugar de Emaús, que se encontrava em ruínas; a S. Cosme, no lugar da Devesa.

Das casas mais importantes, além das que mencionei acima, existe mais a de Penela.

Bons produtos da terra, boa caça e pesca.

Aproveitou-se do foral passado a Bouro (20-X-1514), pertenceu à Comarca de Viana do Castelo e ao Concelho de Santa Maria de Bouro, passando depois à Comarca do Pico de Regalados, transitando para a de Vila Verde em 24-X-1855, passando por sua vez a fazer parte do Concelho e Julgado de Terras de Bouro, anexada ao Concelho

de Amares (14-VIII-1895 a 13-I-1898) quando da supressão do de Terras de Bouro, voltando a este quando se restaurou (7).

## CIBÕES

Situada na margem direita do Homem, em vertente bastante acidentada, Cibões, fica afastada 8 Kms. da sede do Concelho. Entretanto vários ribeiros que a percorrem acionam moinhos e azenhas, que lhe emprestam além de riqueza, um quadro precioso de grandeza paisagística. Cibões tem na serra Amarela o seu denominador comum. É fronteira de Carvalheira e Chamoim.

Parece que o seu nome vem da palavra latina (genitivo possessivo) **Cipionis**, ou ainda **Simeois** e **Simionis** (estas últimas) levando em conta como estão escritas nas «Inquirições» de 1258.

A freguesia tem os seguintes lugares: **Cotelo**, **Cabenco**, **Gilbarbedo**, **Igreja**, também conhecido por **Assento**, **Lugarinhos**, da junção dos núcleos de **Figueiredo**, **Lama** e **Levada**, e **Vergaço**.

Gilbarbedo foi a sede do antigo minúsculo Concelho de Vila Garcia, já extinto, nome que teria a sua proveniência ou do nome do seu senhor, fundador da localidade, ou de um arbusto denominado **gilbardeira** ou **gilbarda**, arbusto espinhoso que se encontra naquelas paragens, e serve de vassoura na limpeza de chaminés dos seus moradores, por altura da Páscoa. Dos vestígios do passado avultam, entre outros, os da cadeia servindo, hoje, para palheiro da população.

O seu orago é **São Mamede**. Foi abadia de apresentação do Padroado Real. A Matriz encontra-se no lugar de Assento e é antiga, vendo-se na padieira o ano de 1728. A capela-mor é azulejada e, bem assim, como em grande parte do templo. Do seu espólio há que registar a existência de um ostensório e de uma cruz paroquial, ambas de prata (1943), os Estatutos da Confraria de N. Senhora do Rosário, datados de 1759, e ainda um manuscrito, recheado de iluminuras, que são os Estatutos da Irmandade de Santo António das Almas (1742). Mantém apenas a -Confraria do Santíssimo Sacramento.

Tem diversas capelas: a São Domingos, no lugar de Cotelo; a Sant'Iago, no lugar de Lugarinhos; a N. Senhora do Amparo, no lugar de Cabenco; a São Tomé, no lugar de Gilbarbedo e a Santa Maria Madalena, no lugar de Vergaço.

---

(7) Registe-se a obra do Desembargador Dr. Francisco José Veloso, intitulada «Um Auto de Conciliação da «Comunidade» Silvo-Pastoril de Chorense» (Separata da **Rev. de Etnografia - Arquivos Alberto Sampaio**, Portø, n.º 13, Vol. VII, Tomo I, Junho de 1966).

Pertenceu à Comarca do Pico dos Regalados até 24-X-1855, passando para a de Vila Verde depois desta data, fazendo então já parte do Julgado e Concelho de Terras de Bouro, anexada ao Concelho de Amares quando da supressão daquele (14-VIII-1895 a 13-I-1898) e regressando, de novo, ao primitivo Concelho, após ter sido restaurado.

Mais fértil do que Brufe. São famosos os seus nabos e saborosos os barbos e as trutas que ali se pescam.

## COVIDE

A 9,4 Kms. da sede do Concelho, Covide que parece ser originária da palavra latina *cubiti*, que se traduz, em português, por *dormida*, é uma localidade apazível, onde o entrelaçamento do antigo e do moderno se notam sem que haja nisso qualquer pomo de discórdia.

Situada em plena campina, descortina-se de lá toda a plenitude da ribeira do Homem, e, depois, até mais longe, o próprio mar, em dias desanuviados, luminosos, apesar de estar distanciado dele dez léguas. Uma ponte na Porta Santa divide-a da Carvalheira, enquanto o ribeiro de Rodas a banha, e igualmente o Freitas, corre lesto a engrossar o rio Caldo. Daqui saem algumas levadas para a fertilização dos seus campos.

Povoação bastante antiga, pela existência da *Calcedónia* <sup>(8)</sup>, segundo opinião de muitos historiadores. O que é certo, continuam a registar-se achados da permanência romana através da «Geira» e dos seus «Marcos Miliários». Há ainda ruínas que nos dão indicativos dos lusitanos possuírem ali uma *atalala*, como ponto estratégico militar.

A freguesia compõe-se dos seguintes lugares: **Freitas, Igreja, Sá, Sesta e Várzeas.**

O seu orago é *Santa Marinha*. Foi vigairaria da apresentação do abade de Carvalheira, tornando-se, mais tarde, independente. A Matriz encontra-se fora do centro da povoação, em Veiga de Cima, construída num estilo românico. O seu livro de «Usos e Costumes» tem a data de 1744. Há, também, diversas capelas: a Santa Eufêmia <sup>(9)</sup>, no final da estrada que vem de S. Bento da Porta Aberta, ressaltando-nos um altar da Renascença, bastante valioso, havendo perto desta o «Penedo

---

<sup>(8)</sup> Prof. Mendes Correia, «A Lenda e as Ruínas de Calcedónia na Serra do Gerês», (Braga, 1946). Também inserta na revista «Mínia», Ano I, fasc. III-IV, 1946.

<sup>(9)</sup> António Sousa e Silva, «Santa Eufêmia», Monografia.

da Santa», encimado por uma cruz, o qual recebeu a visita do Arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles, que não só beijou a pedra, mas também a escalou descalço; a São Silvestre, no lugar de Freitas; a N. Senhora dos Remédios, na chamada «Casa da Venda», casa esta frequentada pelos viandantes que se dirigiam para a Galiza; a N. Senhora da Boa-Morte, da «Casa do Passadiço», figurando na portada o brasão clerical, «escudo oval encimado por barrete eclesiástico do qual cal por cada um dos lados uma fita, a meio do campo uma cruz, entre o lírio e o breviário»; do Calvário, na Portela da Abelheira, com imagens do Senhor dos Desemparedados e de N. Senhora das Angústias (1887), mandadas executar pelos daquíl naturais, residentes no Rio de Janeiro. Tanto no lugar de Sá como no da Igreja existem Cruzeiros, o primeiro dos quais tem a data de 1736.

Além da «Casa do Povo» tem um posto do Registo Civil. A sua principal riqueza é a pecuária, mantendo grandes rebanhos em «vezeira». Fabrica queijo e manteiga. Larga abundância em castanha, landes (para engorda de suínos), mel. Fértil vegetação de mistura com pene-dias arrepiantes das quais se salientam os chamados «Castelos de Covide». Caça grossa em quantidade apreciável.

Pertenceu à Comarca de Viana do Castelo, depois à do Pico dos Regalados, e após a extinção desta, à de Vila Verde, a partir de 24-X-1855. Sempre pertenceu ao Julgado e Concelho de Terras de Bouro, apenas ao de Amares, por supressão daquele, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898. Beneficiou do foral que foi dado a Bouro em 20-X-1514.

## GONDORIZ

Com Brufe e Cibões, Gondoriz fecha a trilogia que formou o minúsculo Concelho de Vila Garcia, há muito extinto, e que de facto, pelas suas características, tanto se diferenciam de todas as outras freguesias que fazem parte integrante deste Concelho de Terras de Bouro.

Gondoriz tem os lugares muito distantes uns dos outros: **Antas, Baceira, Bouças, Bostelo, Cabaninhas, Chão dos Canastros, Gardenha**, também chamado **Assento, Igreja e Refonteira**.

As «Inquirições», de 1258, apontam esta série de casais e propriedades que deram depois os lugares de agora: **Abeleira, Agia, Agros, Alvar, Covelo, Crastos, Dornas, Espinheiro, Figueiras, Fravega, Mercoy, Palatio, Peretroo, Portela de Poeirais, Refonteira, Soutinho, Souto, Sovereira de Anta, Sovereiro, Togiosa e Vilar de Pura**.



Teria sido derivada da palavra visigótica **Gundericus**, do seu genitivo, possivelmente de algum importante do povo godo que ali fora seu chefe, antes da romanização.

Foram seus primeiros donatários os Coelhos, mais tarde D. Dinis doou aos Abreus, de Regalados, segundo o foral que aquele monarca assinara.

Dista 5 Kms. da sede do Concelho.

O seu orago é **São Mamede** e foi vigairaria de apresentação do reitor de Valdeu, no antigo Concelho do Pico dos Regalados, passando depois a reitoria independente.

A Matriz tem o altar-mor com reminiscências de estilo da Renascença e há nela uma capela consagrada a N. Senhora dos Remédios, reedificada (1887) por João Inácio Rodrigues Soares. No seu espólio há uma Cruz Paroquial, Ostensório e Turíbulo de prata.

Tem diversas capelas: a São João Baptista, no lugar da Refonteira; a Santo Amaro, no lugar de Bostelo (a sua festa é a primeira



*Vilar da Veiga anterior ao novo perfil motivado pela barragem da Caniçada. Repare-se na linha longitudinal directa à Portela, perdendo-se no esfumado da terra galega*

do Concelho, em 15 de Janeiro); a S. Miguel do Anjo, no lugar de Gardenha, na principal casa da localidade, que tomou o nome da primeira casa da freguesia, antiga «Torre da Gardenha», que foi solar dos Abreus, havendo neste mesmo lugar, uma capela particular da «Casa da Quintá». Bastante fértil em produtos da terra.

Pertenceu à Comarca do Pico dos Regalados, e depois à de Vila Verde, a partir da extinção daquela, em 24-X-1855. Fez sempre parte do Julgado e Concelho de Terras de Bouro, depois de extinto o Concelho de Vila Garcia e anexada ao de Amares, no período em que foi extinto o de Terras de Bouro (14-VIII-1895 a 13-I-1898), retornando a este após ter sido restaurado.

Beneficiou do foral dado a Pico dos Regalados por D. Manuel I, em 13-XI-1513.

### MOIMENTA

É a freguesia onde se encontra a sede do Concelho. Parece ter sido o nome originado da palavra latina **Monumenta**, de sepulturas artísticas romanas.

Fazem parte desta freguesia os seguintes lugares: **Barreiro**, **Cavacadoiro**, **Corredoura**, **Costa**, **Covas**, **Moimenta Nova**, também conhecida por **Assento**, **Moimenta Velha**, **Paço**, **Pesqueiras** e **Quinta da Ponte**.

Em Covas está instalado o Município, Repartição de Finanças, Registo Civil, CTT, Posto da GNR, Casa do Povo, Grémio da Lavoura, Caixa de Crédito Agrícola, estabelecimentos comerciais, agências bancárias, farmácia, etc. Ali se faz quinzenalmente, todas as segundas-feiras, um grande mercado de produtos agrícolas e de feira de gado, um dos mercados mais importantes do Distrito de Braga. Está-lhe reservado, futuramente, um grande desenvolvimento e progresso.

O orago é **Santo André**. Foi vigairaria anexa à abadia de S. João de Balança, passando a reitoria independente. Faz de Matriz a capela de São Braz. A antiga Matriz era em Moimenta Nova, bastante antiga, pois data de 1699. Os sinos da antiga Matriz foram oferecidos pelos seus naturais, residentes no Brasil. Isto demonstra bem o grande apego que os serranos têm pelo seu torrão natal, pois nunca o esquecem.

Tem diversas capelas: a São Pedro, no lugar das Pesqueiras, onde houve uma Irmandade das Almas, hoje extinta, com os respectivos Estatutos aprovados em 1883; de invocação a São Francisco, na Quinta da Ponte, em ruínas.

Pertenceu à Comarca de Pico dos Regalados e foi anexada ao Concelho de Amares no período de 14-VIII-1895 a 12-I-1898, aquando

foi extinto o Concelho de Terras de Bouro, e regressou a ele quando foi restaurado.

## MONTE

Mais conhecido por **Monte de Santa Isabel**, no dizer do arqueólogo Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, é «uma das freguesias mais pitorescas e de mais interesse etnográfico do concelho de Terras de Bouro e, se mo permitem de todo o Minho» (10).

Situado no cone do Monte de Santa Isabel, fica distanciado da sede do Concelho, 10 Kms. Dois caminhos se poderão utilizar para a visita a esta freguesia, pelo lado de Chorense ou Covide, ou pela banda da Senhora da Abadia. Por qualquer destes itinerários teremos sempre que subir, como se escalonássemos íngreme terreno. De formação geológica a freguesia assenta sob uma extinta cratera de vulcão sem actividade. Dos lugares de que se compõe só apenas um — **Ventoso** — se encontra fora do núcleo central, na contracosta, para o sul da Chã Grande, de Santa Marta de Bouro. Tem os seguintes lugares: **Alcrimes, Campos-Abades, Rebordo Chão, Seara e Ventoso**.

Há grandes vestígios de antiguidade, através das imensas antas ou mamoas, que aqui tomam o nome de «covas da Moura». Apesar de não estar incluída nas «Inquirições» de 1220 e de 1258, é certo e sabido de que D. Afonso Henriques (1162) teria renovado um privilégio dado em 1148, ao Mosteiro de S. Miguel de Bouro, que incluía no couto a presente freguesia do Monte (11). Também ela foi omitida pela Mitra Bracarense «Título de todos os benefícios do arcebispado de Bragua» (12). Pelos vistos, só veio a tornar-se em freguesia com a irradiação dos frades cistercienses, ocorrida em 1834 (13).

---

(10) Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, «Santa Isabel do Monte», pág. 9, (Braga, 1970).

(11) Este couto compreendia não só todo o território da actual freguesia e mais todo o terreno que compreendia desde o rio Cávado a Arnadelo e ainda de S. Bartolomeu até ao Formigueiro, segundo a obra «Senhora da Abadia», (Barcelos, 1951), do Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, pág. 85.

(12) «o qual se fez em tempo do Arcebispo de Bragua Don Dioguo de Sousa de Boa Memoria (1505-1532)», artigo do Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, in «Boletim de Trabalhos Históricas», Vol. VI, n.º 3, Guimarães, 1941, págs. 97-178.

(13) Os monges cistercienses de Bouro possuíam uma casa de repouso no lugar de Campos-Abades, rodeada por uma granja agrícola, hoje conhecida ainda pela «Casa dos Bernardos», onde iam passar o Verão.

O orago é **Santa Isabel**. A Matriz actual é de recente construção. A uma centena de metros, em frente, está o **Calvário**, sob a invocação de N. Senhora das Necessidades e Senhor da Saúde, que é rematado por uma cúpula em forma de pirâmide. Foi construído (1895) e, depois dourado (1905). A antiga era cerca de Rebordo Chão. O cemitério ainda não existia em 1908 e os enterramentos faziam-se no próprio templo. Tem duas confrarias: a do Coração de Jesus e a do Santíssimo Sacramento. Quando da celebração de qualquer festividade, o povo acorre pronto a ela e «é vê-los como se apresentam: eles bem barbeados, de cabelos luzídios à força de unguentos e de fatos dominigueiros talhados por irrepreensível tesoura; elas, então, bem penteadinhas, serviço onde gastaram toda a manhã, de blusas e lenços de cores berrantes e de muitos sacrários e cordões de ouro a brilhar nos fartos seios.» (14).

Foi curato de apresentação do Convento de Bouro, no antigo Concelho de Santa Maria do Bouro, a que pertenceu até à sua extinção (31-XII-1853).

Tem as seguintes capelas: a São João Baptista, na «Casa dos Bernardos», no lugar de Campos-Abades e a Santo António, na «Casa da Roseira», mandada edificar em 1888 pelo Padre António Francisco Pereira. São muito devotos pela «Senhora da Abadia», que quase lhe fica à porta.

Largos horizontes se avistam: os montes de S. Mamede, do Sameiro, da Falperra, além de outros, como se estivessemos instalados num dos melhores miradoiros do Mundo!

Bastante fértil, a base da sua economia está na pecuária e na agricultura. Produz milho, batata, centeio, etc. Em Rebordo Chão há bons lameiros onde se tiram fenos, que hão-de servir aos gados, quando se encontram nas cortes, por altura das intensas nevadas. Pesca-se no rio Neiva a boa truta e há boa caça, sobretudo a perdiz.

Certamente devido à sua formação vulcânica, se encontram silicatos para aplicação industrial. Do quartzo já vão saindo toneladas, destinadas ao fabrico de vidrarias, trabalhos estes feitos pelos isabelinos. Falta-lhes, contudo, para seu progressivo desenvolvimento, uma rede de comunicações consentâneas com a vida moderna.

Fez parte, até 1853, do Concelho de Santa Maria de Bouro, passando ao de Terras de Bouro a partir de 31-XII-1853 e ao de Amares, quando aquele foi extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, regres-

---

(14) «Santa Isabel do Monte», Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, (Braga, 1970), pág. 14.

*Um perfil de uma das mais bonitas igrejas do Concelho, a Matriz de Choreense*



sando depois, de novo, ao de Terras de Bouro. Pertenceu à Comarca de Viana do Castelo, depois à de Amares até 9-VII-1927, e, últimamente, à de Vila Verde.

## **RIBEIRA**

Originária do topónimo «Riparia», inicialmente era denominada por **Ribeira do Homem** e conhecida, ainda no Séc. XIII, por S. Mateus.

Terra bastante remota, situa-se numa baixa, junto ao Homem, no sopé do Monte de Santa Isabel. Distante 5 Kms. da sede do Concelho, passam-lhe à porta os transportes colectivos, que circulam entre Braga e Terras de Bouro.

Compõe-se dos seguintes lugares: **Assento, Campo, Casal de Baixo, Casal de Cima, Chemedião, Gogide, Louredo, Outeiro, Real e Vau.**

No Séc. XIII formavam-na herdeiros que pagavam fossadeiras, ou sejam, «varas de bragal, quartas de vinho por medida de Braga, cabritos, castanhas secas, galinhas». Nesta época o Mosteiro de Rendufe tinha um casal em Louredo.

O seu orago é **S. Mateus**. Foi buscar este nome às «Inquirições», «... colatione Sancti Mathei». Foi abadia de apresentação da Mitra Bracarense.

A **Matriz** domina do seu posto a parte baixa. É um templo que parece ter sido construído em 1719. A antiga teria sido no lugar do Casal. Tem um recheio constituído por talha dourada, altar-mor e boa escultura. Alguns altares são de estilo Renascença. Boas imagens de N. Senhora do Rosário e de N. Senhora das Dores, ambas muito antigas. A uns 300 metros, encontra-se a Capela de invocação ao Senhor do Socorro e a Santa Agonia, datada de 1856. O cemitério é do ano de 1930. Encontra-se ao seu lado. Há, porém, outra capela, de invocação a S. Bento, no caminho para Santa Cruz da Geira, no lugar de Chemedião.

Há vários moinhos e azenhas movidos pelo Homem, rio este que muito a fertiliza. Produz cereais, vinho, azeite, legumes, fruta, sendo uma região de boa laranja. Há, no rio, trutas, barbos, escalos, enguias e bogas.

Tem uma fábrica de velas de cera, um depósito de tabacos e mercearias.

Pertence ao Concelho de Terras de Bouro e depois ao de Amares, quando aquele foi extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, voltando ao anterior quando foi restaurado. Faz parte da Comarca de Vila Verde.

## **RIO CALDO**

Descortina-se esta freguesia, entre as abas do Monte de Santa Isabel, num formosíssimo vale, próximo do Cávado. Espelha-se nas águas da nova albufeira, que lhe veio dar outra fisionomia local. A dois passos (7 Kms.), estão as termas do Gerês. Dista 16 Kms. da sede do Concelho.

O seu nome teria sido proveniente do **rio Caldo**, mais quente que a temperatura da água do outro, o **Freitas**, que corre lá de cima, das termas, formando-se, então, o étimo de **caldo**, do latim *caldus*

ou *calidus*. Este rio que no final de sete quilómetros vem depois morrer no Cávado.

Terra mui antiga, denunciada por diversos vestígios, a «Geira», que lhe passa perto, e por um castro, onde teria existido a lendária cidade romana de Abóbriga. Juntando a tudo isto mais o das «Calhas de Santa Eufêmia», a que o povo se apegava a julgar que nelas a pobre mártir teria sido encontrada já cadáver. O abade desta freguesia, Padre Frutuoso Vieira Ribeiro (1758), diz ele tratar-se das vulgares «fossettes» e até «covinhas» dos arqueólogos; e só a credence popular as relacionou com a dita santa.

No Séc. XIII existiam vários reguengos demarcados, que eram pertença dos monges cistercienses, de cavaleiros-fidalgos, de cavaleiros-vilões e de peões. E ela pertencia, ainda no Séc. XVIII, à coroa, tendo como seu donatário D. Luis Manuel Sá Coutinho, fronteiro-mor da praça da Portela do Homem.

Fazem parte desta freguesia os seguintes lugares: Assento, Bairro, Chã, Corujeira, Coutinho, Crasto, Granja, Leira, Mata-Vacas, Paço, Parada, Paredes, Pedreirinha, Peso, Quintã, Sá, S. Bento, S. Pedro, Seara e Torre.

É seu orago S. João Baptista. Foi abadia de apresentação da Mitra Bracarense e Comenda da Ordem de Cristo. Pertence ao Arciprestado de Amares. A Matriz <sup>(15)</sup> é um bom templo, restaurada em 1730, sendo seu abade, nesse ano, o Padre José de Araújo Távora. No interior deste templo a talha é da Renascença, também com um ostensório, de idêntico estilo, que se transforma num monumental cálice, desmontando-lhe o pé. A paramentaria é rica, vendo-se alguma confeccionada

---

(15) Em Setembro de 1970, começou a publicar-se um jornal de pequeno formato, intitulado «O Riocaldense», propriedade da Corporação Fabriqueira de Rio Caldo, sendo seu Director e Editor o pároco, Padre Manuel Mendes Fernandes Fonseca, com Redacção na residência paroquial. É impresso e composto na «A Modelar», Largo Dr. Oliveira Salazar, na Feira Nova, Amares. Mantém 4 páginas, a 2 colunas, sem ilustrações.

No «fundo» do seu primeiro número, o director escreveu: «Inicialmente, sai como imperativo de esclarecimento para todos os habitantes desta freguesia. É necessário fazer luz à volta do Salão Paroquial.» E, mais adiante, «... é um «jornal» destinado a visitar todos os lares desta freguesia e todos os filhos desta, ausentes no estrangeiro ou noutra terra da querida nação portuguesa». Traz uma lista de benfeitores com as respectivas importâncias para a construção do «Salão Paroquial».

**Bibliografia:** Descrição desta freguesia pelo Padre Frutuoso Vieira Ribeiro (1758).

em damasco e em veludo. Há duas confrarias, a das Almas e a do Santissimo Sacramento. Extintas outras duas, a do Espirito Santo e a de N. Senhora do Rosário. Completa este valor artistico o Arquivo Paroquial, constituído por Estatutos, Manuscritos com iluminuras e dois livros: o dos Testamentos (iniciado em 10-VIII-1773) e o dos Capítulos (princiado em 22-V-1787).

Já a igreja de S. João «era no Séc. XIII de padroado particular, possivelmente da Mitra de Braga, da qual era abadia de concurso no Séc. XVIII, tendo o cura então, 560 000 réis de renda; mas em 1758 paga de pensão a um sobrinho de Agostinho Marques do Couto 52 000 réis, e não tem mais nenhum beneficiado. No dito ano, o cura cita três ermidas: a de S. Cristóvão, no lugar de S. Pedro, a de Santa Luzia, no de Matavacas e a de S. Bento, no da Seara». Além destas, que ainda estão abertas ao culto, há mais duas, de particulares, no lugar de Paredes e outra, em Leira-Chão, de invocação a S. Pedro, no sitio chamado de Cima. Não falamos já no belo templo de São Bento da Porta Aberta, que, pela sua importância, dedicamos em separado, um capítulo especial.

Em tempos remotos pertenceu ao Julgado ou Terra Medieval de Bouro, extinto Concelho de Santa Marta de Bouro (até 24-X-1855), transitando após para o de Terras de Bouro. Foi anexado ao de Amares, por extinção do de Terras de Bouro (14-VIII-1895 a 13-I-1898), regressando de novo, depois de restaurado, àquele Concelho. É da Comarca de Vieira do Minho. Anteriormente fora da Póvoa de Lanhoso.

Possui Casa do Povo, posto do Registo Civil, médico, Pousada (em S. Bento), etc.

É um centro excelente, nó de comunicações de todo o concelho, com Braga e o Distrito. Está ligada através de pontes a Vilar da Veiga e ao Gerês, a Vieira do Minho e ainda, por mais 4 pontes, aos lugares de Seara, Paredes, Sá e Parada.

É muito fértil em bons produtos da terra. No rio há boa pescaria.

## SOUTO

Teve grande importância esta freguesia de Souto, também designada por **Souto da Ribeira**, à qual D. Afonso III lhe conferiu os títulos de vila e de couto e a doou ao seu Guarda-Mor D. João Soares Coelho (1254), Senhor da Casa de S. João de Rei. Era trineto de Egas Moniz. Este privilégio conservou-se até D. Pedro I (1391), em virtude da intervenção de um dos descendentes, Pero Coelho, num dos carrascos de



D. Inês de Castro. Só, em 1391, no reinado do Mestre de Aviz (D. João I), voltou à posse daquela nobre família, através de D. Aldonça Coelho, que contraiu matrimónio com Diogo Gonçalves de Azevedo, da Casa dos Azevedos. Depois, a seu filho Lopo Dias de Azevedo, que se cobriu de glória na batalha de Aljubarrota, foi-lhe confirmado não só este couto, mas também outros privilégios, como o senhorio de S. João de Rei e das terras de Boyro. Diz-se que um dos membros daquela família teria espancado o Juiz deste couto e por isso, como castigo, o monarca ordenou que fosse cessada a doação e passasse a pertencer novamente à Coroa.

Situada na margem esquerda do Homem, distante 5,6 Kms. da sede do Concelho, fica assente na ribeira formada por este rio e enxameada de seculares castanheiros, que lhe dão nota pitoresca de muita beleza.



*O conhecido «Cruzeiro do Campo», considerado «Monumento Nacional», feito de um Marco Milidário, situado no cruzamento das estradas da Junceda, Carvalheira, Covide e Vilarinho, parecendo ter existido ali um lugar — «Leira dos Padrões»*

Quem percorra de lés a lés toda a freguesia ficará com uma noção exacta da sua grandeza remota. Casas assinaladas com datas do Séc. XVIII, com os seus portais apalaçados. A meio do lugar do Assento, cerca da Picota, damos nota da antiga «Casa do Concelho», agora numa perfeita ruína e da parte detrás dela, lobbriamos os vestígios da casa que serviu de cárcere.

Presume-se também que no lugar de Santa Cruz tivesse existido a cidade romana de **Santa Helena**.

«E à volta deste lugar, que gira como o mais importante ponto de referência, a demarcação dos tombos de todas as freguesias circunvizinhas — Balança, Ribeira, Souto, Paranhos, Vilela e Seramil, tudo anda à roda deste eixo demarcatório, facto pouco comum e que lhe denuncia funda existência» (16).

Compõe-se dos seguintes lugares: **Caneiro, Garcia, Igreja, Lajes, Outeiro, Paço, Pardieiro, Passos, Porta, Quintães, Sá, Santa Cruz, Santa Eufêmia e Sequeiró**.

É seu orago **S. Salvador**. Foi vigairaria anexa à Abadia de S. Paio de Sequeiros. Mais tarde tornou-se independente, com o título de reitoria. As «Inquirições» relatam que Sequeiros, honra do sogro de Pero Anes Coelho, não pertencia ao padroado real, como igualmente a de Souto, sendo esta uma filial daquela.

A Matriz é um amplo templo, com obra de talha e paramentaria em damasco. Ao lado desta, o cemitério. Junto da capela do Senhor dos Passos (1856), encontra-se o **Cruzeiro**, e mais abaixo desta, outras capelas, de invocação a S. Roque (1739), com altar da Renascença. Têm valor artístico um grupo de cruces de pedra, da Via Sacra, que vão desde a Igreja até às Capelinhas, que foram feitas a expensas de João Francisco, do lugar da Porta. O Arquivo Paroquial tem também bastante valor. Aí se vêem diversos livros antigos, como o dos «Irmãos das Almas» (iniciado em 1857), dos «Estatutos do Santíssimo Sacramento» (1780), dos «Irmãos de Santo António» (1745), do «Inventário das Almas de Souto» (iniciado em 1772), da «Ementa da Confraria do Senhor» (iniciada em 1787), da «Cópia dos Bens Pios de Souto» (iniciada em 1762), etc., alguns deles com iluminuras. Todos se revestem de uma capa de pergaminho. Actualmente há três Confrarias, a de S. Roque e Almas, a do Santíssimo Sacramento e a de Santo André.

No lugar de Santa Cruz há uma capela do mesmo nome, cuja festa

---

(16) «Entre Homem e Cávado», (Amares, 1958), III Vol., pág. 152, de Domingos M. da Silva.

é no Domingo a seguir à data de 3 de Maio, que atrai todos os povos vizinhos.

É sede de Julgado de Paz e pertenceu à Comarca de Pico dos Regalados, extinta em 24-X-1855, passando depois desta data à de Vila Verde. Após Couto «de jurisdição real» veio a ser incorporado no Julgado e Concelho de Terras de Bouro, anexado ao de Amares, quando este foi extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, e regressou a ele novamente quando foi restaurado.

Muito fértil, produz cereais, vinho, azeite, boa fruta, sobretudo castanha. Os seus naturais têm fama de ser bons cozinheiros. É servida por boa estrada onde passam os transportes colectivos de Braga e de Terras de Bouro.

## VALDOSENDE

Teria a sua proveniência na palavra **Baldosendi**. Terra onde a nobreza fez assento, segundo nos dizem as «Inquirições» de 1220, «in este termo de Baldocendi lavram omees que se chamam por de Couto da Paradela et de Vilar, erdados unde aviam de fazer foro al Rey et non fazem ... avia el Rey III casaes et deu os el Rey don Sancio I a Fernando Jahannis seu escudeiro».

A sua antiguidade denuncia-se pelos vestígios das fortificações castrejas, muito anteriores à vida dos Brácaros, como no-lo afirma o Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, quando escreve acerca do monte da Corvaceira: «foi habitado pelo menos já no tempo do neolítico superior» e ainda noutro passo acrescenta: «restos de caminhos, alguns calcetamentos e covas rupestres, sem dúvida artificiais». Aos montes de Paradela, o Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, escreveu: «apareceram grandes porções de cacos amorfos a modo de tijolos.» E mais adiante, quanto ao cemitério existente num outeiro, são suas ainda estas palavras: «Ali sim que foi um castro, sem dúvida nenhuma, como se infere do exame local, apesar de as obras de construção do cemitério haverem esfacelado um penhasco gigante que havia na coroa de elegante colina. Quem tiver boa vontade, ainda por lá vê restos de socalcos, paredes e arruados, desde o ponto mais alto, o campo santo, até às fraldas do monte, cortadas pela estrada, e que vão morrer no Cávado, a sudeste do povoado ... Tão lindas montanhas foram escolhidas para residência de velhas populações de há milhares de anos. Que mais não fosse, bastariam as ruínas arqueológicas, bem dignas de melhor sorte, da sobranceira Santa Isabel para confirmar a suposição.»

A freguesia compõe-se dos seguintes lugares: **Assento, Naval Velho, Paradela, Perdizes, Vilar-a-Monte e Vilarinho.**

Vizinha de Rio Caldo, margina-a o Cávado, onde perto de si está a barragem da Caniçada, por isso talvez a significação do seu nome esteja também ligada ao rio, **Vale-do-Zende**, nome antigo, em que «Zende» significaria «Cávado».

Dista da sede do Concelho 27 Kms. Há uma ponte nova, de cimento armado, que substituiu uma antiga, romana, de três arcos. Ela estabelece a ligação das duas margens, pondo-a, assim, em comunicação com Braga, Terras de Bouro e Gerês.

O seu orago é **Santa Marinha**. Foi abadia de apresentação de D. Abade de Bouro e depois da Mitra Bracarense. Ainda, no Séc. XVIII, apresentava o abade com 350 mil réis de renda. A **Matriz** é um templo amplo e simples.

Pertenceu, ainda na primeira metade do Séc. XIX, ao Concelho de Santa Marta do Bouro, transitando para o actual, depois da extinção daquele, em 31-XII-1853. Foi anexado ao de Vieira do Minho quando o de Terras de Bouro fora extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, tendo regressado após esta data a este último Concelho.

Fazia parte da comarca de Vila Verde e depois à de Vieira do Minho. É terra muito fértil. Funciona ali um posto do Registo Civil.

## VILAR

Na base do Alto do Seixo, acima do lugar de Covas, à esquerda do Homem, encontra-se a freguesia de **Vilar**, mais conhecida por **Vilar de Chamoim**. O seu nome presume-se que tenha vindo da própria designação da paróquia: **S. Miguel de Vilar**, por influência dos monges de Rendufe, conforme nos elucidam as «Inquirições» (1220): «et est ecclesia de Rendufe et VII casalia», a igreja e sete casais, pois foi vigairaria do padroado na apresentação do mosteiro de Rendufe.

Vilar é freguesia muito antiga. No alto, no lugar de Travassos, passa a «Geira». Completa este vestígio romano um marco miliário. Diz-se, também, que fora domínio de uma «civitas».

Foi terra de nobres. As «Inquirições» (1258) referem-se a Miguel Gomes, que deveria ter feito paço «et quer hi fazer casa de morada entre os herdutores», daí a origem do aparecimento desse mesmo nome num dos lugares desta freguesia. Igualmente, este mesmo documento histórico, se refere à venda que teria sido feita pela «vilã Marinha Dolquides» aos monges de Bouro. Houve aqui uma família ou casta obrigada ao encargo de «maiordomos grandes da terra», de Bouro.



*Não é uma linda moradia particular esta. É, sim, a moradia de todos — a Casa do Povo de Rio Caldo, construída em linhas modernas e atraentes, um mimo de flores e de bens caritativos*

Dista da sede do Concelho 3 Kms. Compõe-se dos seguintes lugares: Mota, Outeiro, Passo e Travassos.

É seu orago Santa Marinha, antes fora S. Miguel. A Matriz está no alto do monte, data de 1779 e o Cruzeiro é de 1726. Porém, o templo deveria ser edificado antes da fundação da nacionalidade e mandado construir por fidalgos. Era padroado do mosteiro de Rendufe. Tanto assim é que, ainda nos Sécs. XVIII e XIX, o abade do mosteiro representava o vigário, que auferia, como renda anual, 40 mil réis, rendendo 80 mil para o convento.

Há diversas capelas: de invocação a S. Bento, no lugar de Travassos; a N. Senhora do Livramento, com Irmandade própria, situada

no caminho que sobe para Covide. É um pequeno Santuário onde se realiza uma grande romaria, no 1.º Domingo de Julho. O instituidor dos seus bens foi João António Pinheiro. Há nela uma curiosidade: a caixa de morteiros — uma pequena peça de artilharia — de pólvora seca, que serve para anunciar as suas festividades aos povos vizinhos; e, por último, consagrada ao Senhor dos Aflitos. Houve uma ermida, a de S. João, anterior ao Séc. XIII, naquele mesmo lugar do Outeiro. A não ser que a actual tivesse sido alterada e corresponda à primeira fundação. Algueres, no Santuário, existe um enorme carvalho secular.

Pertenceu desde sempre ao Julgado e Concelho de Bouro, transitando para o de Terras de Bouro quando este foi instituído. Foi anexado ao de Amares quando fora extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, regressando de novo a ele, após ter sido restaurado. É da Comarca de Vila Verde.

Muito fértil em cereais e em outros produtos da terra.

### VILAR DA VEIGA

É a freguesia mais nova, em antiguidade, entre todas deste Concelho de Terras de Bouro. Só no Séc. XVIII pôde erigir-se como paróquia. Teria nascido de uma «quintã» burguesa, no Séc. XIII, segundo confirmam as «Inquirições» (1258): «todos desta collatione (Covide) levam a madeira et fazem no Castelo, excepto a quintana de Vilar ... que vam aa vela».

No Séc. XVI aparecem os abades de S. Martinho da Ventosa (antes freguesia de Ribeira de Soaz) e de S. João da Cova, recebendo cada um sua metade nos dízimos, na vigairaria de Vilar da Veiga. Estes recebiam, do Séc. XVII para o XVIII, 40 mil réis, para cada um, ficando para o vigário a mesma importância, atribuída a cada um daqueles abades.

Pertencia, portanto, ao Julgado da Ribeira de Soaz, de Vieira do M'inho, até ao dia em que se tornou freguesia independente.

Está localizada ao sul da serra do Gerês e separada pela freguesia de Rio Caldo pelo rio Gerês (afluente do Cávado), que a delimita, a sul.

Encontra-se separada da sede do Concelho 20 Kms. e a 7 das terras do Gerês.

Formam esta freguesia os seguintes lugares: Admens, Adpropeixe, Alqueirão, Assureira, Bairro, Corona, Ermida, Gerês, Loureiro, Meia Légua, Pedra Aguda, também conhecida por Escusalha, Pedrogão, Pereiró, Portelo do Fojo e Vilar.

Vilar da Veiga é rica nas suas férteis veigas e nos seus extensos montados, tendo sofrido um golpe rude na sua agricultura com a inundação da principal veiga, que hoje faz parte do leito da barragem da Caniçada. Aproveita, contudo, o desenvolvimento progressivo do Gerês, das suas termas, uma das mais frequentadas do País, que nos ocupamos noutro capítulo desta Monografia.

A 3 Kms. da estância termal, na Assoreira, há um aldeamento que é o maior aglomerado populacional gerêsiano e foi para ali residir, transferido de impróprias habitações existentes, então, perto das águas.

O seu orago é **Santo António**. Anteriormente fora **Sant'Ana**. A **Matriz** é recente. Foi trazida pedra por pedra, do local onde hoje é a barragem. Fica agora à margem da estrada. O Altar-Mor e os colaterais são em estilo barroco. Existem outras capelas de invocação à Senhora das Angústias e ao Senhor da Saúde, no lugar de Vilar, a Santa Marinha, no da Ermida e a Santa Eufêmia, no das Termas,



*Capela de invocação a N.ª S.ª do Livramento, vendo-se lá mais arriba, o Calvário do Senhor dos Aflitos na freguesia de Vilar*

esta durante bastante tempo, funcionou como capela real, mandada edificar por D. João V.

Fez parte do extinto Julgado de Ribeira de Soaz, vindo a incorporar-se no Concelho de Vieira (28-XII-1840), passando ao de Terras de Bouro em (24-X-1855). Pertenceu às Comarcas de Guimarães, da Póvoa de Lanhoso, de Vila Verde e de Vieira do Minho, da qual hoje depende.

É rica em centeio, milho, vinho, azeite, linho, mel, fruta, etc. Fazem carvão da urze da serra. Boa pecuária e no rio pesca-se truta, boga, tralho. No monte caça grossa e perdizes, coelhos, lebres, etc. Boas comunicações por estrada com o País. Tem Vilar da Veiga um posto de Registo Civil. No Gerês, além de uma magnífica rede hoteleira (17), existem diversos serviços oficiais tais como Guarda-Fiscal, CTT, GNR, Administração Florestal, com o Parque de Tude de Sousa (18), Empresa das Águas, médicos, Farmácia, balneários, Laboratório de Análises e a copa, hospital, Junta de Turismo, parque infantil, agência de viagens, ervanários, serrações, comércio vário, praça de peixe, de carne, de fruta e de legumes, automóveis de aluguer, um pequeno mundo onde nada falta de civilização e de conforto.

Em Vilar da Veiga (19), desde 1884, se realiza uma feira, quinzenal, bastante concorrida e animada.

Chegámos, assim, ao cabo deste peregrinar, correndo montes e devassando vales, perscrutando o seu viver, simples e curioso, revelando os factos históricos mais salientes destas dezassete freguesias que

---

(17) Actualmente estão em funcionamento os hotéis, Parque, Ribeiro e Universal, propriedade da «Empresa Hoteleira do Gerês», Maia, e as pensões, Baltazar (considerada de 1.ª Classe), Ponte, Residencial de João Ribeiro, Gereziana, Avenida e Jardim.

A «Empresa Hoteleira do Gerês» foi fundada, em 1926, constituindo-se uma sociedade composta pelo Dr. Domingos Afonso, José de Oliveira, Fernando Castelo Branco, Sotto-Maior e os irmãos Sameiros (Gaspar e Vasco, este último o corredor internacional de automóveis).

(18) Além de um rico guarnecimento florestal com espécies raras, passa, ali, o rio Gerês povoado de trutas, um lago para recreio, com barcos, casa de chá, campos de jogos, etc. É um dos mais bonitos recantos das termas pela sua beleza e tranquilidade, preferido pelos aquistas que em grande número acorrem ao Gerês, estância de cura de águas e de repouso.

(19) Pedro Augusto Ferreira, «Vilar da Veiga», in «Portugal Antigo e Moderno», Vol. XI, pág. 1296; Padre A. Magalhães, «Gerez ao seu Estatismo e Vilar da Veiga», (Barcelos, 1953).



ornam o Concelho de Terras de Bouro. Descrevemo-las, sucintamente, e, depois, deste balanço final, ficámos com a certeza que cada uma de per si daria ensejo a que enchessemos as páginas de uma Monografia, tais os assuntos palpitantes que todas nos oferecem ao nosso estudo e à nossa investigação. E ficámos também convencidos que elas não desejam embalar-se apenas no seu grande passado, mas sim, como a fénix renascida, aguardam que floresça, mais vigorosa e mais plena de vida, no futuro, Aquele esperançoso porvir que é o prémio justo de todo aquele que crê na vitória. Os serranos, como todos nós Portugueses, estamos empenhados em construir um Portugal melhor, um Portugal que seja exemplo e espelho para todos os de mais Povos.

---

**Bibliografia:** Abade António Bacelar, «Dicionário Geográfico sobre o Gerês», (1758); Domingos M. da Silva, «Entre Homem e Cávado», III Vol. (Amares, 1958); «Minho-Dossel de Portugal», 2.<sup>a</sup> Ed., no IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, (Agosto, 1965); «Diário das Cortes», reparação de estradas e pontes de acesso ao Gerês, (1821); Padre Pinto Guedes, pedindo a inclusão do Gerês no Concelho de Vieira do Minho, (1930); Dr. A. de Campos Monteiro, «O Gerês Estância de Turismo, de Cura e de Repouso», (Porto, 1929); Padre Luis Cardoso, «Dicionário Geográfico», (1758); José Firmino da Silva Boavista, «Descrição das Caldas do Gerez», (Braga, 1867); Emídio de Oliveira, «Uma Jornada ao Gerez»—Manuscrito, (1874?); Dr. José António Marques, «O Gerês Presente e Futuro», (1884); Visconde David Correia Sanches de Frias, «Notas a lápis - Passeios e Digressões Peninsulares», (Lisboa, 1886); João Maria Ferreira, «Cartas do Gerez» - Versos, (Lisboa, 1935); Matias Araújo Lima, «Gerez - Quadras e Canções»—Versos, (V. N. Famalicão, 1939); Tude de Sousa, «Gerez - Notas Diversas», in «O Comércio do Porto»—Artigos de Julho a Setembro, 1941; Augusto Maia, «Livro de Honra do Grande Hotel Maia do Gerez», (Porto, 1942); Dr. Celestino Maia, «O Gerez e as suas Termas»—Monograf'ia, in «Revista Clínica, Higiene e Hidrologia», (Porto, 1947); Hugo Rocha, artigos em «O Comércio do Porto»; Aníbal Mendonça, artigos em «O Primeiro de Janeiro».

**A MONTANHA - SUA ESPIRITUALIDADE  
O PARQUE NACIONAL DA PENEDA - GERÊS  
A PORTELA DO HOMEM  
O TRADICIONALISMO DE UM POVO  
MARCOS DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS  
DO CONCELHO DE TERRAS DO BOURO**

Todo o Concelho de Terras de Bouro, ainda mal revelado a nacionais e a estrangeiros, reúne todas as condições e requisitos indispensáveis para estância de repouso, para um prazer de vida em contacto permanente com a Natureza, plena de beleza e grandeza, de estudo e de meditação. A montanha que nos entreabre, como livro aberto, os melhores ensinamentos de vida, com os seus encantos e também com os seus perigos, numa aguarela de forte tom colorido; o coleante serpenteado da água que a envolve num harmonioso amplexo de poesia; as numerosas e riquíssimas espécies da flora e da fauna; as gentes, simples e boas, que com os seus costumes e as suas leis, nos ditam um padrão verdadeiro e são, na conduta para a concepção de um Mundo mais natural e humano; todo este cosmorama de factos reclama a nossa atenção e nos solicita uma palavra a dizer, quando o País começa a estar voltado para uma realidade e consciencializar-se mais para uma verdade redescoberta. Portugal, de Norte a Sul, todo ele, pela variedade constante que nos oferece nas duas paisagens, a geográfica e a humana, é todo ele de sentido turístico. Temos todas as condições para fomentarmos essa indústria e essa arte, de nos darmos a conhecer aos outros, sem postiços, nem adjectivação, mas apresentando-nos tal qual como somos, sem macaquearmos o que de mau exista noutras paragens da terra.

O «Parque Nacional da Peneda—Gerês», inaugurado pelo venerando Chefe do Estado em 11 de Outubro último, que desde já se considera como um dos actos de maior grandeza nacional, com repercussões no estrangeiro, veio na hora exacta, justificando o muito que se tem escrito e o que se tem pensado, desta inolvidável zona minhota, dando assim excelentes perspectivas de desenvolvimento rural, que até agora não possuía, e fazia até engrossar o êxodo emigratório, vidas e braços, que são riqueza de qualquer povo.

Até agora só o Gerês beneficiava desse dom de atrair gente vinda de todos os recantos da terra, em virtude da magnificência das suas águas medicinais, consideradas como uma das melhores para os males do fígado. São esses milhares de doentes que durante o período termal se entranham na montanha geresiana e que depois servem de



*Pastora com o seu típico traje serrano. Perto dela o cão, seu amigo*

porta-vozes, transmitindo a outrém, o deslumbramento do que lhes foi dado ver. Porém, eles pouco viram do muito que ainda há lá para admirar e para sentir...

São bem eloquentes e expressivas as palavras proferidas pelo director do Parque, Eng.º Silvicultor José Lagrifa Mendes, de que damos apenas este passo: «Ao debruçarmo-nos sobre as potencialidades do território continental, não podem levantar-se dúvidas sobre o interesse e a prioridade das directrizes tomadas. Dentro de um

espírito realista, temos de verificar que aqui se patenteia uma vasta região do País onde a degradação não atingiu aspectos irreversíveis, onde a vida social e o espaço disponível se enquadram nos conceitos internacionais: onde a paisagem, a flora e a fauna, além de motivos históricos e etnográficos ímpares, apresentam aspectos de rara e prodigiosa beleza. Nela se verifica a necessidade urgente de se tomarem medidas proteccionistas. Por outro lado o seu conteúdo humano permite-nos um ordenamento territorial dirigido para as finalidades científicas, educativas e turísticas.»

Também o Eng.º Vasco Leónidas, Secretário de Estado da Agricultura, empenhado na melhoria agrária do País, no começo do seu discurso, afirmou: «A inauguração a que V. Ex.ª, Sr. Presidente, acaba de proceder reveste-se de maior importância nacional e inscreve-se nos anseios manifestados em todo o Mundo por governantes, cientistas e técnicos, no sentido de se dar a maior atenção à protecção da natureza e dos seus recursos. Na realidade, Sr. Presidente, a alteração do ambiente natural tem-se últimamente processado de modo a chamar a atenção para os males que o próprio progresso técnico, no decorrer das gerações, acumulou ao desenvolver-se sem respeito pela natureza, e sem atender a todos os factores, que numa região ou país, e mesmo por todo o Globo têm de ser olhados em conjunto.» Mais adiante acrescentou: «O crescimento industrial ou agrícola, o aumento de turismo, o progresso social e cultural têm de ser submetidos a um planeamento que vise o ordenamento e o desenvolvimento harmónico de todas estas actividades. A presença do venerando Chefe do Estado nesta inauguração — presença honrosa que do coração agradecemos — demonstra, mais uma vez, quanto interesse lhe merecem as grandes iniciativas nacionais e os graves problemas que afectam a própria Humanidade. O Parque Nacional da Peneda e Gerês constitui, sem dúvida, uma realização que há-de marcar uma época, revestindo-se da maior importância nacional e internacional.»

Este «Parque Nacional da Peneda — Gerês» abrange terrenos além do Concelho de Terras de Bouro mais os de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Montalegre. Haverá uma Comissão Administrativa, apoiada numa Comissão Técnica Consultiva e ainda se estabelecerá a Comissão Científica. Respeitante à Sede, deverá ser procurada a colaboração das entidades regionais, do Fundo Internacional para a Conservação da Natureza e outras Fundações, e instalado um Museu, Biblioteca e Sala de Conferências, procurando assim incentivar as visitas ao Parque incutindo-lhes no seu espírito a ideia de que vão percorrer um grande jardim de Portugal, uma região-

-modelo de respeito pelo mundo das plantas, dos animais e da paisagem que nós todos devemos pugnar, porque elas também nos pertencem, pois são genuinamente portuguesas.

Na esquematização dos tipos de reservas foram ponderadas as seguintes: **Integrais, Naturais, Turísticas e Paisagísticas**. As primeiras — na maioria dos casos de reduzidas dimensões — deverão ser consideradas como verdadeiros **Santuários**, só profanados por cientistas, pois podem destinar-se a salvaguardar espécies em vias de extinção, ou a verdadeiros laboratórios vivos onde se poderá estudar a Biologia e condições de evolução do meio natural, subtraído de toda a intervenção humana. Além disso merece atenção especial outros aspectos científicos, tais como, aqueles que estão ligados à pesquisa dos dólmenes, gravuras rupestres, castros, estradas romanas, marcos miliares, castelos e outros vestígios de ruínas que aguardam pesquisadores interessados, quer nacionais, quer estrangeiros.



*«Porqueiros da Calcedónia», aspecto flagrante da desagregação da rocha, com monolitos sobrepostos, semelhantemente a velhos templos ou monumentos megalíticos*

As segundas, **Reservas Naturais**, inicialmente abrangerão somente aquelas superfícies que agora já não são utilizadas pelos povos limítrofes, e que se espera no futuro possam ser alargadas, quando a mentalização tiver dado os seus frutos. Assim há que respeitar fundamentalmente a vida sob todas as suas formas, a fim de permitir o livre e silencioso jogo das leis de equilíbrio da Natureza. Será, portanto, interdita toda e qualquer forma de caça, à colheita de qualquer espécie vegetal, bem assim como de grandes ruídos, permitindo-se apenas que o passeio se faça a pé ou a cavalo ou ainda em carro de tracção animal. Será permitida, embora condicionada, a pastorícia, não só porque é uma necessidade de economia local, mas também porque, fazendo de remota data parte do equilíbrio destas serras, constitui elemento de vida precioso sob os aspectos humanos, educativos e paisagísticos. E neste clima que o homem dos nossos dias, traumatizado, poderá rever águas cristalinas, respirar o oxigénio do ar puro, liberto das poluições dos grandes centros populacionais e gozar da paz que ele não usufrui, revitalizar-se para nova caminhada na vida, na vida áspera e poluída que o espera na cidade.

Outro ponto de notável interesse é o que se relaciona com a **Reserva Turística**, que incidirá na reserva de protecção ou zona envolvente e periférica, onde vamos encontrar largos espaços do domínio público ou povoados com os respectivos campos agrícolas e de pastoreio, de quatro albufeiras dos aproveitamentos hidroeléctricos e ainda das Termas do Gerês, que se espera venham a ser altamente beneficiadas com todo o complexo turístico do Parque Tude de Sousa. Em toda esta reserva periférica se estabelecerão as necessárias infra-estruturas turísticas, desde o estabelecimento de parques de campismo, a todo o complexo hoteleiro, procurando-se criar também nos aldeamentos serranos a possibilidade da sua utilização como centros de albergue para visitantes, caçadores e pescadores. Por outro lado deseja-se com isto que os povos serranos possam tirar lucro desta estrutura, como seja: o alojamento, o aluguer de garranos ou de carros para excursionistas, a venda de objectos de artesanato, de produtos da terra, de carnes de fumeiro, ainda não contaminados pela poluição, o serviço de guias, a venda de cães de raça regional, etc.

Quanto às albufeiras, pretende-se que na de Paradela e futura de Vilarinho da Furna seja interdito o emprego de barcos motorizados, destinando-se a sua utilização à pesca e estudos científicos. Somente na Caniçada e noutras serão autorizados a prática de todos os desportos náuticos, prevendo-se a fundação de clubes desportivos.

Toda a região abrangida pelas **Reservas Naturais** e **Reservas Inte-**



*O dinâmico presidente do Município de Terras de Bouro, Dr. Fernando Faria Ferreira, pronunciando o seu discurso, na sessão solene, realizada no salão nobre do Hotel Universal do Gerês, por ocasião da inauguração do «Parque Nacional da Peneda-Gerês», sob a presidência do venerando Chefe do Estado, Almirante Américo Tomás*

grais, constituirá o maior núcleo do País de reserva de caça e, futuramente, largas possibilidades de existência de caça grossa na região periférica. Note-se, que nestas zonas periféricas serão criados núcleos de reduzida área e cientificamente estabelecidos, onde anualmente se procederá ao repovoamento de espécies de alto valor cinético, designadamente a perdiz e a lebre. No que se refere à pesca prevêm-se robustos investimentos da truta, de maneira a obterem-se reservas que permitam satisfazer o desejo dos nossos pescadores.

Outro ponto de interesse que nos oferece o Parque é quanto à promoção social dos povos serranos, em que os Serviços de Colonização Interna têm também uma palavra a dizer.

Além da tão premente mentalização destes povos-para a sua integração nos novos moldes económicos que se avizinham, há que dirigí-los, fundamentalmente, para as atrás já citadas novas fontes de receita, não olvidando o quanto tem de interesse a etnografia rica desta região, como sejam os aspectos do comunitarismo e das romarias.

Deve-se ter presente que não é pretensão criar-se um tipo de reserva humana para simplesmente ser objecto da visita dos chamados civilizados, é sim, integrá-los nos novos figurinos turísticos de promoção que possam possibilitar um intercâmbio de bens. De um lado recebe-se dinheiro e convívio com o cidadão, do outro dá-se hospitalidade, sem postigos, escutando as suas lendas e histórias, admirando o seu folclore, sempre embebido em filosofia e em sabedoria.

Por último, as **Reservas Paisagísticas** destinam-se, fundamentalmente, às milhentas motivações turísticas que a montanha nos oferece, através das suas grandes possibilidades de êxito, como o campismo, a caça, a pesca e os desportos náuticos.

Os responsáveis anunciam que o primeiro escalão terá de ser dirigido para as delimitações exteriores do Parque, como sejam as realizações e estudo dos diversos tipos de Reservas. Ao mesmo tempo deve procurar-se que os nossos cientistas se debrucem sobre todos os valores a inventariar e o de formar, em cursos intensivos, os futuros guardas vigilantes. Resolvidos estes importantes problemas, haverá que



*Um trecho da «albufeira da Caniçada», correndo ao longo e, paralelamente, a fita branca da estrada. Poiso excelente para se assistir às provas náuticas, como aquelas de Motonáutica realizadas ultimamente com grande êxito*



dirigir as atenções para os diversos tipos de vias de penetração, dando grande ênfase aos traçados que se destinam aos passeios a cavalo ou em carros de tracção animal, além de se estabelecer uma eficiente rede de abrigos de montanha e aquisição de montadas para os guardas vigilantes. Outros aspectos prioritários, em atenção, terão que ser os das Portas do Parque, formação de guias, o fomento cinegético e piscícola e ainda o estabelecimento de um novo ordenamento florestal e de pascigo a realizar nas áreas respectivas.

Quanto ao pré-parque, além de trabalhos de ordem social ligados com a mentalização dos seus habitantes, haverá que, no plano agro-pecuário, definir novos equilíbrios a realizar em cada sector, e quanto ao plano turístico, definir um programa para cada estação. Trata-se de realizar investimentos num novo tipo de estruturas que possivelmente não serão rentáveis dentro dos cânones habituais. Porém, não podemos olvidar que nos encontramos a viver numa Europa ávida de espaços deste tipo.

No futuro, o aproveitamento de edificações existentes, como a ligação do Alto da Mata do Cabril à Portela do Homem, a abrir sòmente ao tráfego hipomóvel, a instalação de uma sede condigna e dos centros de interpretação, a eficiente instalação para os cientistas nacionais e estrangeiros, as obras de pioneirismo ligadas à indústria hoteleira e desportiva serão alguns dos imensos trabalhos a efectivar ou a incentivar nesta região, uma das mais belas e encantadoras de Portugal.

Ainda vamos buscar a voz dos responsáveis, esclarecedora, no tocante ao aspecto económico de valorização da região: em primeiro lugar estamos em face de regiões marginais quanto à sua ocupação com florestas de rendimento, porquanto se trata na maioria dos casos de zonas onde a erosão e a altitude não permitem esse tipo de ocupação florestal. Allás esta directriz já se patentela nos respectivos projectos de arborização; em segundo lugar, porque a técnica, permitindo-nos hoje alcançar rendimentos lenhosos de tal modo elevados através da silvicultura intensiva, nos pode e deve levar a dispor de todas as regiões marginais, para a obtenção de ar puro, águas cristalinas, hoje bem mais necessários do que a maioria dos produtos lenhosos, em vias de nova solução através dos processos tecnológicos da nossa época espacial.

Eis, em traços ligeiros, sintetizados, o que é o «Parque Nacional da Peneda — Gerês», criado numa hora providencial (por portaria, publicada no «Diário do Governo» de 8-V-1971, assinada pela Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, do Ministério da Economia) e que



*Uma imagem, plena de vida, aquando da inauguração do «Parque Nacional da Peneda-Gerês», vendo-se o Chefe do Estado que ali propositadamente se deslocou, rodeado de outras autoridades estaduais*

muito pode realizar de bem e de útil para o povo do Concelho de Terras de Bouro, que ansiava há muito por esta iniciativa governativa.

Com esta providencial medida da criação do Parque, aliada ao dinamismo que é timbre da Municipalidade terrasboureense, estamos certos da promoção a uma escala internacional de todo um Concelho. Irão surgir mais rodovias, irão ser construídas mais estradas e acessos, irão ser levantadas unidades hoteleiras, condignas desse nome, confortáveis, a preços acessíveis a todas as bolsas, e irão aparecer restaurantes arejados, convidativos, a todos nós, com ementas regionais — os terrasboureenses são mestres da boa cozinha e em servir — certamente que todo este sublime conjunto faça do visitante um amigo inseparável da região, para muitas e constantes vilegiaturas. Outra esperança que veio na mesma hora, como um presente em bandeja, é a abertura

da Portela do Homem ao Mundo da Paz, caindo por terra a estratégia guerreira de outrora, para se transformar agora numa das portas, não do paraíso, que o homem infelizmente nunca sentiu na terra, mas, sim, numa porta de valor humano onde a arte, a hospitalidade e a atmosfera de tranquilidade, são atributos e pesam como valores essenciais desta vida terrestre, na qual nos encontramos.

A abertura da fronteira da Portela do Homem, que presumimos seja para muito breve, tem sido quer da parte das nossas autoridades, quer da parte espanhola, motivo de conversações, de visitas e de assunto de trabalho. Diz-se que o encurtamento para Orense é da ordem dos 50 quilómetros, o que julgamos de larga importância, para quem demande o nosso País, por essa frente turística. Queremos assinalar todo o bom empenho nesta concretização da parte do Governador Civil de Braga, Comendador António Santos da Cunha, que, incansavelmente, tem exposto ao Governo as grandes vantagens que adviriam no estabelecimento da abertura da fronteira da Portela do Homem, não só para o Minho, mas também para Portugal e para o Mundo.

**Bibliografia:** «Memórias Geográficas e Históricas da Província de Entre Douro e Minho», (Lisboa, 1736) — Códice n.º 8750, fls. 147, «Fundo de Manuscritos» da Biblioteca Nacional de Lisboa; Oliveira Freire, «Descrição Corográfica», (1739); Emilio Hubner, «Inscriptiones Hispaniae Latinae», in «Revista Critica de História y Literatura Española, Portuguesa y Hispano Americana», Ano I, n.º 4, 1869; Paul Choffat, «Promenade au Gerez Souvenir d'un Géologue», in «Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa», Série 14, n.º 4, 1895; Jacinto Rodrigues, «Minerais Descobertos em Portugal», «Com. da Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal», Tomo III, Fasc. 2, Lisboa, 1895-1898; António Conceição Dias Parente, «Santuários da Serra do Gerez», (1907); António Arroio, «O País Português - o Solo, o Clima, e a Paisagem», (Lisboa, 1908); Prof. Silva Teles, «Introduções Geográficas» — notas sobre Portugal, (Lisboa, 1908); Amílcar M. de Jesus, com colaboração de A. Viana e R. Cavaca, «Minerais de Portugal Continental», Vol. II, (Lisboa, 1930); Dr. Sousa Costa, «No Gerez - a Natureza e o Homem», (Porto, 1934); Dr. Armando Narciso, «O Clima e as Terras de Portugal na Indústria do Turismo», in «Bol. de Minas», (Lisboa, 1935); C. Freire de Andrade, «Considerações sobre a Linha de Depressões Barcelos-Montalegre», in «Bol. do Museu e Laboratório de Mineralogia e Geologia da Universidade de Lisboa», Série II, n.º 4, 1935, «Os Vales Submarinos», (Lisboa, 1937); Prof. J. Carrington da Costa, «Do Conhecimento Geológico de Portugal Continental», in «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», Vol. XXVI e XXVII, 1940, «Evolução do Meio Geográfico na Pré-História de Portugal», (Lisboa, 1941); Eng.º Augusto Ferreira Machado, «O Repovoamento e Despovoamento dos Novos Cursos de Água», (1942); Orlando Ribeiro, Carlos Teixeira, J. M. Coteló Nelva «Depósitos Detríticos da Bacia do Cávado», in «Bol. da Sociedade de Geologia de

Portugal», Vol. III, Fascs. 1 e 2, Porto, 1943; J. M. Coteló Neiva, «A Idade dos Granitos Portugueses», in «Bol. da Sociedade de Geologia de Portugal, Vol. III, Fascs. 1 e 2, Porto, 1943; «Tectónica Plio-Pliatocénica do Noroeste Peninsular», in «Ból. da Sociedade de Geologia de Portugal», Vol. IV, Fascs. 1 e 2, Porto, 1944; «Jazigos Portugueses de Cassiterite e de Volframite», in «Com. dos Serviços de Geologia de Portugal», Tomo XXV, Lisboa, 1944; Tude de Sousa, «Pastoreio e Alto Pastoril», «Vida e Arte do Povo Português», (Lisboa, 1940), «Serra do Gerez», in «Agros», Ano XXVII, n.º 3 e 6, Lisboa, 1944; «Granitos e Jazigos Minerais de Diferenciação Magmática das Beiras e Norte de Portugal», in «Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro», Vol. I, Fascs. 1 e 2, 1945; Klockmann e Ramadohr, «Tratado de Mineralogia», (Barcelona, 1947); Dr. Celestino Maia, «A Primeira Descrição Geológica do Gerez», Livro do I Congresso Luso-Espanhol de Hidrologia, pág. 320, Outubro, 1947; «O Gerês Serrano e Termal», (1945) e Notas e Prefácio ao livro «Diário Filosófico da Viagem ao Gerez», (Porto, 1949); Prof. Silvério Gomes da Costa, trabalhos de investigação à guarda da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

## PANORÂMICA GERESIANA

Muitos epítetos tem a serra do Gerês, desde o de «paraíso do excursionista» até «à mais linda serra portuguesa», ou ainda, este, «uma das maiores surpresas da Terra de Portugal». O cientista alemão



A «Calcedónia», outro vestígio da romanização muito acentuado na serra geresiana

Link que contactou com ela durante muitos dias afirmou: «nenhum viajante a visitará sem deleite, esses sítios tão aprazíveis, que reúnem as belezas de um clima quente à frescura do norte ... O Caldo, o Homem, o Cávado, bem merecem, como o Lima, o nome de Lethes. O encanto que eles derramam sobre estes sítios faz esquecer as florestas da minha Pátria e mesmo as da fria Inglaterra».



*Fraga da Peneda, em Chã de Lamas, uma forma de erosão, das muitas que a cada passo se toparam nesta serra incomparável do Gerês*

De quando em quando menos esperamos desprendem-se dos altos ribeiros transformados em cascatas que rolam, de penedo em penedo, parecendo terem voz, uma voz forte que vem do mais fundo seio da serra. Nomes de alguns deles: Caldas, Palas, Torpo, Leonte, Colado dos Fetos, Ponte Feia, S. Miguel e tantos outros, que vão reforçar

os rios no seu serpenteado caprichoso, o **Homem** e o **Cávado**, que tanta importância de fomento económico dão a estas terras de «Boyro».

Se penetrarmos mais na serra, subindo à **Albergaria** e vendo todo o seu redor, subjugá-nos logo o peso forte das altas muralhas, de montes sobre montes, como em mar encapelado; para nascente avistamos o **Lagademos** (como um pico vulcânico), o **Pé da Reigada**, o **Cantarcho** (como baluarte inexpugnável). São mais altares de granito, colossais, sentinelas vigilantes, postadas ao primeiro sinal de alerta e de combate. Dá-nos a sensação de ao delimitarem o vale o fecham simultâneamente, enquanto cá, em baixo, se ouve em sussurro o marulhar da água, na quietude do silêncio da montanha. Mas, há outros passeios a dar, como aquele à **Pedra Bela**, a 829 metros (de que o Padre Martins Capela diz que é **Pedra Vela**, porque daquele poiso os antigos velavam a entrada do inimigo), à **Portela de Leonte** (875 metros), aqui nascem os rios **Gerês** (afluente do Cávado) e o **Leonte** (afluente do Homem), irmãos no nascimento e na morte, à cascata do **Arado**, à **Assureira**, aos **Carris** (1507 metros), ao **Altar dos Cabrões** (o ponto mais alto da serra, 1541 metros), à **Chã do Teixeira**, à **Chã das Abrótegas**, à **Cabreirinha** (1534 metros), ao pico da **Borrageira** (1433 metros), considerado como uma das melhores vistas sobre toda a área vizinha. Entre esta e a Portela de Leonte, há colossais penedos com configurações estranhas, devido a erosões, de aspecto circular, que



*Outro ângulo da montanha geresiana, sempre envolvida num mar encapelado de terra. Lá em baixo serpenteia a água, uma riqueza emanada da montanha*



*Estrada que vai para outro belo poiso da serra — a Pedra Bela —  
tão visitada e estimada pelo turista. Ao fundo o Cabril*

são bastante raros de se encontrar, um pouco parecidos àqueles que nós vimos na Córsega (Tafoni). Se alongarmos um pouco mais o nosso ângulo visual, deparamos na meia encosta com uma rechã de pastagem, o **Curral do Vidoal**, que pelos efeitos erosivos nos parecem como se fosse um sino e um cogumelo, além de outras formas, tais como, agulhas, arcobotantes, esfinges, homens e animais. A **Feixa das Albas** surpreende-nos pela impressionante imagem — a suspensão de um vale!

O Prof. Amorim Girão, numa visita que fez à serra do Gerês, e, depois, das suas impressões, escreveu um interessante artigo na revista «Panorama», de Lisboa, em Setembro de 1958, após ter-se referido às saliências do **Borrageirinho**, «atravessamos agora uma zona erma e desolada, onde vegetam especialmente o «**Nordus Stricta**» (tão apreciado pelos gados) e onde só o forno dos pastores marca às vezes, muito episódicamente, o único sinal de vida de ocupação humana». E acrescenta mais adiante, «subimos depois à lomba granítica que emoldura essa lagoa, e ao chegarmos ao alto dela, o espectáculo renova-se com a visão inesperada de outra lagoa, ainda de maiores dimensões, conhecida pelo nome de **Lago Marinho**, com a particularidade de

apresentar uma espécie de ilha interior onde uma planta só própria das grandes altitudes encontra asilo e floresce no isolamento e protecção da toalha líquida que a cerca. Flores brancas de neve que os rapazes de algumas aldeias vizinhas dos Alpes costumam ir colher à custa de todos os sacrificios, para nas vésperas do casamento oferecerem às suas noivas.»

A serra tem destes encantos e destas surpresas momentâneas. Não vamos dar os inúmeros itinerários, que nunca mais findariam de enumerar. Dar-lham muitas laudas de papel, e nesta Monografia, o seu objectivo é o de ser sintética. No entanto não podemos esquecer mais estes pontos que julgamos primordiais lembrar: **Lomba de Pau** (1368 metros), **Prados Caveiros** (para os cumes da **Abilheirinha** a 1226 metros), **Cantarelo** (1425 metros), **Pé do Cabril** (ideia de uma Catedral de estilo gótico, a 1235 metros), **Fragas da Calcedónia** (912 metros) e a **Fraga Negra**, num encantador sítio, um estupendo mira-



*A Ponte Feia, no nome, mas bonita e grandiosa, sobre o rio Homem*





*Junto da estrada para a Junceda encontramos estas duas fragas descomunais, impressionantes, perante as quais o homem se torna tão insignificante e nulo*

doiro, onde os Serviços Florestais fizeram colocar uma lápida com o nome do Dr. Manuel Braga da Cruz, homenageando-o por ser um conhecedor e amante dos recantos desta serra (20).

---

(20) O Prof. Amorim Girão, além de ter citado Armando Espada como «o rei dos guias serranos», refere-se também ao Dr. Braga da Cruz, chamando-o «calcorreador-mor da serra». O nosso amigo Dr. Braga da Cruz foi, em tempo, director da Empresa Hoteleira do Gerês, de parceria com outro nosso saudoso amigo, Gonçalo Telo Nunes, e foi aí que nos conhecemos melhor. Possui hoje a melhor biblioteca geresiana, no seu palacete, em Braga, onde reside. Aproveitamos este parêntesis para lhe agradecer as indicações solicitadas sobre obras geresianas, algumas das quais serviram de base a esta Monografia.

## LUXURIANTE FLORA GERESIANA

Nenhuma das nossas montanhas apresenta como o Gerês uma excepcional riqueza de espécies vegetais — um presente de Deus na Terra. E, algumas dessas espécies, estão ainda por revelar, cientificamente. Não é só a beleza em si do revestimento dos dorsos montanhosos, mas é também um dom capital, valoroso, para a economia portuguesa. As árvores, robustas, levantam os seus braços, de manhã à noite, como cabeleiras desgrenhadas ao vento, à chuva e à neve, numa imensidade vária em que não sabemos se admirar mais os carvalhos ou os teixos, os azevinhos, ou, até, lá arriba, nos cocurutos, onde moram as águias, onde a carqueja e a urze são as plantas animadoras, selvagens, das áreas inacessíveis ao homem. Não é só um eldorado para os botânicos, ciosos do enriquecimento de herbários, na descoberta de outros valores desta flora que se entreabre como um cofre de segredos, mas também para os pintores e para todos, enfim, sensíveis a este mundo maravilhoso de beleza e de arte.

Nos meus papéis, apontamentos tirados quando vagueava pelos montes geresianos, dizem-nos da revelação de 18 espécies, que nunca foram herborizadas noutra parte do País, e ainda a existência do seu nome a 5 plantas, como homenagem ao seu aparecimento naquela serra.

Comprova-se esta variedade silvestre do Gerês na simples razão de haver um infinito número de microclimas resultantes da sua latitude, dos acidentes orográficos, das orientações dos ventos, somado com outros factores importantes que oferecem escalas de valores de temperaturas, classificadas entre «marítimo atenuado pela altitude média» e «temperado» ou «moderadamente húmido» nas termas e de «intenso frio» nas regiões mais altas. Assim, poderemos dividir a serra geresiana em três andares: inferior até 1200 metros (a mais significativamente arborizada), com árvores de grande porte, como o carvalho (em 1736, já se dizia «deve estar nascido do princípio do Mundo por serem muito grossos e altos e nenhuma espingarda matará as aves que se pousem na sua coroa»), o azereiro, o azevinho, o medronheiro <sup>(21)</sup>, o pilriteiro (de seu nome generalizado no Gerês de escalheiro) o padreiro, o bordo (plátano bastardo ou sicômoro),

---

(21) Do seu fruto aproveita-se para o fabrico de uma excelente aguardente.



*Um túnel de verdura este do Parque de Tude de Sousa, um óptimo medicamento para a tranquilidade dos nervos e repouso de ideias, muito procurado pelos aquistas e forasteiros*

etc.; compreendidos entre 1200 e 1400, o videeiro (22), o teixo, o pinheiro (bravo ou silvestre, de agulhas curtas e de pequenas pinhas), com alturas que vão dos 15 a 20 metros (únicos existentes no nosso território continental); superior a 1400 metros com plantações de zimbro (23) e arbustos rasteiros (carqueja e urze). E, mais para cima, nos mais altos cumes, a vegetação é quase nula.

---

(22) Conhecida também por Vido, Bétula, Papyrus, Caçacaça, Páo-Páo-Para Tudo, com extraordinárias propriedades terapêuticas, entre elas para a cura da raiva. Era também da casca desta árvore que os antigos escreviam antes do aparecimento da invenção do papel na escrita, conforme lemos na obra «Reflexões Experimentaes Methodico Botanicas» (muito úteis e necessárias para os professores de medicina, e enfermos, divididas em duas partes, Lisboa, 1779), de Frei Cristóvão dos Reis (carmelita descalço e farmacêutico-botânico, administrador da Botica de N. Senhora do Carmo, em Braga).

(23) *Juniperus nana* (zimbro anão), o genipre, no dizer do povo geresiano, donde se faz a bela «genebra» (dos bagos do zimbro).

Além destas espécies a serra é ainda riquíssima em fetos, lírios (24), narcisos, jacintos, hipericão (25), *Prythroninca deuscanis* (26), árvore do chá (27), etc.

Tal e qual como não há parecença entre dois vales, nem semelhança entre dois montes, que se levantam aprumo à nossa vista, também o seu revestimento é diverso. Assim, numa vertente, podemos admirar uma manta densa de medronheiros, enquanto na encosta adjacente, logo topamos com um revestimento de pinheiros ou de cedros. É curioso o que se nos afigura, por vezes, entre penhascos enormes encontramos mimosas, avencas e begónias silvestres. A serra mostra-nos um verdadeiro cosmorama onde nada falta de arte e de beleza, entre túneis, fechados de vidoeiros e de azevinhos, nem tão pouco do canto das aves e das águas. A serra do Gerês continua assim a ser objecto já não digo dos que a procuram como enlevamento ou outro sentimento estético para a grandeza das almas, mas, dos botânicos incansáveis na descoberta do interesse científico, e isso é o que mais nos importa assinalar (28).

---

(24) Existe uma espécie genuína daqui, «*Iris Boissieri*», de cor violácea, que se deve à descoberta do Prof. Júlio Henriques.

(25) Além do «*Hypericum androsoemum*», há outras ervas a «*Centaurea menor*» e a «*Camomila romana*», das quais se fazem chás, com aplicações para os doentes do fígado e aparelho intestinal.

(26) Árvore rara de flor violácea rosada.

(27) Nos Viveiros dos Serviços Florestais estão implantadas estas árvores do chá (*Camélia Thea* Lynk).

(28) Alguns nomes que escreveram obras sobre a flora e o clima geresianos: Prof. Félix Avelar Brotero (1744-1828), «*Flora Lusitânica*» (1804); Prof. Henrique Frederico Link (1767-1851) acompanhado pelo Conde de Hoffmansegg, «*Flore Portugaise*», 2 Vols. (1807) e «*Viagem em Portugal*» (1803); Prof. Júlio Augusto Henriques (1838-1928), «*A Vegetação da Serra do Gerez*» (1885), «*A Serra do Gerez*», (1886) e «*Catálogo das Plantas que Vivem na Serra do Gerez*»; Prof. Manuel José Fernandes Costa (1870-1952), «*Hypericum androsoemum*» (1904); Joaquim Casimiro Barbosa, «*A Horta*», (Porto, 1884); Padre José da Silva Tavares, S. J. «*Sinopse das Zooceceideas*», in «*Brotéria*», Secção Zoologia, Vol. IV 1905, «*Primeiro Apêndice à Sinopse das Zooceceideas Portuguesas*» idem, Vol. VI, 1907, «*As Cecideas no Gerez*», idem, Vol. VIII, 1909; Prof. António Xavier Pereira Coutinho, «*A Flora em Portugal — Plantas Vasculares*», 2.<sup>a</sup> Ed. (Lisboa, 1939), «*Curso de Silvicultura*», 2 tomos — o 1.<sup>o</sup> — «*Botânica Florestal*» e o 2.<sup>o</sup> «*Esboço de uma Flora Lenhosa Portuguesa*», (1887); Eng.<sup>o</sup> António Mendes de Almeida, «*Pinus Silvestres*», «*Bol. da Direcção-Geral de Agricultura*», Ano V n.<sup>o</sup> 14, Lisboa, 1894; Augusto de Vasconcelos, «*Dicionário das Plantas de Portugal*», (Porto, 1914); Abílio Fernandes, «*Novos Estudos Cariológicos no Género «Narcissus» L.*», (Coimbra, 1933); «*Narcisos de*

## FAUNA GERESIANA E AS MONTARIAS

É das mais notáveis a fauna da serra do Gerês, pela sua grande variedade de espécies, algumas delas raras e, até, outras, já se acabaram por extinguir. Muitos dos nomes ilustres da zoologia mundial têm-se debruçado no estudo rigoroso, profundo e proficuo da fauna geresiana, dando depois relatórios e obras, desse exaustivo labor, ao serviço da Ciência (29).

Com os seus fofos prados nas chãs e nas vertentes para a intensificação da pecuária e ainda nos cômoros, como pontos ideais de vida, para refúgio da caça grossa, a esplêndida serra dá-nos grandes motivos de atracção descritiva.

---

Portugal», in, «Bol. da Sociedade Broteriana, Ano II, Vol. II, Coimbra, 1936; João do Amaral Franco, «Dendrologia Florestal», (Lisboa, 1943); Eng.º Bernardino António Barros Gomes «Notice sur les Arbres Forestière de Portugal»; Georgette J. Reis de Barros, «Briófitas da Serra do Gerez», in «Bol. da Sociedade Broteriana», Coimbra, 1944; «As Primeiras Observações Botânicas Feitas no Gerês», Comunicação apresentada à 1.ª Reunião de Botânica Peninsular realizada no Gerês em 1948; Dr. Gonçalo Sampaio, «Manual da Flora Portuguesa», (Porto, 1909 a 1914); Prof. Herculano Amorim Ferreira (1895—), «O Clima de Entre Douro e Minho», (S/ data); Eng.º Oscar Saturnino, (1898—), «Notas sobre o Clima das Caldas do Gerez», «A Terra», n.º 19, (1935); Tude de Sousa, «A Tradição, o Valor e o Culto da Arvore» (1913), «A Serra, as Pastagens e o Gado» (1914), «Naturalistas no Gerez», 13 artigos em «O Comércio do Porto», de Agosto a Dezembro de 1937, «Mata do Gerez - Subsídios para um Monografia florestal» (Coimbra, 1926); Alfredo Tait que promoveu a vinda dos cientistas Corder, Godow e Semproth; Joaquim Vicente Pereira de Araújo, apelidado pelo Prof. Ricardo Jorge como o primeiro dos naturalistas da serra, que estudou-a por incumbência do Arcebispo de Braga, em 1782, «extasiando-se perante o pitoresco panorama alpestre, coleccionando rochas, indicando as essências florestais, analisando os monumentos romanos e tomando nota dos hábitos selvagens da gente geresiana, segregada ainda no mundo e das leis do País.» Por último damos conta de uma excursão científica dos padres jesuítas José da Silva Tavares, Afonso Luisier, Camilo Torrend e Oliveira Pinto, que na revista «Brotéria», da qual o primeiro a dirigia fizeram a sua descrição, ao planalto das Abrótegas, a 1500 metros de altitude com a participação de 300 pessoas, durante 3 dias (1908). O Dr. Welwitsch coleccionou um completo herbário geresiano.

(29) Entre outros salientamos: o entomologista Prof. Manuel Paulino de Oliveira (1837—) coligiu insectos apanhados no Gerês; Prof. Barbosa du Bocage (José Vicente, 1823-1907), publicou «Memória sobre a cabra montês da Serra do Gerês» (1857), considerando que é uma subespécie exclusiva do Gerês e identificada como a «capra hispânica»; Dr. Carlos França (1877-1926), escreveu um estudo «Le bouquetin du

Terras de Bouro é um bom centro criador de gado bovino, cavalariço, suíno, caprino e lanígero, com condições propícias, naturais, para o seu desenvolvimento.

Quanto a animais daninhos e caça grossa, a serra, é fértil em oferecer exemplares que não são vistos noutras paragens continentais portuguesas. Em tempos haviam ursos (30), o último dos quais foi abatido em 1650, a cabra montês, cujo último exemplar foi capturado em 20-IX-1890 (31), lobos cervais (32) e ainda hoje se encontra o corço, (*capreolus canus* Miller), porco montês (javali), cervo (veado), tourões, martas, raposas, fuinhas, lontras, texugos, garranos selvagens (33), águias reais, milhafres, garças, bufos e outras aves de rapina, charrela (perdiz cinzenta), perdiz parda da serra, víbora (*Vipera Latastei*), cobra (*Corundela girundica*), cobra (*Blanus circ-*

---

Gerez, notes sur une espèce éteinte», (1916), in *Arq.º da Universidade de Lisboa*; Angel Cabrera, «Fauna Ibérica — Mamíferos», (Madrid, 1914); Augusto Ferreira Nobre, «Animais Venenosos de Portugal», (Porto, 1928); M. A. da Silva Cruz e J. T. Wattison, «Lista dos Lepidópteros do Gerez», in *Mem. e Estudos do Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra*, Série I, n.º 40, 1929; Júlio Bettencourt Ferreira, «Independência da Fauna Portuguesa», in «Instituto Augusto Nobre», (Porto, 1937); «Contribuição para a História da Entomologia em Portugal», in «Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas», 1939; Capitão Henrique Galvão, Freitas Cruz e António Montês, «A Caça no Império Português», (Porto, 1941); «Araignés Nouvelles», in «Memória e Estudos do Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra», Série I, n.º 117, 1941; António Armando Themudo, «Anfíbios e Répteis de Portugal», «Memória e Estudos do Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra», Série I, n.º 133, 1942.

(30) Frei Bernardo de Brito escreveu na sua obra «Geografia Antiga da Lusitânia» (1597): «Tem grande número de veação, como são cabras selvagens, corças, porcos monteizes, veados e alguns ursos.» Por sua vez o Padre Matos Ferreira refere-se que os antigos fizeram uma construção sólida de pedra da altura de vinte palmos, e muito a direito, a fim de poderem defender as suas colmeias dos ursos que nesse tempo eram muitos. Aqueles animais selvagens tinham o tino de levarem os cortiços para junto dos ribeiros e ali mergulhavam os tamos, libertando-se, assim, das abelhas para no final banquetear-se com o saboroso mel.

(31) Encontram-se no Museu da Universidade de Coimbra dois exemplares, macho e fêmea.

(32) Nome vulgar do linco, a fera que foi achada na serra em 1728 e que matou na freguesia do Cabril o lavrador João Bernardo Pereira, sendo também da mesma espécie, outra, que foi morta, no lugar da Granja, em 1825.

(33) Raça luso-galiziana, considerada rara no Mundo e com bastante interesse científico.

*Inofensivos b́ebes-lobos, estes que mostra a gravura. O caçador Francisco Alves, o «Artilheiro», como é mais conhecido, abateu um corpulento lobo, feriu mortalmente a fêmea, depois de luta renhida e de ter conseguido tirar da toca estes b́ebes. Posteriormente foram encontradas mais duas ninhadas de 12 lobitos que foram recolhidos. Passou-se isto em 9-VI-1949, nos «Carris». Deste achado foi publicado, por nós, um artigo em «O Comércio do Porto» e no «Diário do Minho», de Braga, neste último, em 10-VI-1949, na rubrica «Postal Ilustrado do Gerez»*



reus), lagarto (*Lacerta virilis*), lagarto (*Lacerta ocellata*), lagarto de água, salamandra (*Salamandra maculosa*, Var. *Mollerii*, *Triton marmoratus*, *Chioglossa lusitânica*, *Pleurodeles Waltlii*), sapo (*Bufo vulgaris* Var. *Spinosa*), sapo (*Alytes obstetricans*), rana (ibérica), grande variedade de insectos, (coleópteros, borboletas, libelinhas e saltões).

Em face do povoamento ser quase todo feito por cavaleiros-vilões e jugadeiros, atendendo à muita caça grossa, naturalmente, criaram-se lugares de *monteiros*, nestas terras de Bouro. No geral as montarias eram praticadas em todas as freguesias, mas sobretudo mais em Balança, Chamoim e Choreense. Nesta última, segundo as «Inquirições», os seus habitantes eram obrigados «quando correrem monte, se matam porco (javali) dão espádua ao senhor da terra (o rico homem), e do urso as mãos, e se matam corço dão uma perna ao mordomo pequeno uma vez no ano; se matam porco montês dão a el-rei espádua, e de urso as mãos, e da Septuagésima até à Páscoa, se matam porco montês ou urso, não dão a el-rei nada». Igualmente, em Chamoim os moradores eram obrigados a «dar ao mordomo pequeno os corazis das cabras monteses e dos corços, e das vacas que matarem para comer, ou que se matem.»

Em Vilar da Veiga existia um tribunal especial constituído por um juiz (*monteiro*) com mais seis «homens do acordo», que eram nomeados pelo regedor, que superintendia na organização e direcção das caçadas. A de sexta-feira da Quaresma era fixa, mas para outras que se realizassem, os caçadores eram convocados por meio de toques de buzina. Todos os moradores, com casa, eram obrigados a dar pelo

menos um caçador. Quem faltasse era aplicada uma multa de 480 réis, ou então, em sua substituição, um cântaro de vinho (medida de 12 litros).

As caçadas eram a tiro ou por intermédio do fojo. Havia vários fojos espalhados pelas freguesias, os quais ainda hoje se encontram pela serra.

Os caçadores dividiam-se em três grupos, quando a caçada era a tiro. Escalonavam-se por grupos e por sítios: «esperas de torna», ou monteadores, e os atiradores.

O fojo consistia num grande fosso em forma angular onde o animal era escorraçado e encaminhado até entrar no alcapão, camuflado, e uma vez aí era mortalmente abatido com zagalotes.

As freguesias organizavam batidas durante o ano, mas haviam outras, denominadas «caçadas gerais». Essas eram promovidas pela



*Último exemplar da «Cabra-do-Gerês», vista e capturada em 20-IX-1890*



Câmara Municipal (34). Das diversas e mais importantes batidas que se realizaram salientam-se aquelas em honra do rei D. Luís, em 1887, quando esteve de visita ao Gerês, durante 3 dias, tendo sido hóspede do súbdito inglês Alfredo Thait, que então residia ali; noutra, organizada em homenagem aos cientistas Hermenegildo Capelo e Leonardo Torres, no sítio da Adega d'Água (35); e ainda, outra, na Borrageira e que é descrita por Ramalho, assíduo frequentador das termas geresianas (36), etc.

Deixaram-se últimamente de fazer batidas, sobretudo aos lobos e aos corços, que tanto movimentaram e deram que falar em todo o País. Aguardemos que com os propósitos da criação do «Parque Nacional da Peneda—Gerês», se inicie uma nova era de interesse cinegético na vasta área montanhosa do Gerês e noutras da sua vizinhança.

## **A ÁGUA, UMA DAS RIQUEZAS DE TERRAS DE BOURO O SEU APROVEITAMENTO, IMPULSIONADOR, PARA UM FUTURO MELHOR AS BARRAGENS DA CANIÇADA E DE VILARINHO, DOIS POTENCIAIS HONROSOS DA NOSSA ENGENHARIA**

Durante séculos o homem, passivamente, foi apenas um contemplador da paisagem, olhando-a tão bucòlicamente para ela, não sabendo tirar partido da riqueza que se avantajava ante os seus olhos. As terras são muitas vezes pobres, arrostando vida difícil, quando não se

---

(34) Constava do Art.º 63.º do Código de «Posturas Municipais do Concelho de Terras de Bouro», o seguinte: «Todo o morador deste Concelho concorrerá às montarias dos lobos, quando a Câmara mandar, sob pena de quinhentos réis. O Vedor encarregado de ver o fojo, que por omissão sua der causa a que os lobos fujam, pagará quatro mil réis, bem como pagarão a mesma quantia os que, sendo encarregados de tapar o fojo, não cumprirem o seu dever.»

(35) Esta caçada vem descrita por aqueles mencionados cientistas no «Boletim da Sociedade de Geografia», n.º 11, 4.ª Série, de 1882, e refere-se aos excelentes caçadores geresianos que encontraram: Manuel Joaquim Alves (Rigor), Francisco Martins (Pelameiro), Serafim dos Anjos e Serafim Afonso. Diz ainda esse Relatório: «É preciso dizer ao leitor que na serra do Gerês se não pode caçar sem o auxilio destes caçadores práticos, muito versados em questões de topografia local...»

(36) No seu livro «Banhos nas Caldas e Águas Minerais» (Porto, 1875) escreve uma batida ao javali. Outro escritor, Carlos Malheiro Dias, em artigos para a «Ilustração Portuguesa», nos números 127 e 142, de 1908, refere-se a uma batida na serra geresiana, na qual foi apenas cronista. Rotulou essas crónicas em «15 Dias de Caçada».



*Túnel de restituição das águas turbinadas na Caniçada que tem como função permitir o escoamento para o Cávado dessas águas na central subterrânea. Mediante esta técnica foi possível situar a central 50 metros sob o leito do rio, aumentando da mesma quantidade a queda bruta disponível*

descobrem os seus pontos arrojados, de interesse, transformando-os e proporcionando aos povos um bem de vida, um alimento para a boca e para o seu bem-estar. E, foi assim, que de um momento para outro, explosivamente, Terras de Bouro apareceu no mapa das gratas perspectivas técnicas, modificando o seu modo de vida e, até, as suas características de estar no mundo. O curso dos seus acontecimentos vai-lhe traçar decerto novo perfil. Os povos, como Vilarinho da Furna, tão chelos de ancestrais tradicionalismos, sacrificaram-se ao bem comum, para a construção de um mundo melhor para os seus vin-doiros. Este é um grande exemplo que desejamos sublinhar quando escrevemos este capítulo, constitutivo da sua Monografia. Um povo tão arraigado à terra como este de Vilarinho, em que os homens emigravam e depois voltavam ao seu terrunho natal, principiando de novo uma vida dura no amanhã das terras e do isolamento, sem estradas, sem comunicações, quando em países civilizados onde nada lhes faltava

tinham uma vida condigna à espécie humana, mostra-nos bem toda a sua grande fibra de homens e de compreensão, toda a necessidade, que é preciso partir não se sabe bem para onde, mas, porém, com o pensamento dirigido ao bem comum. Neste propósito Vilarinho vai dar lugar a mais uma barragem, valorizando, assim, a região em todos os aspectos, até, talvez tornando-a mais bela, paisagisticamente, pela acção inteligente e de bom-gosto do homem, e, ainda, o de perpetuar o seu nome a um empreendimento tão vultuoso como é este da barragem.

## UM SONHO — A BARRAGEM DA CANIÇADA

A HICA já tem em funcionamento desde 1946 (primeiro escalão) e, depois, em Outubro de 1954, sua conclusão, o aproveitamento do rio Cávado, a **Barragem da Caniçada** (a 7 Kms. de Vilar da Veiga), considerada como um dos maiores empreendimentos hidroeléctricos, do tipo de centrais subterrâneas, que se construíram no País, até ao momento presente.

Uma das notas mais salientes desta barragem é o **túnel de restituição** ao rio Cávado, pela sua grandiosidade. Mede 7500 metros. Para nos apercebermos da sua extensão basta recordar que ele é com-



*Aproveitamento hidroeléctrico da Caniçada*

parativamente ao túnel do Rocío — que é o túnel de caminho de ferro maior que nós temos no País — duas vezes e meia a sua extensão.

Como nota bastante importante de ordem técnica assinalamos a circunstância de, dadas as condições particulares de implantação deste túnel, ser forçoso efectuar a saída da totalidade dos produtos escavados através de poços de grande altura.

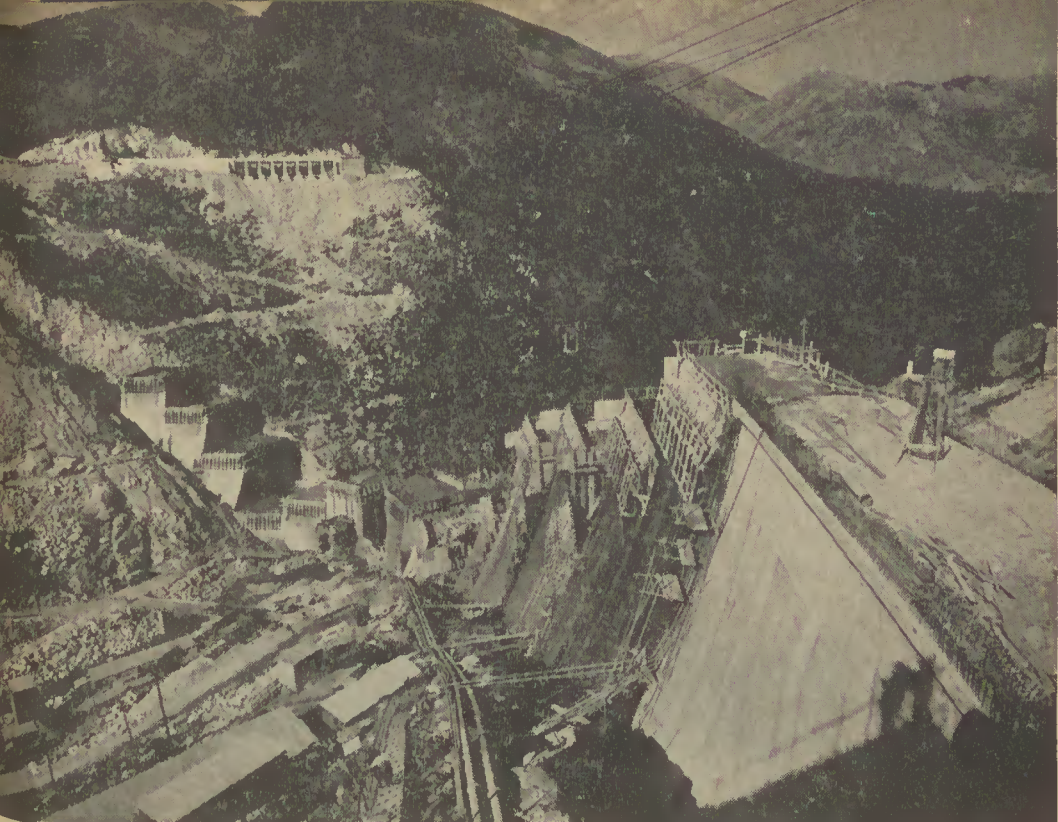
Características desta espécie de barragem:

- 76 m. de altura e 90 000 m<sup>3</sup> de betão colocado, e os respectivos equipamentos de descarga de fundo e evacuação de cheias;
- Torre de tomada de água, de 70 m. de alto, equipada com a respectiva comporta de segurança e grelha metálica;
- Galeria inclinada que conduz a água em pressão para as turbinas, de 200 m. de extensão, revestida em parte com uma blindagem metálica;
- Central subterrânea, servida por um poço vertical de 134 m. de altura e 7,5 m. de diâmetro, equipada com 2 grupos geradores de 32 000 KVA;
- Edifício de comando e a subestação exterior de transformação;
- Conjunto das obras acessórias, das quais sobressaem as de restabelecimento das comunicações afectadas pelas águas da albufeira, designadamente a construção de duas grandes pontes com mais de 200 m. de comprimento e 60 m. de altura máxima (37).

De todo este vasto conjunto técnico falta apenas concluir o túnel de restituição, que vai condicionar a entrada em serviço deste novo escalão do aproveitamento do Cávado. Têm aparecido, sem dúvida, grandes dificuldades, sobretudo na perfuração. E essas dificuldades vêm exactamente dos acidentes geológicos locais incidirem no troço entre os poços de ataque do Cávado e Friande, que já pela sua extensão seria o último a concluir-se, são a causa de não se ter

---

(37) Estas pontes foram projectadas pelo Prof. Eng.º Edgar Cardoso, uma na confluência do Rio Caldo, outra deste rio para a ponta apeninsulada de Vilar da Veiga. A estrada segue por uma estreita lingueta, ficando de uma banda o tentáculo azulado ou esverdeado do ubérrimo vale do Gerês, enquanto da outra parte corre silencioso o rio Cávado.



*Pormenor dos trabalhos da barragem de Vilarinho da Furna agora em estado de maior adiantamento*

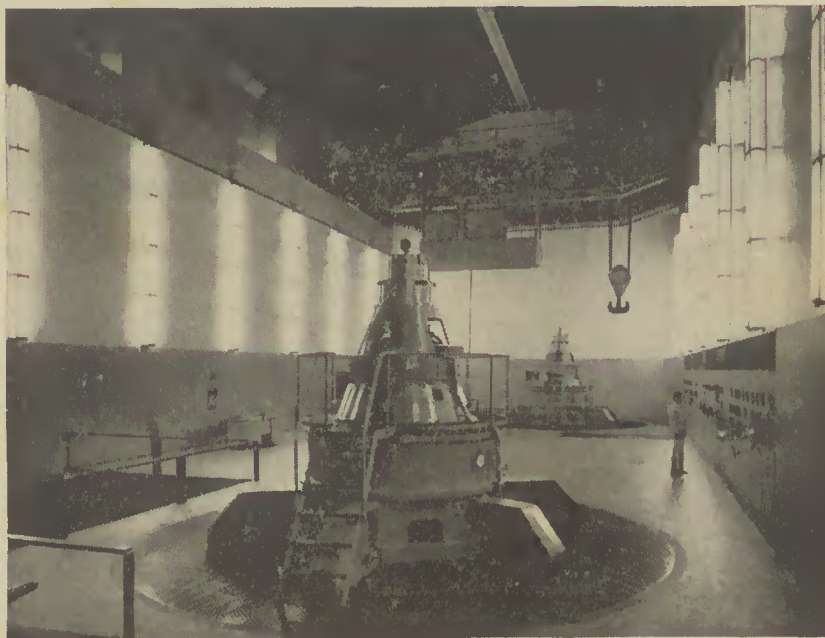
conseguido, apesar de todos os esforços nesse sentido, que a antecipação alcançada na execução dos restantes elementos da obra fosse extensiva também a este túnel. No entanto há bons motivos para conjecturar que, na extensão do túnel ainda a escavar, a rocha apresente características de molde a permitir aguardar, que muito brevemente, mais uma fonte de energia seja posta ao serviço do bem comum.

A razão de construção deste túnel de restituição, no seu perfil longitudinal, foi definido com vista a conseguir-se estes objectivos:

- Em nenhuma das circunstâncias houvesse a possibilidade de entrar ar no interior do túnel;

- Não houvesse pontos altos que facilitassem a formação de bolsas de ar;
- Se conseguisse a acumulação da água de infiltração por gravidade durante a construção, em depósitos localizados junto dos poços de ataque, facilitando assim o seu esgoto para o exterior através de poderosas instalações fixas de bombagem.

No caso da Caniçada a topografia do terreno atravessado permitiu que, com um traçado em planta quase rectilíneo, fosse possível iniciar a escavação do túnel a partir de 3 poços verticais, criando 6 frentes de trabalho, além de mais uma perto da boca de saída com acesso por uma pequena rampa e limitando a cerca de 2720 m. a maior extensão de túnel a abrir apenas por duas frentes (troço entre os poços de Cávado e Friande). Construiu-se, especialmente para este fim, uma estrada, com o propósito de ligar entre si as bocas dos três poços



*Sala de máquinas da central da Caniçada*

e da rampa de acesso junto à saída do túnel, facilitando desta maneira a comunicação entre os diversos estaleiros.

Foi instalado junto à barragem, na margem direita, um edifício de comando com os seus departamentos complementares e dispositivos vários para estabelecimento do contróllo. Segue-se, depois, a subestação equipada com dois transformadores trifásicos, com a potência de 32 000 KVA, correspondentes aos dois grupos geradores. A energia é, então, emitida em linha dupla, a 150 KV para outra subestação, localizada em Aguas Santas.

Em média anual, o escalão da Caniçada, produz perto de 260 milhões de KWH.

Para a instalação do pessoal trabalhador desta barragem foi edificado um bairro de harmoniosas moradias, com todo o conforto moderno, não esquecendo, todavia, o levantamento de uma pousada de linhas elegantes, enquadradas na casa serrana, que se deve ao hom-gosto do Arq.º Januário Godinho. Respira-se ali um ambiente tranquilizador, saudável, de muitos espaços verdes, agradáveis aos sentidos, animada pelo azulado de uma laguna artificial, que muito nos lembra a Suíça com os seus lagos, imaginados pela arte dos homens. Neste propício cenário têm-se realizado provas náuticas, como última-mente, para a disputa do «Grande Prémio das Vindimas» (Novembro, 1970).

## UM NOVO EMPREENDIMENTO DA HICA — A BARRAGEM DE VILARINHO

Estivemos em Vilarinho, em fins deste último Novembro, o nosso último adeus à aldeia, que será dentro em breve inundada pelas águas. Não se via nela o vislumbre do seu típico povo que durante muito tempo mereceu incontável interesse de toda a gente, mas principalmente dos estudiosos, que tantos deles lhe dedicaram trabalhos, dos quais desejamos salientar a obra do Prof. Jorge Dias, publicada em 1948, rotulada «Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Comunitária». Este notável trabalho do Prof. Jorge Dias e da sua equipa, Margot Dias e Fernando Galhano, consideramos uma obra-base para qualquer escrito que se queira fazer acerca de Vilarinho. Temos também escrito sobre Vilarinho e apesar da recolha de elementos, localmente, há necessidade sempre de compulsar aquela obra, pela verdade e seriedade dos elementos nela versados.

No nosso canhenho, já amarelecido pela acção do tempo, esprei-

ta-nos entre vários nomes, o do Manuel Pinto, com o seu ar filosófico, recordando-se da Fall River, em Nova Iorque, onde esteve um ror de anos, o da Maria Joaquina Barroso e o do António Joaquim Gonçalves. Recorda-nos os seus rostos sadios, prazenteiros, de pessoas felizes de viver. Hoje, neste deserto, em que esvoaçam pequenas aves e as borboletas saltitam de planta em planta, onde as casas destelhadas, semelhantes a cabeleiras desgrenhadas ao vento, são últimos vestígios do pulsar de uma aldeia, repleta de passado e esquecida para o futuro.

Lá, mais acima, deixado o vale onde se acoitava Vilarinho, as máquinas ruidosas, que nos entontecem os sentidos, ruminam terra, escavando-a sempre. São os trabalhos para a construção da barragem num bom aproveitamento da bacia hidrográfica do rio Homem, cujas aflúncias alimentam directamente a albufeira, numa área de 59 Km<sup>2</sup>. Outro pormenor: mediante obras de derivação adequadas, a albufeira é ainda alimentada pelas aflúncias às seguintes bacias hidrográficas secundárias:

- Bacia do Brufe, afluente da margem direita do Homem, com 6 Km<sup>2</sup>;
- Bacia de Gemesura, afluente da margem direita do Homem, 2 Km<sup>2</sup>;
- Bacia do Campo do Gerês, afluente da margem esquerda do Homem, com 8 Km<sup>2</sup>;
- Bacia do Freitas, na cabeceira do ribeiro de Freitas, afluente do Cávado, com 2 Km<sup>2</sup> (chamado rio Caldo no seu troço inferior).

Com estas bacias secundárias o total da barragem interessada no aproveitamento de Vilarinho ficará a somar 77 Km<sup>2</sup>.

Feitos os reconhecimentos geológicos, demonstraram estes que o melhor local para a construção da barragem era a 600 metros a montante da confluência com o ribeiro de Gemesura.

Entre as soluções previstas a melhor é aquela de uma cúpula assimétrica, de dupla curvatura, com arcos horizontais parabólicos, adaptada à forma assimétrica do perfil de implantação no vale, dado que a espessura aumenta desde o fecho para os encontros segundo a mesma lei. Assim foi possível adaptar a barragem ao vale sem recorrer a encontros artificiais do tipo gravidade e sem prejuízo de uma boa curvatura para os arcos e de uma boa inserção destes nas encostas.

Também o coroamento da barragem tem a espessura teórica no





*Sítio saudável entre pinheiros, a montanha, o vale e a água, foi construído o «Bairro do Pessoal», em serviço nas barragens, com casas muito caiadas de branco, higiénicas e confortáveis, vendo-se também a pousada*

fecho de 3 metros, que será alargada de modo a garantir uma largura mínima de 5,0 metros, mediante a construção de consolas laterais de forma a permitir o cruzamento de veículos que por ele transitem.

A massa de betão da barragem será refrigerada artificialmente por meio de serpentinas nela embebidas, através das quais se fará circular água fria do rio ou arrefecida em instalação própria.

Deste modo poderemos anunciar as suas características principais:

- Altura máxima, 94 metros;
- Desenvolvimento total, 384,5 metros;
- Ralo de curvatura do arco do coroamento no fecho, 145 metros;

- Espessura do coroamento no fecho, 3 metros;
- Espessura máxima no perfil do fecho, 15,85 metros;
- Espessura na base do perfil de fecho, 13 metros;
- Volume total de betão, 275 000 metros cúbicos.

Parece-nos interessante dar mais outros pormenores de ordem técnica tais como:

A descarga de fundo da albufeira, localizada na zona inferior da cúpula será constituída por uma conduta metálica de 2,80 metros de diâmetro, e está equipada a montante, com uma comporta de lagartas e a jusante com uma válvula dispersora. A sua capacidade de vazão com a albufeira ao nível máximo é de 180 m<sup>3</sup>/seg. Como a albufeira domina as aflúncias de uma bacia hidrográfica apenas com 77 Km<sup>2</sup>, e tem uma área de 3,4 Km<sup>2</sup> à cota de pleno enchimento, o valor do caudal máximo a descarregar, durante a cheia, é relativamente pequeno, 280 m<sup>3</sup>/seg. O descarregador das cheias, instalado na margem direita e completamente independente da barragem, é constituído por dois orifícios, obturados por comportas Taintor, que comunicam com uma galeria com cerca de 17 metros. O caudal evacuado escoar-se nesta galeria com superfície livre. Na extremidade de jusante da galeria instala-se um dispositivo que permite dispersar a água em altura lançando-a com um mínimo de energia no leito do ribeiro de Gemesura.

Destes dados técnicos fornecidos pela entidade competente da HICA, esclareceu-nos ainda quanto a obras importantes de derivação, que passamos agora a referir e que nos parece de grande interesse.

A tomada de água é constituída por um bocal e uma torre de manobra separados por um troço de galeria com a extensão de 40 m.

O túnel, em carga, tem o comprimento total de 6,8 Kms. medidos entre o bocal de entrada e a boca de saída. Em quase toda a extensão a sua secção é circular com 3,50 metros de diâmetro interior e dotada de um revestimento simples de betão. Apenas nas zonas em que a rocha se apresente profundamente alterada e também no troço de 150 metros, imediatamente a montante da válvula de topo, em que a cobertura do terreno é insuficiente, se adoptará um revestimento blindado com os diâmetros variando entre 2,70 e 2,80 metros.



*Local de construção da central de Vilarinho da Furna*

Entre a boca de entrada e a chaminé de equilíbrio, à distância de 3,08 Kms. da entrada, situa-se o poço de captação da bacia secundária do Freitas o qual conduz as respectivas aflúncias ao túnel. O poço referido é previsto com a secção mínima de construção, suficiente para o funcionamento hidráulico da captação.

A chaminé de equilíbrio fica localizada a 6,5 Kms. do bocal da tomada de água, e a uma distância de 1,2 Kms. da central. É do tipo poço, com o diâmetro de 3,5 metros, em comunicação com as câmaras de expansão e alimentação. Aquela, circular a céu aberto, com 27 m. de diâmetro e esta constituída por 2 galerias com 93 m. de desenvolvimento e secções transversais variando entre 11,95 m<sup>2</sup> e 14,72 m<sup>2</sup>.

A válvula de topo, do tipo borboleta com o diâmetro de 2,80 m. insere-se no circuito hidráulico no início da conduta forçada. Constitui

orgão de segurança das condutas em caso de acidente; além disso, evita o esvaziamento do túnel sempre que seja preciso inspeccionar ou executar qualquer trabalho nas condutas ou nas válvulas de admissão das turbinas. Ficará instalada junto da boca de saída do túnel; o acesso a esta câmara pode fazer-se pela estrada de acesso à boca de saída.

A conduta forçada tem a extensão de 832 metros, entre a válvula de topo e a boca de saída, e 120 metros de galeria blindada junto à central. O seu diâmetro varia entre 2,75 e 2,40 metros, desde a válvula de topo até à bifurcação nos ramais da galeria blindada que antecedem a turbina.

Falemos agora da central e da subestação de Vilarinho. A central, totalmente automática e telecomandada a partir da central da Caniçada, situa-se na margem direita dum braço da albufeira da Caniçada, correspondente ao rio Gerês, ficando o piso da sala de máquinas dois metros acima do nível de pleno armazenamento da referida albufeira. A mesma cota situa-se a plataforma da subestação exterior de 150 KV e ainda em edifício separado a oficina de transformadores, oficinas gerais, armazém e a subestação de 30 KV.

Na sala de máquinas ficará instalado desde já e em 1.<sup>a</sup> fase um grupo de 64 MW, sendo o alternador de 80 MVA sob uma tensão de produção de 10 KV e a turbina de 105 000 CV, ficando executadas as obras de construção civil para receber um grupo de características idênticas ao 1.<sup>o</sup> quando a evolução das necessidades da Rede Nacional determine a respectiva oportunidade. Os grupos geradores são de eixo vertical, accionados por turbinas Francis, sendo o caudal máximo turbinado de 19 m<sup>3</sup>/seg. quando cada grupo trabalhe isoladamente, ou 37 m<sup>3</sup>/seg. quando, em 2.<sup>a</sup> fase, os dois grupos possam trabalhar simultâneamente.

Os efeitos de choque hidráulico serão limitados a 10 % da pressão máxima estática suportada pelas turbinas, mediante a instalação de válvulas síncronas compensadoras com o tempo de fecho de 50 seg..

O tempo de fecho do distribuidor é de 5 seg., e a velocidade de regime é de 600 rotações por minuto.

A aparelhagem acessória e quadros ficarão montados em galerias a nível superior ao do piso da sala de máquinas, mas voltadas e abertas sobre esta.

A decubagem dos transformadores far-se-á no mesmo átrio de montagem da sala de máquinas, que dispõe de uma ponte rolante de 130 toneladas de capacidade de carga e 13,90 metros de vão.

Na 1.<sup>a</sup> fase de instalação de um só grupo de 64 MW o tempo

de utilização da potência disponível para apoio estival é de 1 900, horas a que corresponde um factor de carga 0,57; referidos ao ano médio, estes valores são respectivamente de 3 300 horas e 0,38, devendo reduzir-se a metade quando oportunamente se instale o segundo grupo.

O custo do Escalão de Vilarinho da Furna está avaliado em cerca de 700 milhões de escudos. E, de facto, uma extraordinária obra de engenharia portuguesa, de capacidade técnica avançada nesta especialidade, com mão-de-obra recrutada, muita dela, entre os povos de Terras de Bouro e dos concelhos vizinhos.

A sua realização excede em muito os arrojados aquedutos de Mafra e das Aguas Livres, que no seu tempo causaram o maior espanto e a maior admiração do Mundo, já pelo mérito técnico, já pela soma avultada do seu custo.

### ÁGUAS MEDICINAIS DO GERÊS

Larga e copiosa a conhecida descrição destas maravilhosas águas que desde os tempos remotos dos romanos, muito têm curado os males dos fígados, de gerações em gerações.

Aquela legenda latina «Aegri Surgent Sani» (38), que poderá ser o «ex-libris» das termas geresianas, seria a expressão usada pelo povo romano, que ali assentou arraiaes. Isso não nos custa acreditar se meditarmos um pouco no crer afirmativo do Cónego Dr. António Pires Dias de Freitas, quando nos diz: «não só que os romanos usariam as águas termais, como mesmo, que seriam elas que deram o nome

---

(38) «O palácio do Gerês», como a classifica o Prof. Ricardo Jorge. Esta expressão latina foi tirada do responsório de Santo António por São Boaventura, o qual se encontra traduzido por Angelo de Sequeira, na sua obra «Botica Preciosa» (Lisboa, 1754):

«Se buscas milagres,  
A morte, o erro, a tribulação,  
O demónio, a lepra fogem:  
Os doentes se levantam sãos.

Obedecem o mar, as prisões,  
Os membros e cousas perdidas,  
Pedem e recebem  
Mancebos e velhos.

Perecem os perigos,  
E cessa a necessidade.  
Contem-no esses que o sentem,  
Digam-no os Paduanos.»



*O conhecido «banco do Ramalho», cerca das Termas do Gerês, onde o insigne escritor Ramalho Ortigão, se refugiava para escrever e ler, descortinando-se de lá um panorama cheio de beleza. Deve-se à Sociedade de Propaganda de Portugal esta obra, inaugurada em 28-VII-1920, na qual falou o Prof. Fernando Emigdio da Silva, discurso esse, depois, publicado num folheto de 16 páginas*

à serra». Se nos recordarmos dos imensos escritos deixados nos livros do Prof. Ricardo Jorge, que incansavelmente se debruçou no estudo geresiano, podemos verificar que ele confirma a presença romana e o seu conhecimento daquelas águas, e ainda mais pelo aparecimento em escavações ulteriormente realizadas de moedas do tempo de Galieno e de Constâncio <sup>(39)</sup>. Assim as «Aquae-Querquenaee», as águas quentes, deveriam ser estas, sem dúvida, do Gerês.

---

<sup>(39)</sup> Também apareceram juntamente com aquelas moedas romanas, outras portuguesas, do tempo dos nossos Reis D. Afonso III e D. João II, o que atesta a frequência humana naquelas paragens.

«O Minho Pitoresco» (Lisboa, 1886), de autoria do médico José Augusto Vieira, quando este se refere ao Gerês, narra como foram descobertas as excelências das águas, deste modo: «Os moradores de Vilar da Veiga, Rio Caldo e outros lugares costumavam apascentar os seus rebanhos pela serra e viram sair fumo da margem do rio, que naquele tempo corria ao redor de uma penha, o desviaram e observaram que por várias partes da mesma penha saía água mais ao menos quente. Espalhou-se esta notícia pelos povos vizinhos e ouvindo-a Manuel Ferreira de Azevedo, cirurgião de Covide, mandou abrir poços para observar os seus efeitos. Para isto mandou alguns enfermos, com trabalho, porque não havia outro caminho mais do que o que fizeram os pastores e o gado. Os bons efeitos que os banhos fizeram em todos os enfermos foi causa de se espalhar a noticia por terras remotas e, tendo-a D. João de Sousa (40), foi usá-los, mandando abrir caminhos para cavalgadas. Com isto correu muito povo ao sítio fazendo poços, barracas e cabanas para abrigo de noite e reparo de dia.»

Deve-se a D. João V — que Ricardo Jorge considera o «benfeitor das estâncias termas» — e também a D. Pedro II, o impulso dado às águas geresianas mandando construir poços, pequenas casas de cantaria com respiradouros para a fuga dos vapores de água, capela, ponte, hospital (41), tendo instituído o partido médico-cirúrgico (42) e capelania (43). Passava-se isto em 1735.

---

(40) (1666-1722) foi 3.º Marquês de Minas e 6.º Conde do Prado, Governador das armas de Entre Douro e Minho. Fez uso das águas, desbravando caminhos que pudessem ser percorridos por liteiras ou carruagens, etc.

(41) Depois do seu desaparecimento houve, mais tarde, nova tentativa da sua erecção, em 1902, Hospital-Albergue, ao qual deveria ser dado o nome do Dr. José de Andrade Gramaxo, depois de se ter angariado fundos entre os hóspedes do Grande Hotel Ribeiro. Em 1910-11 existia apenas o terreno. Só começou a funcionar a partir de 1943, devido aos esforços tenazes do Dr. Fernando Alves de Sousa.

(42) Pago pelas comarcas de Guimarães, Porto e Viana cujo salário era de 40 mil réis.

(43) Mandada construir por D. João V, em 1733, tendo a imagem da Santa sido incarnada da primitiva, em 1888, pela grande devoção dos aquistas. Sua Santidade Pio VII concedeu um breve de graças (25-IV-1818), a quem todas as sextas-feiras dos meses de Julho, Agosto e Setembro, fosse orar «pela concordância dos príncipes cristãos, extirpação das heresias e exaltação da Santa Madre Igreja». O capelão recebia 70 mil réis. Por morte do último capelão, Padre António Joaquin da Rocha, e com a entrega das águas à empresa concessionária, ficou banida a sustentação da referida capelania.

Entretanto, em 1726, o médico daquele primeiro monarca lamentava que não houvesse uma povoação, pois assim haveria maior possibilidade de um volumoso acréscimo de beneficiários daquelas belas águas. Só, em 1909, é que se daria o primeiro assento de habitantes, vindos de Vilar da Veiga (o casal Francisco José da Silva, conhecido pelo «Botequim», e Rosa Maria Martins, ambos morreram de protracta idade, de 90 anos, cada um). Fixaram-se também naquela mesma data João da Silva Casa Velha e António Alves Rigor, seguindo-se depois, mais tarde, António da Silva Botequim, Frutuoso José Alves e Manuel Joaquim Alves Rigor. Núcleo este que se foi dilatando e, por volta, de 1884, havia já 13 famílias constituídas.

O abade de Miragaia, num estudo que publicou acerca do povo de Vilar da Veiga, em 1782, falando dos banhos, descreve-os desta maneira: «Os banhos eram oito, cada um sobre si (isolado), em pequenas casas piramidais, encostadas à montanha de leste, da qual brotavam as águas com diferentes graus de calor. A meio de cada uma das ditas casas estava o tanque, havendo em roda espaço suficiente para se despirem e vestirem os doentes. O primeiro banho, contando da extremidade norte chamava-se **forte**, por ser a água a mais quente; o segundo, **contraforte**, era pouco frequentado e abastecia o terceiro, chegando ali a água menos quente; o quarto era o da **figueira**, cuja água esfriava no tanque, mas era quentíssima na sua nascente; quinto, do **figado**, tinha uma nascente muito frouxa, pelo que a sua água esfriava muito, com a demora em encher o tanque; sexto, da **bica**, assim denominado por correr para ele água de uma bica de pedra (a sua água era mais quente do que a do banho do figado, e por isso com a dele se temperava a deste); sétimo, das **almas**; oitavo, esteve junto do adro da capela, mas naquele tempo já não existia, por terem feito no chão dele uma casa, entupindo-o.» E mais adiante refere-se ainda: «... já em 1782 a ponte e o hospital tinham desaparecido, os salários do capelão eram mal pagos, os doentes já não tinham médico nem cirurgião, e a policia dos banhos era detestável. As pessoas nobres ou ricas mandavam guardar os banhos por criados seus armados e, só depois de tomarem muito pausadamente banho, é que o povo podia banhar-se. Tudo ocasiona mágoa; mas não pode sem tremer nem espantar o ânimo, verem-se os doentes pobres, descalços e despídos, unicamente com a cabeça entapada e o corpo coberto com um capote, irem de suas casas, que são as mais distantes, tomar o banho em horas pouco convenientes, e recolherem-se da mesma maneira, expostos a constipações. Os mais ricos iam em uma cadeirinha indecente. Não havia na localidade botica nem loja



alguma de comércio; a venda dos géneros de primeira necessidade era monopólio de certos especuladores, e, se alguém tentasse vendê-los mais baratos, era preso pelo almotacé e posto fora da povoação.»

Em 1830 o Dr. Inácio Benevides refere-se a outras bicas de água termal e banhos, aparecendo só, em 1850, uma análise de águas, através da publicação «Memórias da Academia das Ciências» (1851). Houve em seguida uma tentativa da instalação de novo hospital, que só viria a concretizar-se nos nossos dias, em 1934, do qual é director, presentemente, o Dr. Fernando Alves de Sousa.

No Séc. XIX, nos princípios, houve certa decadência, até que se iniciou novo impulso de ressurgimento. Na segunda metade do Séc. XIX assiste-se a uma série de empreendimentos: em 1830 foi a inauguração da diligência de Braga ao Penedo, fazendo-se o restante percurso a cavalo; mais tarde, generalizou-se até às termas, onde chegava pelas 22 horas, saindo depois pelas 0 horas (44); o primeiro hotel (Ribeiro), foi fundado em 1882; conclusão da estrada até às termas, em 1887, que lhe deram grande afluência. Mais tarde juntou-se àquele hotel, um outro, o Universal (45). E, assim, as efemérides vão surgindo, ano após ano, com muitos melhoramentos, captação de água, copa, balneários, laboratório de análises, farmácia, estação meteorológica e outros departamentos estaduais, hotéis, pensões, carreiras de caminheta, etc. (46).

---

(44) A viagem muito morosa era feita pela então «Mala-Posta» puxada a 5 cavalos, que tinha muda em Santa Maria do Bouro, levando 7 horas entre Braga e as Termas. Na subida íngreme de Valdosende era forçosa a descida dos ocupantes para que os cavalos pudessem assim levar de vencida aquela etapa. Mais tarde aquele primitivo transporte foi substituído pela caminheta, propriedade da empresa «Zenha e Cia».

(45) O Prof. Ricardo Jorge aponta os hotéis no seu tempo, além dos já citados, existiam, ainda: Parque, Maia, Aliança, Termas, Jardim e Pensão da Ponte. Presentemente funcionam como hotéis, Parque, Universal, Maia, Ribeiro e as pensões Avenida, Baltazar, Central Jardim, Gereziana e Ponte. O Hotel Moderno, construído em 1921, com salão de festas, cinema, etc., que fazia de Casino, foi devorado, há anos, pelas chamas, num violento incêndio.

(46) As carreiras de caminheta ligam as termas à estação dos Caminhos de Ferro de Braga, diariamente, através da empresa «Auto-Motora», do Marinho, e da «Empresa Hoteleira do Gerês». A primeira dirige-se a Covas, por Caldelas, seguindo para o Gerês, com partida de Braga às 10.35 e 17.20, e nos dias de mercado (segundas-feiras), organizam mais carreiras. Há uma carreira directa de Covas para Vila Verde. Do Gerês também há carreiras para a sede do Concelho. A «Empresa Hoteleira» mantém carreiras directas entre Braga e Gerês.

Por Alvará de 16-VII-1896, a concessão começou a ser feita pela Empresa das Águas do Gerês, tendo sido prorrogada por novo diploma assinado em 14-II-1927, tendo como área autorizada 135 ha. (Portaria de 14-IV-1924) e ainda por Decreto de Fevereiro de 1927, foi-lhe concedida uma prorrogação no espaço de 75 anos (47). Nos últimos anos deveremos assinalar os bons serviços prestados por Honório de Lima (48), Alberto de Magalhães e Carvalho Guerra, entre muitas outras dedicações.

O período termal está compreendido entre 15 de Maio a 15 de Outubro. É das estâncias termais portuguesas que regista maior número de frequência sobretudo vindos das zonas tropicais, das nossas províncias ultramarinas e das paragens brasileiras.

A água vem de uma profundidade de 1890 m. e o seu caudal é da ordem dos 180 000 litros em 24 h. Na composição química há um predomínio de bicarbonato de sódio, ácido metasilícico, fluoreto de sódio. A água da Fonte da Bica está classificada de hipertermal, hipersalina, bicarbonatada sódica, lítica, siliciosa, fluoretada sódica, ligeiramente arsenical e fortemente radioactiva. A fluoretação é a sua característica mais saliente pelas suas anunciadas virtudes crenoterápicas. É interessante trazer para aqui o resultado das primeiras análises bacteriológicas realizadas em 1903, no Laboratório Bacteriológico do Porto, feitas pelo Dr. António de Sousa Júnior, que deram o seguinte resultado: nas **Nascentes Termais-Análise Quantitativa-Água da Copa ou Bica-A** contagem das colónias em meio apropriado logo em seguida à colheita no Gerês, permitiu computar o número de bactérias em 46,25 e o dos bolores em 20 por centímetro cúbico de água. A mesma análise no dia seguinte, no Porto, não agitando o frasco esterilizado que conduziu a água, deu somente 80 bactérias por centímetro cúbico, subindo os bolores a 36,26.

**Poço Forte** — A análise no Gerês pelo método de Koch deu 80 bactérias e 47,5 bolores por centímetro cúbico. No dia seguinte, no Porto,

---

Em tempos o hotel «Parque» e o «Maia» tiveram ao seu serviço uma caminheta de transporte de hóspedes frequentadores daquelas casas.

(47) O Banco do Minho de Braga, financiou uma empresa de águas para concessão de licença para exploração das nascentes (Decreto publicado em 24-1-1925). Em 1926, no estabelecimento de um acordo entre aquele banco e a antiga empresa de águas, cessou o auxílio, voltando tudo à posse da antiga concessionária, que é a detentora ainda da concessão e exploração.

(48) Dos seus muitos empreendimentos temos que salientar os da construção da colunata e do bairro além de ter mandado ampliar a Capela das Termas.

apenas 12,5 bactérias e 20 bolores. Em nenhuma das águas se revelaram bactérias liquefacientes.

**Análise Qualitativa** — Nem a água da Copa, nem a do Poço Forte revelaram a presença do *Bacterium coli* ou *Bacterium typhosus*, tendo sido seguido o método de Vincent. **Conclusão:** águas muito puras.

**Água Potável-Fonte Pública-Análise Quantitativa** — A análise no Gerês deu 68,5 bactérias e 55,7 bolores, por centímetro cúbico; no laboratório, passadas 24 horas, só mostrou 18,75 bactérias e 5 bolores por centímetro cúbico.

**Análise Qualitativa** — Não se encontrou Coli nem *Bacillus typhico*. **Conclusão:** água muito pura.

Também o químico Agostinho Vicente Lourenço falando da composição da água diz: «1000 gramas de água de banho da Bica deixaram pela evaporação 0,2675 de resíduo sólido, formado principalmente de silicatos e cloretos alcalinos e calcáreos. As águas são lípidas e cristalinas, sem cheiro nem gosto.» Aliás, esta análise, coincide com uma outra efectuada pelo Visconde de Vila Maior feita em 1850.

As águas estão aconselhadas aos enfermos que sofram de insuficiências hepáticas, icterícia por hepatite, congestões de fígado, gastro-hepatite etilica, colecistites, êxtases funcionais da vesícula, doenças da nutrição em que exista uma perturbação humoral de origem hepática (litíases biliar e renal, obesidade, gota e diabetes, impaludismo crónico, colénia familiar, etc. Os êxitos têm sido inúmeros. Alguns doentes têm trocado estas águas por outras de fama mundial e, de novo, regressam ao Gerês pois é na eficiência da sua aplicação que encontram as melhoras desejadas e, até, a própria cura. Muitos dos doentes curados vêm ao Gerês apenas como reconhecimento da linfa benfazeja, no número dos quais me encontro, após 14 estadas, e em riscos de efectuar uma melindrosa operação. Carlsbad, cidade da Boémia, na Checoslováquia, há quem afirme, cientificamente, que as suas águas-consideradas por muitos as melhores do mundo nas doenças hepáticas — são inferiores às do Gerês. Charles Lepierre, o notável analista francês, que em Lisboa foi saliente figura do magistério superior técnico, considera que o Gerês é um tipo único e, quatro vezes mais valioso, do que as águas de Sprüdel, em Carlsbad. Tude de Sousa, no seu livro «Gerês» publica uma interessante correspondência trocada entre os Dr. J. Weil, de Paris, com o seu colega português, Dr. Augusto dos Santos Júnior, acerca de um doente desenganado das estâncias termas de Vichy e de Carlsbad, que achou no Gerês a sua completa cura. E como este caso singular tantos outros que acabariam por encher páginas e páginas de um livro.

O Prof. Ricardo Jorge na sua obra «O Gerês Termal» informa a

existência da água da «Fonte do Eiras», na Avenida, em frente ao hotel Universal, que é afinal uma água cuja composição elementar muito se assemelha à das outras minerais que se bebem na copa.

Da excelente obra «Reflexões Experimentais», (Lisboa, 1779) de Frei Cristóvão dos Reis, tiramos este curioso elemento que nos dá conta da existência da chamada «Fonte do Castanheiro»: «Esta fonte se acha perto das Caldas do Gerês, no mesmo caminho antes de avistar a povoação. Chama-se do Castanheiro por haver ali antigamente muitas destas árvores, que serviam de refresco e recreio, tanto aos sãos como aos enfermos; mas como se desbaratou o arvoredo, e se ignoravam as suas virtudes, deixou de ser frequentada, de sorte que apenas há hoje quem use da sua água, tendo esta, posto que fresca, uma das mais medicinais, que há no sítio. Com o uso desta água passavam antigamente melhor os enfermos, e se sentiam aliviados de muitas queixas internas, produzidas da cracicie, e encandecência dos humores, como pedra, areias e obstruções, por ser marceal nitrovitriolada. Com esta água se tira quase de repente a tintura ao chá; e em poucos minutos de roxa se faz quase preta, indicio certo dos minerais referidos.

É posto que esta fonte esteja desprezada no tempo presente por se não saberem as suas virtudes, me parece dar notícias delas, para que os enfermos, e sãos, fazendo uso da sua água, experimentem seus efeitos. É aperitiva, diorética e dilata-se pouco no estômago; em fim é uma das melhores águas frescas, de que se pode fazer uso por bebida. Semelhante a esta há outra fonte, que nasce de umas pedras nas margens do rio, acima do lugar das Caldas, fronteira do campo do Capitão-Mor.»

Como nota complementar registamos alguns nomes de médicos que serviram nas termas do Gerês: Drs. Manuel Vieira e Lemos, Manuel Ferreira de Azevedo, José Custódio da Costa, Sebastião Pires da Silva, Francisco da Costa e Silva, Adriano de Sousa Barbosa, José dos Santos Dias, Augusto Santos Júnior, José António Ferreira Júnior, Manuel António Soeiro de Almeida, António Rita Martins, Celestino Maia, Fernando Alves de Sousa (presentemente Director Clínico desde 1966, mas já se encontrava como médico-adjunto a partir de 1926), Acílio Carvalho, Custódio Pais Rodrigues e Godinho.

Dedicações, muitas, que encheriam laudas e laudas de papel. Porém, queremos assinalar apenas alguns nomes de figuras gradadas das letras, das artes e das ciências que por aqui têm perpassado como aquistas e ainda como enamorados destas incomparáveis belezas que os rodeiam no período do seu tratamento: Arcebispos de Braga D. Manuel Vieira de Matos e D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo de Milene D. An-



*A avenida, sala de visitas do Gerês, fotografada na época do inverno, deserta. No verão esta artéria torna-se pequena para conter os milhares de aquistas que ali acorrem com suas famílias, a fazer a sua estância de cura de águas*

tónio Xavier Monteiro, Dr. Jaime Murteira que muito tem pintado sobre o Gerês, Zeferino Couto, Dr. Sousa Costa (membro da Liga de Defesa do Gerês e seus Aquistas»), Mestre Artur Loureiro que fez de Leonte a sua tebaida artística e ali morreu em 1932, ficando perpetuado na pedra de um penedo o seu busto acompanhado de uma singela lápida, Virgílio Pereira, autor dos «Corais Geresianos», Raul de Campos (compositor do hino do Gerês), Dr. Acácio Tavares (que escreveu a letra para este mesmo hino), Matias Araújo Lima, Dr. Manuel de Arriaga (1.º Presidente da República Portuguesa)<sup>49</sup>, Alexandre Herculano, Eugénio de Castro, Dr. António José de Almeida (Presidente da República

---

(49) Quando foi retirada a concessão para a exploração das águas e as nascentes se encontravam em estado quase de abandono, o Dr. Manuel Arriaga esteve no Gerês, junto da Fonte da Bica, e pediu um papel ao Dr. Santos Júnior, seu amigo, que era ao tempo o facultativo das termas. Rabiscou, então, improvisados versos que lhe saíram deste modo:

Portuguesa), Dr. Bernardino Machado (Presidente da República Portuguesa), António Correia de Oliveira, Guerra Junqueiro, Ramalho, Manuel Bandeira, Miguel Torga, Carlos Malheiro Dias, Antero de Figueiredo, Dr. José Bento Lopes<sup>50</sup>, Prof. Elisio de Moura, Dr. José de Andrade Gramacho, (o Prof. Silva Carvalho chama-lhe o «restaurador do Gerês»), Prof. Ricardo Jorge, Aurora Jardim, Padre Américo, etc. Não podemos olvidar Tude de Sousa<sup>51</sup>, Celestino Maia (incansavelmente escreveu, tratou e conquistou amizades), António Sousa e Silva (batalhador infatigável com locais oportunas e incisivas nos jornais diários em prol do Gerês) e tantos outros que muito contribuíram para o engrandecimento geresiano.

---

«Vê-se aqui bem, não ilude,  
A ingratidão dos mortais;  
Aos enfermos dou saúde,  
Converto em risos os ais.

Dou a mãos largas tesouro  
A muita gente, bem sei,  
Que vale mais que o ouro,  
Do que os brilhantes de lei.

Ingratos deixam que eu viva  
Nesta miséria em que estou,  
Quando de mim só deriva  
O muito bem que lhes dou.

Jesus também no seu horto  
Viu-se sozinho e era mais;  
Faço bem e não me importo  
Com a ingratidão dos mortais.»

Estes versos têm a data de 12-IX-1894. No seu livro «Irradiações» (1901) tece elogios ao Gerês.

(<sup>50</sup>) O Dr. Pedro Augusto Dias num artigo que publicou no jornal «O Comércio do Porto», de 19-VIII-1926, epigrafado «Poetas Portugueses Ignorados e Esquecidos», inclui um soneto de autoria do Dr. Bento Lopes, frequentador das termas, que gostosamente inserimos, respeitando a ortografia daquela época:

«Benéfico Gerez, tu m'iluminas  
A mente, há tanto tempo perturbada,  
Tu me dás a saúde desejada  
Com tuas santas águas cristalinas.

Essa bifíde serra que reclinas  
Sobre este fresco arrollo coroada

## BIBLIOGRAFIA DAS ÁGUAS GERESIANAS

É vasto o numeroso rol de estudos que se tem dedicado ao Gerês.

Damos aqui uma resenha muito incompleta desses trabalhos com os nomes dos seus autores, sem obediência à cronologia de datas, nem tão pouco, ao seu interpretativo valor:

«Meteorologia Aquae», manuscrito, (1714) Dr. José Custódio da Costa; «Águas de Portugal», 3 Vols., (1940), Eng.º Luís Acciaiuolli; «As Termas do Gerês e as Termas de Caldelas» (1922), Dr. Armando Narciso; «Ensaio Físico — Médico das Caldas do Gerez», (1840), Dr. J. A. da Fonseca Benevides; «Descrição das Caldas do Gerez» (1867), Dr. J. Firmino da Silva Boavista; «O Médico Peçonha» — análise da diatribe antigeresiana «A Água-Veneno» (1926), Dr. Abílio Campos Monteiro; «Notícia Topographica e Physica de Gerez e das suas Aguas Termals» (1848), Dr. José Pinto Rebelo de Carvalho; «Promenade au Gerez» (1895), Paul Choffat; «Diário Filosófico da Viagem ao Gerez», manuscrito, (1872), Maia Coelho, mais tarde publicado, prefaciado e anotado pelo Dr. Celestino Maia, em 1949; «Memória Histórico-Topográfica das Caldas do Gerez», (1825), Dr. José dos Santos Dias, Tude de Sousa publicou um estudo acerca deste livro, em 1942, aquele médico publicou no «Jornal de Coimbra», em 1813, a primeira experiência termométrica das águas geresianas; «Aquilégio Medicinal» (1726), Dr. Francisco da Fonseca Henriques, conhecido pelo **Dr. Mirandela**, Ricardo Jorge diz

---

De crespas alvas, nuvens, encantada  
Me deixa a vista, que também afinas.

Este ar vivificante que respiro,  
Com mil aromas me recrela o olfato,  
Do tardo coração promovendo o giro.

Ah! Se me desses sempre o doce trato  
Das belas ninfas que em ti admiro,  
Aqui ficára por não ser-te ingrato.»

(51) Nas minhas demoradas estadas no Gerês, muitas vezes, per-fazendo três curas de águas, escrevíamos para muito Imprensa Diária, não só porque isso nos dava grande prazer, mas também se proporcionava o facto de cantar o Gerês a que tanto devia o meu bem-estar. E Tude de Sousa que conhecemos melhor através de uma poesia sua, que nos enyiu para um concurso que realizamos e numa festa que promovemos no «Casino» — **A Noite dos Poetas** — desde esse momento ficámos amigos, pois eu era já um seu antigo admirador. Nesse ano em que ele morreu, na sua casa de Amadora, na qual algumas vezes o visitamos, já bastante doente, expressel a minha profunda mágoa,

que deve ser este trabalho o primeiro inventário da hidrologia portuguesa; «Viagem à Serra do Gerês e suas Caldas», publicado no Bol. da Soc. de Geografia, Lisboa, 1883, n.º 6 e II, págs. 259-277 e 526-542, Hermenegildo Capelo e Leonardo Torres; «O Gerez Thermal» (1888), «Guia Thermal» (1891), obra fundamental da hidrologia portuguesa, «O Descobrimento das Caldas e as Termas de D. João V» (1887), «O Gerez e os Gerezistas do Séc. XVIII» (1888), etc., Prof., Ricardo Jorge; «Gereziana (Em Verdade vos Digo...)» (1937), Prof. Luís de Pina; «O Gerês e as suas Termas» (1947), «Formação Biliar e Tratamento Geresiano», (1951), Dr. Celestino Maia; «História da Medicina em Portugal», 2 Vols. (1899), Prof. Maximiliano Lemos; «Acção Farmacológica e Terapêutica da Água do Gerez», (1929), Profs. Pulido Valente e Fernando da Fonseca; «A Questão do Geréz», (1890) e o manuscrito, «Análise Química da Água do Gerês, (Bica)», (1825), Dr. Adolfo de Sousa Reis; publicação acerca das águas do Gerês referindo-se ao Dr. Manuel Vieira de Lemos (1834), Prof. Rocha Brito; «Notas sobre as Caldas do Gerez», (1934) separata do «Portugal Médico», 7, 34, (1934), Dr. Santos Silva, filho; «Estudo das Águas Termas e Potáveis do Gerez», (1903), «Acção Terapêutica das Águas do Gerez» (1914), Dr. Fernando Santos; «Guia da Cura Gereziana» (1895 e 1906), «Caldas do Gerez, Águas e Termas», (1901), «Breve Notícia sobre as Caldas do Gerez» (1906), «Les Eaux Thermales du Gerez dans le Traitement

---

num artigo publicado no jornal «O Comércio do Porto», de 26-IX-1951, rotulado «Instantâneos Geresianos», no qual a certo momento escrevia: «E podemos confessar abertamente que desde o primeiro momento de há quatorze anos para cá o nosso amor e o nosso carinho por tudo quanto respire Gerês se vai aprofundando mais no nosso ser. Por este andar e por esta resultante de benfazejo bem-estar, não tardamos muito, com avanço até da própria idade que sentimos o mesmo que Tude de Sousa respeitante às coisas geresianas. Este geresista número um, que a morte traiçoeiramente arrebatou ao nosso paterno convívio sempre que se falasse no Gerês a corda sensível era tangida imediatamente, a voz embargava-se-lhe, os olhos enchiam-se-lhe de água. Ele sentia, vivia e amava bem a terra e o povo do Gerês, apesar de ser filho do Alentejo. Os seus livros, os seus artigos, alguns até publicados nas colunas do nosso **Comércio** são o reflexo notório e vivo testemunho da boa amizade e dedicação que possuía pelo seu Gerês. E o Gerês que é grato aqueles que lhe dedicam eterno amor tem para saldar aquela dívida de gratidão, em aberto, que todos nós devemos prestar a um homem que foi exemplo de trabalho, seu ferveroso juíz, batalhador incansável e intemerato pelo progresso, pela eterna grandeza desta bela terra.

Não queríamos, ao iniciar estes esquissos relativos à terra geresiana, deixar de assinalar a morte do geresista número um, Tude de Sousa, desfolhando as pétalas de eterna saudade.»



des Cirroses du Fole», (1906), Dr. Augusto Santos Júnior; «Memórias das Caldas do Gerez», (1943), Prof. Silva Carvalho; «Memórias Históricas e Topográficas das Caldas do Gerez», (1908), «Serra do Gerez», (1909), «Gerez», (1927), artigos na «Ilustração Portuguesa», n.º 127, 142, (1908), Tude de Sousa; «Análise das Águas Minerais do Gerez», (1851), em Mem. Econ. da Academia das Ciências, Vol. XV, T. III, 2.ª pte., Visconde de Vila Maior; «Les Eaux de Gerez dans le traitement des Ictères et des Cirroses Hépatiques», (1930), «Os Hepáticos» (1940), Dr. Manuel António Soeiro de Almeida; «As Águas do Gerez e a sua Mineralização», «Revista de Química Pura e Aplicada», (1928), «Spectro Chimie des Eaux Minérales Portugaises l'Eau du Gerez», comunicação apresentada na Academia das Ciências de Paris, (1928), Prof. D. António Pereira Forjaz; «A Toxicidade Incontestável das Águas do Gerez», s/ data, «A Água Veneno, s/ data, Dr. António Rita Martins; «Determinação do Rádio Dissolvido na Água do Gerês», (1930), «Contribuição para o Estudo das Águas do Gerês», de colaboração com o Prof. Charles Lepierre, revista «Técnica», (1928), Prof. Herculano de Carvalho; «As Análises das Águas do Gerez por Sousa Reis e Emílio Dias», (1925), Dr. Alberto Aguiar; «As Águas Termiais do Gerez», (1918), Profs. José Pereira Salgado e António Joaquim Ferreira da Silva; «As Águas Minerais do Gerez», (1888), «Jornal Soc. das Ciências Médicas», Dr. Leonardo Torres; «Notícia Descritiva das Águas Minerais do Gerez no Distrito de Braga», (1852), «Juízo Crítico da Análise das Águas Minerais do Gerez», (1852), Dr. José Pereira Caldas; «As Águas do Gerez», (1852), Dr. Júlio Máximo de Oliveira Pimentel; «As Caldas do Gerez», (1843), «Gazeta Médica», Dr. J. Oliveira; «Caldas do Gerez» (1814), «Jornal de Coimbra», Dr. Agostinho Albano da Silveira; «Riquezas Hidro-Medicinais de Portugal», (1941), «Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa», Dr. Ascensão Contreiras; «As Águas Medicinais Portuguesas e as Águas Medicinais Estrangeiras», (1923), Dr. António de Melo; «Gua Prática das Águas Minero-Medicinais Portuguesas» (1922), Dr. Fernando da Silva Correia; «Apontamentos para um Estudo sobre as Águas Minero-Medicinais Portuguesas e sua Comparação com as Estrangeiras» (1915), «Medicina Contemporânea», n.º 31, 32, Dr. Francisco de Oliveira Luzes; «Hidrologia Minero-Medicinal Portuguesa — Notas de uma Excursão de Estudo», (1911), «Revista de Química Pura e Aplicada», Prof. António Mendes Correia; «Hidrologia Médica», (1911), «Gazeta dos Hospitais do Porto», Prof. Tiago de Almeida; «Movimento Médico», (1910), Prof. Charles Lepierre; «Notas sobre Portugal — Nascentes Termo-Minerais de Portugal», (1903), Eng.º António Maria da Silva; «Termas do Gerez», (1896),

«Revista Obras Públicas e Minas», n.º 316 e 318, Eng.º Rego Lima; «Eaux Minérales et Stations Climatiques de l'Europe» (1899), Profs.: Parkes e H. Weber; «Águas Minerero-Medicinais» (1877), Dr. Francisco da Costa Félix; «Entre Homem e Cávado», 3 Vols. (1958), Domingos M. da Silva; «Banhos de Caldas e Águas Minerais», (1875), Ramalho Ortigão; «Estudos Preliminares sobre as Principais Águas Minerais do Reino», (1867), «Jornal de Fármácia e Ciências Acessórias de Lisboa», «Renseignement sur les Eaux Minérales Portugaises», (1867), Prof. Agostinho Vicente Lourenço; «Dicionário Geral de Águas Minerais», (1860), Profs. Engénio de Bret e M. Durand Fardel; «Farmacopeia Naval e Castrense», (1819), Dr. Jacinto da Costa; «Farmacopeia Dogmática Médico-Química e Teórico Prática», II p., (1772), Frei João de Jesus Maria-Administrador da Botica do Mosteiro de Santo Tirso; «Grandezas e Misérias das Caldas do Gerez», (1967), «Termalismo, Turismo, Hotelaria», (1970), Augusto Maia; «Anteprojecto para a Modificação das Captagens das Águas Medicinais do Gerês», (1936), Eng.º Carlos Basto Freire de Andrade; Padre António da Costa e Oliveira Pinto (1868-1933), S. J., o primeiro a contribuir para o estudo da radioactividade, entre nós, e, depois, do seu efeito nas águas minerais portuguesas. Estes estudos começaram a ser publicados, em 1910, na «Revista de Química Pura e Aplicada», do Porto, etc.

É grande a lista de jornais e de revistas nacionais e estrangeiros que se têm pronunciado sobre as águas geresianas, quer da especialidade médica, quer de outra índole.

## OUTRAS NASCENTES DE ÁGUAS MINERAIS EM TERRAS DE BOURO

Além do muito que dissemos, naturalmente, daquilo que ainda nos ficou por relatar, das famosas e universais águas do Gerês, há que revelar outras duas: as do **Sótão** e as do **Fastio**<sup>52</sup>. As primeiras, numa nascente de água sulfurosa, encontram-se, na margem direita do rio Homem, na freguesia de Gondoriz, e destinam-se aos males da pele.

São citadas por Américo Costa (1894-1937) no seu «Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular», Vol. XI, (Porto, 1948). As segundas, na nascente do Gradouro, no sítio deste mesmo nome, em Pergoim, na freguesia de Chamoim, de composição fracamente

---

(52) Nome talvez dado em honra de N. Senhora do Fastio.



*Linda panorâmica avistando-se a Caniçada no conjunto belo do mar de montes geresianos...*

mineralizada, fria, boa para doenças dos aparelhos digestivo e urinário. O hidrologista Dr. Ascensão Contreiras (1895—) cita-a na sua «Relação de Aguas Medicinais Portuguesas», inserta na pag 623, Vol. I, da «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira».

Transcrevemos na integra a autorização de concessão publicada no «Diário do Governo», II Série, n.º 29, de 6-II-1922:

«António José de Almeida, Presidente da República Portuguesa, faço saber aos que este alvará virem que tendo-me sido presente o requerimento em que a Empresa das Aguas do Fastio Ltda., pede a concessão de licença para explorar a nascente de águas minerais denominada Agua do Fastio ou Fonte do Gradouro, situada na freguesia de Chamoim, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga; vistos os documentos por

onde se prova ter a requerente satisfeito a todos os preceitos estabelecidos no art.º 5.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892 e do decreto com força de lei n.º 5787-F, de 10-V-1919, que regulam o aproveitamento das águas minerais e a exploração dos estabelecimentos anexos; vista a consulta do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas); Hei por bem, conformando-me com a mencionada consulta conceder definitivamente por tempo ilimitado à Empresa de Águas do Fastio, Ltda., a concessão da licença para explorar a nascente de águas minerais Água do Fastio ou Fonte de Gradouro, situada na freguesia de Chamoim, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, com a área reservada de 50 hectares, delimitada pelo rectângulo ABCD assim definido: Sobre o prolongamento para o lado do noroeste, da recta que une a esquina sul ocidental da corte de Araújo com a esquina norte oriental da Casa da M6, mediram-se, a partir desta última esquina, 385 m. para noroeste, determinando-se assim o ponto auxiliar X; Neste ponto e com a recta medida formou-se um ângulo de 25º com a abertura para o lado de nascente, determinando assim a posição da recta XA, sobre a qual se marcou o ponto A a 830 m. de X para nascente, sobre o prolongamento da recta AX para o lado do poente marcou-se o ponto B a 170 m. de X; Nos pontos A e B levantaram-se duas perpendiculares de 500 m. cada uma, à recta AB para o lado do sul, nos extremos das quais se marcaram respectivamente os pontos C e D.

Em virtude da presente concessão, a concessionária fica obrigada a todos os preceitos consignados no citado decreto com força de lei n.º 5787, de 10-IV-1919, e especialmente aos seguintes:

- 1.º — Executar os trabalhos que lhe forem aprovados, segundo as regras da arte e de harmonia com as prescrições especiais que lhe forem estabelecidas;
- 2.º — Dar princípio aos trabalhos dentro de cento e

vinte dias, a contar da data da publicação do alvará de concessão;

- 3.º — Executar as obras dentro dos prazos que lhe forem indicados no alvará, não os podendo alterar sem autorização do Governo;
- 4.º — Apresentar o regulamento da exploração das nascentes;
- 5.º — Não substituir o director clínico sem autorização do Governo;
- 6.º — Apresentar análise química, fisico-química e bacteriológica e qualquer outra necessária ao melhor conhecimento terapêutico das águas, bem como o volume da nascente, finda a captagem e estabelecido o regime definitivo;
- 7.º — Apresentar análise bacteriológica e volume das águas potáveis a utilizar na estância;
- 8.º — Executar as providências que lhe forem ordenadas e no prazo que lhe for marcado, para melhor aproveitamento e desenvolvimento das nascentes e das boas condições higiénicas dos estabelecimentos hidroterápicos;
- 9.º — Não suspender a exploração sem autorização do Governo;
- 10.º — Enviar anualmente à Inspeção das Águas os relatórios médicos da gerência e fornecer todos os esclarecimentos necessários para a elaboração da estatística hidromineral;
- 11.º — Os concessionários devem aplicar os convenientes processos de desinfecção, quer nas aplicações hidroterápicas, quer no engarrafamento;
- 12.º — Nas aplicações hidroterápicas não é permitido o uso de lamas minerais, sem que as respectivas análises tenham sido presentes à Inspeção de Águas e por esta autorizado o uso das referidas lamas;
- 13.º — Satisfazer aos impostos que as leis estabelecem.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente alvará

pertencer, o cumpram e o façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

E, por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado e selado com o selo da República Portuguesa e com os a que se referem os decretos de 16-VI-1911 e 25-IV-1918.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1922,

a) António José de Almeida, Augusto Joaquim Alves dos Santos.»

A concessionária era Olga Elisa de Carvalho Pinheiro Salgueiro. Durante muito tempo esta água era vendida, em garrações, por todo o País, e caiu num descrédito, devido aos transportadores em vez de encherem na fonte que lhes estava indicada, faziam-no onde bem lhes apeteçiam.

Não se sabe também se foi cumprido o que fora determinado no documento acima mencionado.

Presentemente foi requerida à Câmara de Terras de Bouro auto-rização de exploração daquela nascente, em 20 de Agosto último (1970), pelos Profs. Alvaro Maria da Silva Oliveira e Orlando Moreira Silva, ambos residentes em Matosinhos, o primeiro na Rua Alfredo Cunha, n.º 537, 2.º e o segundo, na Rua Passos Manuel, 644 (Gueifães).

Em tempos foi explorada uma nascente na **Pedra Bela** por Ursino Malheiro que a exportava em garrações. A água corria por um engenhoso funículo de ferro da Pedra Bela para o Gerês.

## FACTOR HUMANO

Pelo último estudo demográfico (1960) a população global do concelho de Terras de Bouro era da ordem de 11 762 almas. O número de fogos e de prédios regista um movimento de 3261 e 5122, respectivamente. Em 1911 havia 9070 habitantes distribuídos por 2088 fogos, passando em 1940, a 11 139 e 2732 fogos.

Seguidamente damos os índices populacionais de 1960 e de 1940 de todas as freguesias do concelho num avaliação de confronto: **Balança**, 601, em 1940 era de 542; **Brufe**, 133, em 1940, 162; **Campo**, 437, em 1940, 410; **Carvalheira**, 734, em 1940, 718; **Chamoim**, 619, em 1940, 610; **Chorense**, 579, em 1940, 567; **Cibões**, 890, em 1940, 957; **Covide**, 550, em 1940, 567; **Gondoriz**, 556, em 1940, 642; **Moimenta**, 724, em 1940, 687; **Monte**, 295, em 1940, 285; **Ribeira**, 349, em 1940, 368; **Rio Caldo**, 1284, em 1940, 1231; **Souto**, 676, em 1940, 589; **Valdosende**, 1084, em 1940, 675; **Vilar**, 376, em 1940, 367; **Vilar da Veiga**, 1875, em 1940, 1762.

Igualmente consideramos de interesse relatar o número de fogos e de prédios existentes por todo o concelho, também referenciando-nos ao censo de 1940, comparando-o, assim, com o de 1960. Não indicamos o número de prédios de 1940 por falta de válida informação: **Balança**, fogos 163, prédios 226, em 1940, 146 fogos; **Brufe**, fogos 41, prédios 99, em 1940, 26 fogos; **Campo**, fogos 156, prédios 265, em 1940, 110 fogos; **Carvalheira**, fogos 221, prédios 480, em 1940, 185 fogos; **Chamoim**, fogos 165, prédios 297, em 1940, 138 fogos; **Chorense**, fogos 166, prédios 178, em 1940, fogos 145; **Cibões**, fogos 239, prédios 543, em 1940, fogos 209; **Covide**, fogos 145, prédios 210, em 1940, fogos 120; **Gondoriz**, fogos 183, prédios 329, em 1940, fogos 153; **Moimenta**, fogos 180, prédios 231, em 1940, fogos 187; **Monte**, fogos 73, prédios 212,

em 1940, fogos 62; **Ribeira**, fogos 105, prédios 154, em 1940, fogos 91; **Rio Caldo**, fogos 369, prédios 406, em 1940, fogos 327; **Souto**, fogos 187, prédios 254, em 1940, fogos 144; **Valdosende**, fogos 302, prédios 464, em 1940, fogos 166; **Vilar**, fogos 96, prédios 189, em 1940, fogos 106; **Vilar da Veiga**, fogos 470, prédios 585, em 1940, fogos 417.

Se construíssemos um diagrama saltar-nos-ia à vista que em população a maior é a de **Vilar da Veiga** seguida, a grande distância, de **Valdosende**, sendo a menor a do **Monte** e a do **Vilar**. Quanto a fogos é ainda a maior a de **Vilar da Veiga** e a menos importante a de **Brufe**. Respeitante a prédios é **Vilar da Veiga** que encabeça o rol seguindo-se-lhe na cauda **Brufe**.

Quando procedíamos à revisão de provas da presente **Monografia** chegou-nos os dados sobre a população do **XI Recenseamento-1970**, (ainda a título não definitivos), enviados pelo **Instituto Nacional de Estatística**, em 22 de Junho de 1971, ao nosso pedido formulado há tempos. A população do Concelho de Terras de Bouro sofreu diminuição, baixando, no total, para 11 570 (5795 homens, 5380 mulheres). Por freguesias: **Balança** (235 homens, 226 mulheres); **Brufe** (55 homens, 69 mulheres); **Campo** (958 homens, 412 mulheres); **Carvalheira** (297 homens, 320 mulheres); **Chamoim** (299 homens, 302 mulheres); **Chorense** (257 homens, 296 mulheres); **Cibões** (368 homens, 394 mulheres); **Covide** (171 homens, 182 mulheres); **Gondoriz** (260 homens, 202 mulheres); **Moimenta** (305 homens, 360 mulheres); **Monte** (130 homens, 109 mulheres); **Ribeira** (154 homens, 167 mulheres); **Rio Caldo** (609 homens, 666 mulheres); **Souto** (288 homens, 328 mulheres); **Valdosende** (472 homens, 452 mulheres); **Vilar** (141 homens, 152 mulheres) e **Vilar da Veiga** (796 homens, 743 mulheres). Assinale-se, como título de curiosidade, que quase em todas as freguesias há um excedente feminino, nalgumas bem acentuadamente. Apenas **Balança**, **Campo**, **Gondoriz**, **Monte**, **Valdosende** e **Vilar da Veiga** o coeficiente masculino é um pouco notório. Continua a ser mais populosa a freguesia de **Vilar da Veiga**, seguindo-se-lhe **Rio Caldo** e **Valdosende**, levando a lanterna vermelha a de **Brufe**.

É concelho Rural de 3.ª ordem; Fiscal de 3.ª classe; judicialmente ao Circulo Judicial de Braga, Comarca de 2.ª classe de Vila Verde, excepto as freguesias de Rio Caldo, Valdosende e Vilar da Veiga, estas, pertencendo à Comarca de 3.ª classe de Vieira do Minho, religiosamente à Arquidiocese de Braga; militarmente à I Região (Porto) e ao Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 8 (Braga); Administração Florestal (Gêrês) pendente da I Circunscrição (Porto); C. T. T., à Circunscrição do Minho (Braga); Sub-região agrícola n.º 3, designada por Vale do Cávado.



Anteriormente à promulgação do Decreto-Lei n.º 13 912, de 9-VII-1927, pertencia à Comarca de Amares, o que correspondia ao antigo Julgado de Bouro.

Em 1826 o Concelho era compreendido pelas seguintes freguesias: **Balança, Campo do Gerês, Carvalheira, Chamoin, Choreense, Covide, Moimenta, S. Mateus da Ribeira, Rio Caldo, Valdosende e Vilar.** Mais tarde, pela extinção do Concelho de Santa Maria de Bouro, ocorrida em 31-XII-1853, que incluía também o de Santa Maria de Bouro, já extinto, foram-lhe, então, anexadas algumas daquelas freguesias. Entretanto, em 1880, o Julgado e Concelho de Terras de Bouro ficou formado com as freguesias de que hoje dispõe. Este Concelho foi extinto em 14-VIII-1895, e, por isso, as suas freguesias ficaram distribuídas pelos concelhos vizinhos de Amares, Vieira e Vila Verde, até tudo tornar a ser-lhe restituído quando Terras de Bouro voltou, de novo, a constituir-se como Concelho, em 13-1-1898.

A primeira sede do Concelho foi em Sequeiros, freguesia de Chamoin, mais tarde foi transferida para Moimenta onde presentemente está instalada.

O **foral**, foi-lhe conferido por D. Manuel I («Terra de Boyro» como era então designado) em 20-X-1514, feito em pergaminho e com iluminação na capa, que é hoje religiosamente, guardado no cofre da Tesouraria de Finanças, no edifício dos Paços do Concelho.

O Município é composto pelo Dr. Fernando Adelino Faria Ferreira (Presidente), Anacleto Boaventura do Carmo Araújo e Aarão de Freitas (Vereadores).

O Conselho Municipal, presidido pelo Dr. Fernando Adelino Faria Ferreira tem a seguinte composição: António da Conceição Pereira, Abel José Rodrigues da Costa Lopes, Manuel António Rodrigues Peixoto, Alfredo Martins Vitorino, António Manuel Alves, António Barbosa de Sequeiros, Adelino Conde Dias, Dr.ª Maria Fernanda Vergueiro Domingues e Manuel Baptista Dias Cancela.

É médico municipal o Dr. João Baptista de Sousa Fernandes e Subdelegado de Saúde o Dr. António de Araújo Macedo. Chefe da Secretaria António Pereira Martins. Outros funcionários: Maria Alice Fernandes Barbosa, Maria de Fátima da Rocha Marques, João Maria Esteves, Adelino Augusto Leite Machado, Manuel José Machado Martins Capela, António Joaquim Ferreira Esteves, Anacleto Xavier de Araújo e Lúcio António Fernandes.

A Comissão Venatória Concelhia é constituída pelo Dr. Fernando Adelino Faria Ferreira (Presidente), José Maria Barroso, Manuel José de Freitas e Júlio de Amorim Cerqueira (Vogais).

É assistente concelhio de Veterinária o Dr. Jorge Vasco Fernandes, de Vila Verde. Exerce o lugar de vogal concelhio na Comissão de Viticultura da Região de Vinhos Verdes, Aarão de Freitas.

Chefe da Repartição de Finanças, Eurico Alípio Marques de Oliveira. Outros funcionários: Inocêncio Mendes de Sá Sousa e Matos, Avelino Duarte Santos, Manuel António Morais, João Hilário Rodrigues Mendes e Diamantino d'Oliveira Martins Viana. Tesoureiro e seu proposto, respectivamente, Mário Ribeiro d'Abreu e Manuel José de Freitas.

Foi Conservador do Registo Civil e Notariado a Dr.<sup>a</sup> Maria Fernanda Vergueiro Domingues (presentemente em Vila Nova de Poiares), substituída, então, pelo Dr. José Gonçalves Marques, que deixou aquelas funções em princípio de Dezembro de 1970, pela sua nomeação definitiva para Conservador do Registo Predial em Moura. Em 2-III-1971 foi nomeado notário deste Concelho o Dr. Alexandre Rocha, que anteriormente fora adjunto da Inspeção do Trabalho no Instituto Nacional de Trabalho e Previdência Social, de Braga. Outros funcionários: Alberto Pereira de Azevedo e Evaristo Teixeira d'Oliveira<sup>1</sup>.

Administração Florestal do Gerês sob a direcção do Eng.<sup>o</sup> Silvicultor Narciso António Rebelo de Castro e Melo tendo como Mestre Florestal Valdemar da Silva.

Militarmente Terras de Bouro está guarnecida apenas pela Guarda-Fiscal e Guarda Nacional Republicana. A primeira por uma Secção, pertença do Batalhão n.º 3 (Porto), com quartel instalado no Gerês, sob o comando do Tenente Joaquim de Almeida Martins. Funcionam quatro postos: no Gerês, S. João do Campo, Carvalheira e Portela do Homem, comandados, respectivamente, pelos 2.º sargento António Baptista Pinheiro, 2.º cabo Frutuoso Martins da Silva, 2.º cabo José Rodrigues Pires e 2.º sargento Vítor Manuel Lopes Vicente.

A Guarda Nacional Republicana, destacada da companhia aquartelada em Braga, tem um posto e um subposto na sede do Concelho e no Gerês, sob o comando, respectivamente, do 1.º cabo João Eduardo Gonçalves e 2.º cabo Afonso da Rocha Ferreira.

Há três estações telégrafo-postais na sede, no Campo (criada pela Barragem) e no Gerês, respectivamente, chefiadas, por Maria da Conceição Ferreira Esteves, Maria Antonieta Alves e Otilia Pereira Lopes Teixeira.

Da Acção Nacional Popular eleita, em 3-V-1971, fazem parte os seguintes elementos: Abel José Rodrigues da Costa Lopes (Presidente),

---

(1) Funcionam postos em Covide, Rio Caldo, Valdosende e Vilar da Veiga.

Manuel da Lomba Melo (Vice-Presidente), Manuel José de Freitas (Secretário), Adelino Conde Dias, José Balbino Vieira, Alcino César Rodrigues Peixoto, Diamantino de Oliveira Martins Viana, João Antunes de Oliveira Machado e João Manuel da Silva Arantes (Vogais).

O Movimento Nacional Feminino é presidido por Maria Venusiana de Oliveira tendo como secretária Maria da Conceição Pinto.

Delegado dos Serviços Médico-Sociais da Federação das Caixas de Previdência Dr. Francisco Xavier de Araújo.

Director do Parque Nacional Peneda-Gerês, Eng.º José Lagrifa Mendes.

Director Clínico das Termas do Gerês Dr. Fernando Alves de Sousa e os adjuntos Drs. Acílio Carvalhal e Godinho.

Comissão Administrativa da Confraria do Santuário de São Bento: Cónego Dr. José António Martins Gigante (Presidente), Mons. Manuel Vaz Coutinho (Vice-Presidente e Tesoureiro), Abel da Costa Lopes (Secretário), Padre Manuel Mendes da Fonseca (Vedor do Culto) e Cónego Dr. Luciano Afonso dos Santos (Delegado do Prelado).

## OUTRAS AUTORIDADES LOCAIS

### CLERO

**Balança**, Padre Augusto Carneiro de Sá; **Carvalheira**, Padre Manuel Ribeiro Alves; **Chamoim**, Padre Adelino Afonso Salgado (Arcipreste); **ChoreNSE**, Padre Aurélio de Sousa Ferreira; **Cibões**, Padre António de Sousa e Silva; **Gondoriz**, Padre Armindo do Céu Macedo Loureiro; **MoiMENTA**, Padre Francisco de Araújo Faria; **Souto**, Padre Carlos Augusto da Silva e Costa; **Rio Caldo**, Padre Manuel Mendes Fernandes Fonseca; **Valdosende**, Padre António Firmino Loureiro de Figueiredo; **Villar da Veiga**, Padre Custódio Pereira Pinto.

### PRESIDENTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA

**Balança**, João Manuel da Silva Arantes; **Brufe**, João Francisco Dias; **Campo**, João Manuel Antunes de Oliveira Machado; **Carvalheira**, Lino Manuel Alves Machado; **Chamoim**, António Barbosa de Sequeiros; **ChoreNSE**, Manuel José Dias; **Cibões**, Abílio Fernandes; **Covide**, Florentino José Martins de Carvalho; **Gondoriz**, José Maria Antunes; **MoiMENTA**, Manuel Adelino Baptista Cancela; **Monte**, João Domingues Pires; **Ribeira**, Manuel de Freitas Esteves; **Rio Caldo**, César Faria da Costa;

Souto, Alfredo Martins Vitorino; **Valdosende**, Bernardino Jesus Dias Ribeiro; **Vilar**, José Maria Rodrigues; **Vilar da Veiga**, Adelino Conde Dias.

#### REGEDORES DAS FREGUESIAS

**Balança**, Adelino Martins; **Brufe**, António Domingues; **Campo**, Manuel Antunes de Oliveira Machado; **Carvalheira**, vago; **Chamoim**, Augusto Abel Martins; **Chorense**, Domingos Dias Portelo; **Cibões**, José Maria Cerqueira; **Covide**, Manuel Rodrigues da Silva; **Gondoriz**, João Evangelista Pires dos Santos; **Moimenta**, Pedro de Abreu Antunes; **Monte**, Abílio Ferreira; **Ribeira**, Bento Simões; **Rio Caldo**, Adelino Alves Pontes; **Souto**, Avelino Fernandes Marques Roupas; **Valdosende**, José Maria Pereira Azevedo; **Vilar**, José Maria Martins da Silva; **Vilar da Veiga**, Augusto José Pires de Freitas e António José de Matos.

#### OUTRAS ACTIVIDADES

**Advogados:** Drs. Martins Aires e José da Silva Catalão.

**Médicos:** Drs. Francisco Xavier de Araújo, João Baptista Fernandes, Fernando Ferreira.

**Farmacêutico:** José Maria Barroso.

**Correspondentes Bancários:** Artur de Sousa Melo (Banco Português e Atlântico, Fonseca & Burnay, Agricultura e Borges & Irmão), José Dantas (Bancos Portugal, Espírito Santo, Totta & Açores e Comercial de Lisboa).

**Agentes de Seguros:** José Dantas (Garantia Funchalense), Manuel Baptista Cracel (Fidelidade), Manuel da Lomba Melo (La Preservatrice), José Maria Silva Ribeiro (Portugal).

**Correspondentes dos jornais diários:** Manuel Baptista Cracel («O Século»), Manuel da Lomba Melo («Diário de Notícias» e «Comércio do Porto»), José Maria da Silva Ribeiro («O Primeiro de Janeiro») e Eduardo Augusto Leite Barbosa («Jornal de Notícias»).

### CRISTIANISMO DE UM POVO

Depois de percorrermos todo o processo histórico, cultural e social, ocorrido através dos tempos, nestas paragens das terras do Bouro, fica-nos uma certeza, sem dúvida possível, do que elas têm e ficaram

---

(2) Estes três últimos fazem parte do Arciprestado de Amares.

a dever ao Cristianismo, às suas profundas raízes. Uma herança que veio em boa hora da irradiação da Ordem Religiosa dos «Bernardos» que o nosso Conde D. Henrique trouxe consigo, e que depois tanto nos ajudou a defender a integridade do solo pátrio. Os monges «Bernardos» eram um misto de propagadores da Fé e de heróis guerreiros. Com uma das mãos empunhavam o Crucifixo, com a outra manejavam a espada ou a lança. O «Mosteiro de Santa Maria do Bouro»<sup>3</sup> foi alfobre desses amorosos em Cristo, que em tempo de paz ensinavam às gentes, o cultivo das terras, ministravam cultura e adestravam-nos, também, nos manejos da guerra para suas defesas. O D. Abade de Bouro era o seu Capitão-Mor. Quando era preciso ele seguia à frente dos seus homens ao encontro do inimigo. De uma das vezes apenas com tão número reduzido (600 homens em armas) desbaratou um avultado exército castelhano, constituído por 2000 homens, nas proximidades da Portela do Homem. Passou-se isto, em 1384, e pelo êxito da empresa, D. Nuno Alvares Pereira, em nome de D. João I, além de conferir-lhe aquela dignidade, acrescentou a de Monteiro-Mor, com o privilégio de trazer pagem de armas, de recrutar soldados e dizer missa só com cogula, em tempo de campanha. O mosteiro gozava de direitos feudais e tinha, ao mesmo tempo, o privilégio de couro. De outra vez infligiu rude golpe ao exército de Afonso VII, de Leão, quando este sonhava com os seus direitos de suserania da Coroa Portuguesa, e que lhe foi tão funesto naquele recontro de Val-de-Vez, no sítio que ficou a chamar-se a Veiga da Matança. E tantos outros episódios que poderíamos relatar em que os monges cistercienses foram insignes protagonistas. Diz-se que o nosso primeiro monarca, D. Afonso Henriques<sup>4</sup>, antes que entrasse em luta,

---

(3) Fr. Claude de Bronseval, na inspecção que realizou às comunidades cistercienses portuguesas, esteve no Mosteiro de Bouro, e não assinalou quaisquer reparos quanto às regras da Ordem, segundo nos diz o Tomo II, de «Peregrinatio Hispanica» (1531-1533), obra publicada pela «Fundação Calouste Gulbenkian» - Centro Cultural Português, em Paris, (Paris, 1970).

(4) O monarca português não se notabilizou só como guerreiro. Ele via mais longe. Para lá das lutas envolvia-o mais lato pensamento — o de promover a colonização e a valorização do seu povo, e por isso a sua ideia em doar terras à Ordem de Cister, que sabia ser ela dotada para essa política e esse fim. Em 15-VIII-1153 concedia ao Abade do Mosteiro de Santa Maria e S. Miguel de Bouro, o dizimo do Sal, de Fão com valor perpétuo, confirmação dada depois por D. Afonso II (Carta de 1-VIII-1218) «que os religiosos exploraram ou mandaram explorar convenientemente as salinas que constituíam uma das principais fontes de receita do Mosteiro».

ia sempre com os seus homens orar à Senhora da Abadia, tal era o culto e a devoção que ele tinha por São Bento.

Os discípulos de S. Bernardo de Claraval (1091-1153) — o Grande Apóstolo da Segunda Cruzada — plenos reformadores de uma Sociedade, muito contribuíram para a fundação e consolidação da Nacionalidade Portuguesa. Desde o seu primeiro estabelecimento, no nosso País, em S. João de Tarouca, até ao de Alcobaça, modelo de uma organização perfeita onde ali implantaram a riqueza dos povos que os circundavam. Em pouco tempo houve uma promoção social e cultural através das suas aulas públicas das disciplinas de Gramática, Lógica e Teologia, não descurando, todavia, os temas das artes, nas quais tiveram papel relevante. Assim, eles ensinaram pintura, escultura, cerâmica e tipografia, não falando já nas novas técnicas de implantações agrárias, das quais também eram grandes mestres. Não podemos esquecer-los que eles foram os notáveis «pioneiros da revolução gótica». A sua influência em Portugal teve, assim, um período largo de relevo até à eclosão da «Guerra da Independência», que implicaria, depois, encerramento oficial das suas instituições, em 1834.

Outro vínculo da catolicidade é a Geira que como se sabe ligava Braga a Santiago e Roma, três polos da Fé e do Marianismo. Antes ela fora pensada como um poder laico de romanização. As legiões romanas que invadiram a Península passaram pela «Geira», e algumas fixaram-se para assim a sua hegemonia ser mais forte e penetrante<sup>5</sup>. Nos nossos dias este Concelho de Terras de Bouro mantém uma perene fidelidade românica pelo legado deixado nos «Marcos Miliários» — considerados Monumentos Nacionais (por Decreto 16-VI-1910) — que se estadelam desde a Bouça da Mó até à Portela, numa extensão aproximadamente de 35 Kms., e outros que se espalham por aqui e por ali, na Ponte Feia, em ChoreNSE, em Mouroas, na Volta do Covo, em Leonte, etc. Relação esta que podemos encontrar no célebre livro do Padre Martins Capela, «Miliarios do Conventus Bracaragustanus» (1895), obra de pequena tiragem, (menos da centena de exemplares) e que era necessário fazer uma reedição. Além destes Marcos Miliários, testemunhos fidedignos da romanização há outros sinais ainda que nos dão a larga permanência dela como sejam nas próprias casas, cujos ornamentos são puros «romanos», apesar de encobertos pelo disfarce dos seus moradores. É interessante compulsar as obras de D. Frei Bernardo de Brito (1596), de D. Jerónimo, contador de Argote (1738), e ainda

---

(5) Razão de sobra tinha Menendez Pelayo em escrever que a Península tornou-se, de facto, «romana dos pés à cabeça».

do Padre José de Matos Ferreira (1728). Este último refere-se a um grande edifício do tempo do Imperador César ali, levantado, assim como, outros de que há indícios. E o mesmo Autor reportando-se à influência da Geira, diz o seguinte: «Hua grande excellencia tem a Geyra em Portugal, cousa que se não acha em parte nenhuma, e he que em tempo de milicia, querendo se fazer hua entrada em Galliza, se faz com muyta facilidade; porque des que se passa o extremo pera Galliza são terras, em que ha muytas planicies, e ainda que os gallegos queyrão cortar a Geyra em algua parte, em outra qualquer se acha caminho, o que não assi para este Reyno, porque as primeiras tres legoas delle corta a Geyra por serras de grande espereza de montes muyto ingremes, e despenhados; de sorte que a onde quer se pode cortar a passage, sem se poder passar adiante; mas antes se os gallegos se arrojassem a meter em tal estrada, poderão os Portugueses alcançar hua facil e grande victoria; razão por onde os gallegos nunca em tempo de milicia se atreverão a meter em tal caminho; porque vião que onde quer tinham nelle certo o perigo, ou em fossos que pela estrada podião estar armados, ou que embrenhados os Portugueses nas matas, e penhas, matassem a tudo o que por ella passasse, servindo-lhe os mesmos, penedos de balas para delles fazerem a melhor artelharia».

Mas a Geira também não servia só como caminho estratégico de guerra. Eram caminhos de peregrinos. Diz-se que os Prelados galegos, cujas Prelazias, eram sufragâneas da do Primaz das Espanhas e Arcebispo, Senhor de Braga, a atravessavam constantemente, e diz-se até, que de uma das vezes o Bispo de Orense, D. Pedro Seguino teria levado o corpo de Santa Eufêmia para a sua Diocese.

Esta permeabilização cristã nas gentes de Terras de Bouro ficaria bem impregnada dela formando-se em todos os seus moradores uma constante, clero-povo-familia, como a formação de um todo, de um bloco, que se robustece mais com o tempo, apesar das épocas actuais correrem, aflitivamente, para uma descristianização em massa.

Ainda é interessante toparmos por toda a extensa serra a cadeia de igrejas e de capelas que eram construídas com dinheiro dos paroquianos, e também como louvor a Deus pela formação sacerdotal dos seus filhos. Em alguns destes templos vimos certa grandeza e revestidos de estilo, como aquela igreja de Choreense, descrita noutro capítulo, que nos surpreendeu pelo seu figurino renascentista.

Havia um hábito antigo que parece ter caído em desuso, que era o da reunião quinzenal do clero. Dessas reuniões, que pareciam mais congressos denunciavam normas de cristianização, depois seguidas pelo povo, muito unido à Igreja. Presidia em todos um espirito de unidade,

uma mútua colaboração, tão necessária, a aglomerados populacionais, que vivem exclusivamente quase num precário estado de isolamento. Recordemos os **livros costumeiros** que havia em cada freguesia, uma espécie de códigos e de acordos, numa linguagem amiga entre povo e o seu condutor — o padre. Mais adiante para o leitor ter uma noção do que eram esses livros, respeitáveis, reproduzimos o da freguesia de Rio Caldo.

É até curioso assinalar que a municipalidade nas suas «Posturas» também se preocupava com a religião. Achamos por bem dar um vivo exemplo, mais adiante, desse facto.

Outras incidências religiosas manifestadas pelos terrasbourenses nos seus **clamores, rezadas e cercos**, não falando já nas suas muitas romarias e festividades religiosas.

Os **clamores** eram feitos em honra do respectivo santo da freguesia e marcados pelo padre. Era obrigatório ir um ou mais representantes de cada casa, fazendo-se uma chamada antes do acto principiar. A quem faltasse era aplicada uma multa de 50 réis, e se algum respondesse por outro como encobridor da falta, sofria de idêntica penalidade. Depois era cantada a ladainha com resposta, em coro, pelo povo. Finda esta cerimónia todos iam comer do farnel que traziam. O **procurador** da freguesia era obrigado a dar o vinho.

Conta-se que em 1852, em Covide, durante a quaresma um membro da casa do Silva trepava ao Outeiro do Rei e de lá gritava para poder ser ouvido por todos, a seguinte ladainha: «Oh irmãos meus, filhos de Jesus Cristo. Ponde-vos de vela, que está Deus de sentinela; podemos anoitecer e não amanhecer. Rezemos um Padre Nosso e uma Avé-Maria em louvor das benditas almas do purgatório. Quem puder, será pelo amor de Deus.

Outro Padre Nosso e outra Avé-Maria; quem puder, será pelo amor de Deus.

Outro Padre Nosso e outra Avé-Maria em louvor das almas das nossas obrigações; quem puder, será pelo amor de Deus.

Outro Padre Nosso e outra Avé-Maria por todos quantos andam sobre as águas do mar, para que Deus os traga a salvamento. Quem puder, será pelo amor de Deus.» E, assim, continuava indefinidamente a pedir lá do céu acompanhado por todo o povo que, fervorosamente, recitava em grande som as orações solicitadas.

A **rezada** era feita em devoção por São Sebastião, na freguesia de Vilar da Veiga, em 20 de Janeiro. O povo reunia-se na eira, ao ar livre. Um presidia, fazia a chamada de cada um dos moradores da freguesia, e por cada um que respondia rezavam todos um Pai Nosso em honra



*Os célebres «Marcos Miliários», considerados «Monumentos Nacionais», outro notório vestígio romano de grande importância*



do santo. Quando o presidente ou o mordomo da rezada não queria desempenhar-se destes encargos poderiam ser substituídos por outros, pagando, então, uma multa de 4 mil réis. Estes além de presidirem às rezadas eram obrigados a acompanhar os enterros com a cruz, o abade na altura do recebimento do folar, e o viático.

No final das rezadas procedia-se à arrematação das esmolas oferecidas em géneros, aos santos festejados da freguesia. O Santo António era o que tinha mais ofertas pois, o povo, confiava-lhe a guarda dos gados, a sua maior abastança.

Os cercos também eram feitos em honra de São Sebastião, patrono contra a fome, a peste e a guerra, fazendo-se a festa na igreja, com sermão, saindo depois, processionalmente, marchando à frente e afastado da imagem do santo, os tamborileiros, com bombos e tambores,

os atiradores, com bacamartes de pederneira dando tiros, obedecendo a uma voz de comando, a cruz alçada conduzida pelo procurador da freguesia, os santos, os homens, o abade e as mulheres. O abade cantava a ladainha respondida pelos homens e mulheres. Por vezes também havia música. O cortejo visitava os lugares da freguesia **cercando-os**. Findo o cerco retornavam ao ponto de partida, pelo que depois debandavam para suas casas.

Outros motivos de exteriorização da sua fé são os **cruzeiros** postados às entradas de algumas freguesias, salientando entre outros o de S. João do Campo e o de Covide, no lugar de Sá. As **alminhas** que enxameiam os caminhos e os recôncavos da serra, nos altos e nos baixos, para que os viandantes não se esqueçam o amor e o culto conferido aos mortos. Há uma que pela sua originalidade não queremos omitir o seu registo, é aquela cavada num velho carvalho — uma secular árvore pesada aos anos das invernias e dos calores — chamada da **Candorca**, cerca de Rio Caldo.

O símbolo da cruz está sempre presente neles. É ver nos **canastros** tal e qual como aqueles seus semelhantes que muito admirámos quando estivemos no Soajo. Uma espécie de mini-catedrais!

Mas não fica por aqui todas as suas demonstrações religiosas já descritas atrás. Há mais: as **calhandras**, que morreram no esquecimento nos nossos dias, faziam-se durante uma novena antes do dia de Natal e era participada por todo o povo, sem distinção de classes, manhã alta, antes de se iniciar a vida dos campos, alguns representando os próprios pastores, e faziam-no sempre nos coros das Igrejas, dispostos já para tais fins. Entoavam cânticos ao «Deus-Menino»<sup>6</sup> acompanhados por grande instrumental rústico, constituído por flautas, pandeiros, ferriños e castanholas. O Altar era ornamentado com rama de sobreiros. Tomou o nome de calhandra, nome esse da ave da madrugada.

De mistura com os cânticos era recitado o Pai Nosso e a Ave-Maria.

Havia ainda os **Autos do Nascimento**, representações populares, feitas em cabanas de qualquer eira, ao ar livre, com guarda-roupa destinado para essa finalidade. O mesmo acompanhamento musical anunciado acima para as calhandras. Estas representações faziam-se sempre por altura dos dias festivos do Natal, Ano Bom e Réis.

Outro costume, as **Domingas da Quaresma**, que consistiam na representação extraída do drama da vida e paixão de Cristo, tendo como

---

(6) Constam da «Cartilha» do Abade de Salamonde, Padre António José de Mesquita Pimentel (— 1821), o livro com muitas edições, adotado como livro escolar.

cenário o próprio templo, com o abade no púlpito, a explicar as cenas que se iam desenrolando sucessivamente.

É bem elucidativo sobre este assunto o trecho que nos dá Tude de Sousa no seu livro «Gerez»: «Há dez anos (reportava-se a 1917) ainda, na freguesia de S. Paio da Carvalheira, faziam-se as cerimónias da Vida de Cristo, com padres chamados de diversas outras freguesias. Iam para ali armadores, para a decoração da igreja e direcção dos Passos. Os padres e mais pessoal hospedavam-se na casa da freguesia, comendo todos juntos e sendo as despesas pagas pela comissão nomeada em cada ano.

Representavam-se os Passos durante a quaresma, em cada um dos seis domingos (as domingos); ou representavam-se todos em duas noites — as de Quinta e Sexta-feira Santa.

No púlpito, o padre, pregando, ia descrevendo as cenas; e no Altar-Mor, armado em tablado, o armador ia movimentando as figuras de palha e máscaras, na interpretação dessas mesmas cenas ou dirigindo as figuras vivas, tudo em conformidade com a descrição do pregador. Em seguida, fazia-se o descimento da cruz e, depois, o enterro, caindo o pano.

Estas cenas eram acompanhadas por alaridos e lágrimas do povo.

No domingo de Páscoa, fazia-se a cena da Ressurreição, terminando aí esta espécie de celebração.»<sup>7</sup>.

Afora isto eles não se esqueciam nunca de incluir o chamado «bóibento», nas procissões, talvez num sentido evidente de paganismo, mas é o animal donde lhe advém a sua maior abastança. Para ele as honras e as orações aos Santos, seus devotos, para que os protejam e os salvem das inclemências do tempo e das pestes. E ainda hoje os terrasboureenses quando os trazem às feiras os engalanam com enfeites como se tratasse de um culto supersticioso, vivido no passado.

É pena que todo este tradicionalismo esteja moribundo do povo serrano e não reviva, hoje, como o fazem outros povos lá de fora. Estamos a lembrar da pequena aldeia da Baviera, Oberammergau, a 900 metros de altitude, aconchegada num vale, onde um povo faz reviver as cenas da Paixão de Cristo, de dez em dez anos, e a que assistem turistas vindos das quatro partidas da terra, arrebatados pelo drama, do texto, enquadrado num pano real do cenário que empresta a montanha. Não poderia Terras de Bouro dar-nos durante o ano o reviver da sua religiosi-

---

(7) «Costumes Religiosos Populares - Os antigos Autos e Procissões», in «Terra Portuguesa», Natal 1916, de A. J. Anselmo.

dade que se foi esvaindo até quase à sua morte? E não está a sua religião ainda na integração do seu carácter?

## «LIVRO DOS UZOS DA FREGUESIA DE RIO CALDO COSTUMES E UZOS»

«Primeiramente he uzo e costume nesta freguezia que os defunctos que falecerem com testamento, se satisfarão os bens d'Alma na forma que os dispozerem. E os que falecerem abintestados sendo cabeceira ou solteiro herdado de Pay e Mãy se lhe farão tres officios de dez Padres cada hum, com esmolla de duzentos reis; e sendo herdado só de Pay ou só de Mãy se lhe fará meynos gastos; e sendo pobres se farão tres officios cada hum de cinco Padres, com esmolla de cinquenta reis; os quais officios terão cada hum sua offerta, que constará de conducto, pão e vinho e candeya.

E não ha quantidade certa para esta offerta; porque huns dão mais, outros menos; porem sempre consta de tres ovos, ou tres sardinhas, ou hũa posta de carne; e isto he conforme cada hum pode, e também consta de grão, outros de pão cozido, que cada hum na tal obrada traz de mayor ou menor quantidade, como cada hum pode, e a seu arbitrio, e também traz hũa cabaça de vinho, que a quantidade d'elle he como cada hum pode; e hũa candeya de cera de palmo mayor ou menor conforme cada hum pode, e estás são a de obrigação, porem a obrada do corpo presente ha de ser obrada mais avantajada, que as mais, com mayor candeya, que se acende por ambas as pontas, e se lhe dizem dous resposos, quando se offerta.

Em cada hum dos referidos officios, se porão em o Altar Mayor duas candeyas e nos collateraes, cada hum a sua; as quaes que ficão no Altar Mayor as levanta o Parocho, e as dos collateraes o Dorido, excepto do ultimo as levanta o Parocho, e as candeyas são de cera amarella.

Os officios acima dictos se fazem em dia, mez e anno, e isto se entende nos que falecem abintestados, que os que falecem com testamento, se lhe faz aquilo que elles dispõem; e faltando cera para se dizerem as missas e officio a dá o Dorido; e o que sobra o levanta o Dorido.

Por cada defuncto se lhe reza hum anno por inteiro cada Domingo hum responso, e nas meyas cabeceiras, meyo anno, e em cada Domingo trazem os Doridos hũa obrada como acima fica dicto, querendo obradar, e não querendo dão doze tostoens os de cabeceira inteira, e os de meya cabeceira dão seis tostoens; porem o obradar, ou rezar he a escolha

do Dorido e não do Reverendo Abbade, e quando rezão, vem com hũa candeya offerecer o responso e a tornão a levar. E os filhos familias que são herdados de Pay ou Mãy e falecendo com testamento, se observa o que dispõem; e falecendo abintestados se lhe faz pelo bem d'Alma meyos quartos, digo, se lhe fazem gastos de cabeceira, tendo por donde, que aliás se faz conforme tiver.

Os que falecem de idade de sette annos e dali para baixo, se lhes dizem só trez missas com esmola de septenta reis cada hũa; e de sette annos athe doze sendo femeya e macho athe quatorze, se lhe dizem sette missas com a mesma esmola de septenta reis e no dia do enterro vem hũa obrada como fica dicto com candeya et cetera; e os que são de quatorze annos para cima lhes fazem os Pays os bens d'Alma que querem.

E escolhendo algum freguez sepultura em outra Parochia della, digo, ou falecendo fora della, se dividem os bens d'Alma, entre ambas as Parochias igualmente e ainda a propria offerta do corpo presente.

Pagão os Cazados cada anno de obrada hum alqueire de milho branco e os Viuvos e Viugas meyo alqueire e os Solteiros e Solteiras quarto e tijela que faz a tersa parte de alqueire; com declaração que estando em hũa caza dous Cazados, ou dols Viuvos, pagará cada hum por si, ainda que tenham hum só fogo; porem os Solteiros ainda que sejam mais Irmãos, pagará hum por todos, o que satisfarão ao Reverendo Parocho, posto por elles na sua rezidencia.

De cada Baptizado se dá d'offerta hum pão de trigo de vintem e hũa bella, digo, candeya de cera de hum palmo pouco mais, ou menos; e nos recebimentos dos Cazados se não dá nada quando se recebem; porem passando-se certidão para fora do livro dos defunctos Cazados e Baptizados se dá por ella hũa galinha, ou cem reis.

Os que falecem com testamento e deixão officios de cinco Padres, se dá de esmola a cada hum cento e cincoenta, porem sendo de seis, sette, ou nove Padres dão de esmola a cada hum duzentos reis, e faltando algum Sacerdote em algum dos officios, se chamão de mais para o último, para se receber o numero; e quando assim não seja possível satisfazer-se por falta de Sacerdotes ajustarão os herdeiros com o Reverendo Parocho as esmolas que lhe deviam dar como se hão de destribuir pela Alma do defuncto.

He costume antigo que as mulheres Solteiras que vivem sobre si em caza àparte fazendo fogo, andassem em giro aos mezes a barrer a

Igreja, e lançar a agoa nas pyas d'agoa benta aos sabados; o que assim se observará<sup>8</sup>.

He costume pagar-se dizimo das novidades que se colherem; de dez hum; como são vinho, linho, azeitona, castanha, landre, peras, maçãs, feijoens, lão, trigo, tremoços, nozes, cera, enxames, nabal e milho de toda a casta; estas são as novidades de que se pagão dizimos, e também o nabal de dez nabos hum.

Para cada fogo d'abença de horta trinta reis e não ha outra abença nesta freguesia.

De cada ninhada de pintos se paga hum frango, havendo-o na ninhada; e sendo tudo frangas se não paga frango.

De cada bacoro se pagão seis reis por cabeça.

De cada bezerro se paga hum vintem.

Anhos e cabritos, se dizimão na forma de Direito e Constituiçens, de dez hum, e não chegando a dez se paga por cada húa cabeça hum vintem; e quando chegão a dez, escolhe o criador no melhor e dos nove que ficam escolhe o Reverendo Abbade; e o mesmo se uza no dizimo dos enxames; com declaração que estes se dizimão no Janeiro proximo vindouro depois que nacam; e se o Reverendo Abbade leva o enxame do dizimo paga o cortiço ou dá outro por elle.

Pagão de primissa cada hum dos freguezes de milho hum alqueire e de centeyo outro alqueire, e vinho hum almude, havendo-o colhido nos dictos fructos por pouco que colhão.

Paga cada fogo alqueire e meyo de milho alvo e voto, posto na caza da Rezidencia do mesmo Parocho, e os que hão de pagar se entende os que colherem algũa couza, que os que não colherem nada, não pagarão Voto; e sempre pagarão a dicta quantia de alqueire e meyo, ainda que sejam Viuvos, Viuvas e Solteiros herdados; porque só os pobres, que não colherem nada de pão, não são obrigados a pagar o dicto voto d'alqueire e meyo.

Pagasse mais de colagem em cada cabeceira, quatro alqueires de pão, dous de milho alvo, e dous de centeyo, postos em caza do Reverendo Abbade, a custa do Dorido; Isto se entende sendo cabeceira de Cazados, que sendo cabeceira de Solteiros não paga cobagem, nem cabra nem manta.

Pagão as cabeceiras Cazados de cabra e manta oitenta e seis reis.

---

(8) O documento tem uma nota à margem que diz. «Barrer a Igreja: depois deste cap.º pozeram esta obrig.<sup>am</sup> as Moças Erradas: isto é deshonestadas e corruptas, mas na vizita de 1744 foi abolido este abuzo escandalozo e imposta esta obrig.<sup>am</sup> aos Mordomos da freg.<sup>a</sup>».

He costume nesta freguezia ellegerem os seis d'Acordo trez Homens pera Juizes do Subsino e outros trez pera Procuradores em a primeira oitava do Natal e no mesmo dia mettem a elleição ao Reverendo Abbade, pera fazer a escolha em que lhe parecer dos nomeados, hum pera Juiz, outro pera Procurador; e he costume quando o Juiz he da freguezia de baixo, o Procurador he de cima, por andar a freguezia, dividida em duas partes?

Há nesta Igreja a Confraria do Senhor, que tem rendimentos próprios, como consta dos seus livros; cujos officiaes tem obrigação de mandar dizer duas missas de Requiem por esmolla de cincoenta reis cada hũa em cada anno e doze missas nos Domingos terceiros cantadas da esmolla cada hũa de cem reis; e dão cera pera ellas e procissoens que se fazem ao redor da Igreja.

Ha mais a Confraria de Nossa Senhora, que he da protecção dos Religiosos de São Domingos, cujos mordomos são obrigados a mandarem dizer cada mez hũa missa de esmolla de cincoenta reis; e no primeiro Domingo de Outubro se diz cantada com cinco ajudantes aos quaes dão esmolla hum tostão ou de jantar por elle; a missa cantante tem o mesmo tostão.

São obrigados os mesmos officiaes mandar fazer quatro anniversarios, pelas almas dos confrades, de quatro Padres, que tem de esmolla cada hum a cento e cincoenta reis, e com obrigação da missa; e dando aos Padres de jantar, lhe dão somente sessenta reis com a mesma obrigação de missa e pera as missas dão cera e offerta.

Ha mais a Confraria do Nome de Deos; cujos confrades são obrigados a primeira sexta feira de cada mez mandar dizer hũa missa pela qual dão de esmolla cincoenta reis; e são obrigados os freguezes de cada caza, vir hũa pessoa asslstitir á missa e procissão pera cuja missa e procissão dá a Confraria cera; e em dia de Janeiro se faz hũa missa cantada desta Confraria pera a qual dão seis tostoens com sua offerta e aos Padres que assistirem se empoem a obrigação de missa, e dá a Confraria cera pera a missa e procissão; e os officiaes servem á roda, e concorrem com tudo isto, cada hum no seu anno.

Esta Confraria do Nome de Deos e a do Santissimo Sacramento dão contas ao Doutor Provedor.

Ha nesta freguezia quatro capellas, duas na freguezia que se chama de Cima, que são, São Pedro, São Bento; e a de São Pedro não serve hoje se não de Calvário e a que foi reduzida, por ficar perto

---

(?) Como nota à margem lê-se o seguinte a este propósito: «No mesmo dia se elegem os seis homens das falas do governo da Freg.<sup>a</sup>».

da Igreja e não servir pera administração dos Sacramentos: e na freguezia que se chama de Baixo, ha a capella de São Christovão, no logar de São Pedro, e a capella de Santa Luzia no logar de Matta Vaccas, e os freguezes andão por giro quatro a quatro delles que festejão os Oragos.

Com declaração que no anno que festejão algum dos Oragos das dictas capellas em hum anno; fazem missa cantada com seis Padres e seis tostoens e cera pera missa; em anno seguinte se faz a cantada ao Orago da capella; e nas que não ha missa cantada naquele anno, e as outras capellas a tem no dia dos Oragos dellas, se diz missa rezada, com cera e esmolla de missa, cento e vinte reis e se dá offerta das missas cantadas que se dizem na Igreja das acima, que nas que se dizem nas capellas, se dá somente o que se diz acima.

Não tem estas capellas rendimento algum nem obrigação da missa e as ofertas delas são do Parocho; o qual tem obrigação de conser-tar e fabricar a de São Bento e a de Santa Luzia, que as mais são dos freguezes a fabricar.

Tem esta freguezia dous clamores por obrigação, hum na vespera de Nossa Senhora da Assumpção a quatorze de Agosto; e outro a Nossa Senhora da Goma de Parada de Bouro em vinte e cinco de Março, que a primeira segunda feira, depois do Paschoelo em cada hum destes clamores, dá a freguezia ao Parocho cem reis, ou hũa galinha, pelos ir fazer, e não ha outros clamores, digo, hum tostão ou lhe levão hũa galinha pera merendar, qual elles quizerem, e não ha outros clamores de obrigação se não nesta freguezia; todas as quartas feiras da Quaresma.

Tem o Parocho na occasião em que vem Visitador duas bellas brancas por mão do Procurador da freguezia que he daquellas que comprão pera freguezia.»

### «OBRIGAÇÃO DO REVERENDO ABBADE»

«Está introduzido em todos os Domingos, dizer-se hum responso, pór quem deixou o Caneiro do Rio grande à Igreja, supposto que do tombo della não conste quem o deixasse nem de tal obrigação delle se mostra; e tambem se reza outro responso, por quem deixou hum castanheiro, no Logar de Parada, o posto de Lobos, e outro responso, por quem deixou trez castanheiros ao portello do Ortal, que informou Gervazio Dias do Assento, fora seu Avô Domingos Moura; porem não ha titulo desta obrigação.



Paga esta Igreja á Tulha Primacial dezesseis alqueires de centeyo. Paga ao Reverendo Cabido, trezentos, oitenta, e seis reis.

Paga ao Seminario, mil, oitenta e dous reis, tudo posto e pago em Braga, á custa do Reverendo Abbade, ou seu Rendeiro; e o dinheiro se paga athe dia de São Thiago e o centeyo athe dia de Nossa Senhora da Mizericordia a oito de Setembro.

Não tem esta Igreja do Arco Cruzeiro para baixo, sepultura nenhuma particular, antes todas são commúas; e pera se enterrarem os defunctos da freguezia, que os de fora falecendo na freguezia, se enterrão no Adro, e querendo enterrar dentro se consertão com a freguezia.

Quando falece alguma pessoa na freguezia, servem de coveiros hum da freguezia de baixo e outro da de cima, e os cobeiros que hão de servir á roda, se entende Cazados e Viuvos, e na mesma forma, hão de servir os dous Mordomos da freguezia e da mesma forma servirão os Solteiros, aquelles que governarem caza.

Estes são os uzos e costumes desta freguezia, na forma que atraz vão escriptos; e foram escriptos em presença do Reverendo Abbade desta freguezia José d'Araújo e Tavora, e estes vão translados e confêridos por outros que em poder do dicto Reverendo Abbade ficam, e tudo a prazer da freguezia e Reverendo Senhor Abbade; e por elle e freguezes estes também vão assignados que todos assistirão a tudo o escripto, por assim todos o determinarem, por assim ser uzo antiguissimo, e assim querem huns e outros se observe irrevogavelmente daqui em diante, sem alteração, nem diminuição alguma: e por tudo passar na verdade se fez este termo de obrigação, por todos assignado, e pelo dicto Reverendo Abbade, e rogarão a mim João Coelho da Silva desta freguezia que estes uzos lhe escrevesse, o que a seu rogo fiz fielmente e vão sem borrão, nem entrelinha, nem couza que faça duvida; e por ser verdade me assigno. Hoje trez de Setembro de mil, e sette centos e trinta.»

## **CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE TERRAS DO BOURO EM FAVOR DA RELIGIÃO**

Entre esta floresta de documentos, de livros e de papéis que nos bloqueiam para este trabalho, e que concluimos não atingir a perfeição do que desejáramos, sallenta-se um preceito que julgamos coisa rara nos regimes municipais de qualquer país. Reportamo-nos às «Proviências sobre a observância da nossa Santa Religião Católica Romana»,

que vêm consignadas no «Código de Posturas Municipais do Concelho de Terras de Bouro», de 1853. Por isto mesmo transladamo-lo para aqui:

«Artigo 1.º — Toda a pessoa, que na ocasião da Missa estiver falando, ou de qualquer modo perturbar os assistentes, comete falta de respeito à Religião, e incorre na disposição do § 2.º do artigo 130 do Código Criminal.

Artigo 2.º — Toda a pessoa, que, cabendo-se na igreja, ou capela, ficar fora da porta a ouvir Missa, ou inquietando quem entra, pagará duzentos réis.

Artigo 3.º — Ninguém trabalhará com bois e carros nos domingos e dias santificados, (excepto em urgentíssima necessidade) nem se empregará em outras obras servis que não sejam permitidas por costume legítimo, nem tão pouco venderá objectos que não sejam de indispensável e quotidiana necessidade, e quem o fizer pagará por cada vez quinhentos réis.

Artigo 4.º — Todos os chefes de família e tutores mandarão seus filhos, criados e tutelados à doutrina, e aquele que contravier, sem justa causa esta disposição pagará por cada vez seiscentos réis, excedendo as faltas a cinco cada ano.»

## SÃO BENTO DA PORTA ABERTA UM ALTAR DE FÉ PLANTADO NA MONTANHIA

Pairam pela montanha as pegadas dos perseguidos na Fé de Cristo, que se acoitavam nela, fugidos à barbarie, e ainda porque no alto dos montes as suas preces seriam mais fervorosas, mais directas, como setas, a Deus.

Também a montanha propicia maior recolhimento, maior poder de



*O templo onde está S. Bento, muito venerado por gente de todos os quadrantes de Portugal e até do estrangeiro, que em Agosto tem a sua romaria de pompa. Linhas sóbrias, padrão de fé, implantado na montanha*

concentração espiritual. Cristo não encontrou no Calvário a sua sublimação? O Seu «Sermão da Montanha», a essência do Seu alto pensamento não foi pronunciado na colina que se levanta entre as ruínas de Cafarnaum e Tiberíades? Os Santos não se refugiam nos montes para solicitarem a bênção Divina para a remissão dos pecados da Humanidade?

**São Bento da Porta Aberta** é um marco, de inscrição precisa, assinado pela mão de Deus, a lembrar aos homens, pecadores, a unidade com Ele, como a Sua melhor dádiva neste mundo terreno.

O templo de hoje foi levantado de uma pequenina ermida<sup>10</sup> como no-lo afirma o Cónego Dr. António Gonçalves Molho de Faria, na sua obra «S. Bento da Porta Aberta», (Braga, 1947): «São realmente escassos os documentos que nos restam, para fazer a história do santuário de S. Bento. Não é necessário grande esforço para descobrir como houve, através dos tempos, mais cuidado em viver à custa do santo do que em tratar da sua honra e glória. Era tal a preocupação em que viviam de manter um certo domínio, por vezes despótico, na administração dos bens do santuário, que não havia tempo para transmitir aos vindouros os feitos e muitos e notáveis do glorioso patriarca, em favor dos seus devotos. Não tem faltado quem julgue ser coisa que não remonte a grandes antiguidades essa romaria de S. Bento, lá na freguesia de Rio Caldo. Se temos de concordar que não pertence aos primeiros séculos da Nacionalidade, também não é tão recente que possamos fixar-lhe a data, em qualquer época do século passado. Como em outros casos semelhantes, a tradição esconde os mantos da lenda a origem do santuário. Não se trata de uma aparição, como é vulgar. Trata-se de uma manifestação de piedade dos crentes destas paisagens, em homenagem a S. Bento». E, mais adiante, o Dr. Molho de Faria acrescenta: «Segundo a versão mais simples, houve rija contenda, por causa de um vão, entre dois vizinhos. As coisas tomaram tão vulto, que eram bem desagradáveis as perspectivas do desfecho. Quis Deus, afinal, que os dois se acomodassem e viessem às boas. Tudo acabou com acordo que obrigava ambas as partes.

Um era obrigado a fazer umas «alminhas» ou pequeno oratório em

---

(10) Fundou-a (7-VIII-1640) Tomé Pires, neto de Sebastião Pires, filho de Pedro Pires e de Isabel Afonso Pedro Pires. Dedicou-a a S. Bento. Diz também a tradição que em vez de uma ermida teria sido colocada a imagem do Santo num nicho. Outras hipóteses se revelam como aquela de no sítio onde foi levantado o nicho uma ermida teria sido construída por um Abade de Rio Caldo, e ainda por outro, uma capela mais ampla. Por isso, os antigos párocos de Rio Caldo reclamam direitos e rendimentos do Santuário.

honra de S. Bento, enquanto o outro era obrigado a ceder o terreno para isso. Interrogámos várias pessoas das mais velhas do lugar e do resto da freguesia acerca do principio lendário do santuário. Todas referiram o mesmo.»

Presume-se também que a sua origem esteja na irradiação projectada pelos Abades do Mosteiro de Santa Maria do Bouro, que como se sabe foi de larga influência em toda esta região, segundo o que escrevemos mais atrás.

O novo templo foi erecto em 1895, tendo iniciado a sua construção em 1880. Junto deste majestoso templo encontra-se a «Casa das Estampas», um albergue para peregrinos, a Confraria, circundando todo este complexo um admirável parque onde não falta um espaçoso lago, com barcos e ainda acolhedores poisos onde se pode repousar e deliciar com os vastos panoramas que dali se desenrolam.

A sua maior romaria é a de 10 a 15 de Agosto, mas tem outras duas igualmente importantes, a 21 de Março e a de 10 e 11 de Julho. No entanto todos os Domingos compreendidos, de Maio a Outubro, há farta concorrência de devotos a «São Bentinho», e por isso há necessidade de reforçar o número de sacerdotes para administrarem as confissões e comunhões.

Nas grandes peregrinações vão a milhares e milhares de devotos que a pé e por outros melos acorrem ao santuário em homenagem do seu querido Santo. E assiste-se, então, a uma verdadeira romagem de fé, penitenciando-se conforme as promessas: há quem venha de joelhos do pé da ponte de Rio Caldo ao Santuário, há quem ande às voltas do templo com sacos pesados à cabeça, há quem se amortalhe num caixão (muitos deles acompanhados de música e de acompanhamento com velas acesas), há quem se pese a sal ou a cera, há quem ofereça boas cabeças de gado, há quem dê libras, ouro, jóias, e tudo lhe dão ao «Senhor São Bentinho» porque ele é tudo para eles, e por isso dos sorrisos às lágrimas, das imprecações aos louvores, tudo fazem em honra do seu Santo. Podem não conhecer nem saber mais nada daqueles sítios, só sabem que ali se encontra o seu «Senhor São Bentinho», e isto lhe basta e isto lhes serve a encetar grandes caminhadas a pé, mortificando o corpo mas com uma certeza de salvar a alma. Quantas súplicas, quantos arroubos de esperança... «Os srs. Doutores só diziam que era um cancro. Era necessário uma operação. Nós é que não estávamos pelos ajustes. A ter de morrer, queríamos que ele morresse em casa. Apegámo-nos, então, ao «Senhor São Bentinho».

«Aquillo foi como quem botou água no lume. Começou a não sentir dores e a poder comer. E cá estamos a cumprir a promessa (vir em

jejum comungar no Santuário com todo o ouro que usávamos). Outro que sofria de perturbações cerebrais (que desaparecem) ... Fizera em jejum uns quilómetros de estrada, de joelhos, e pronto a entregar uma boa dezena de escudos.»

E são tantos os casos como estes que constantemente perpassam à nossa vista e nos enchem como eles de fé inquebrantável.

As esmolas atingem cifras impressionantes. Quase todos os anos os peregrinos deixam a São Bentinho para cima do milhão de escudos. Dinheiro este que depois é aplicado em obras diversas, em obras de caridade, de assistência, e ainda de melhoramentos. Verbas aplicadas à construção de abrigos, sanitários, depósito de água, pensão, casa das religiosas, electrificação, ajardinamento, vias de acesso para os abrigos, e tantas outras coisas necessárias e de imperiosa necessidade, para engrandecimento e embelezamento do Santuário.

O Santuário é independente da paróquia mas está integrado nela. Auxilia-a muito, em tudo que ela precise da sua cooperação.

Preside ao Santuário uma Confraria — a «Irmandade de São Bento da Porta Aberta» — que existe desde há 50 anos. Houve outrora lutas e desavenças entre os poderes civil e eclesiástico, servindo interesses particulares, mas tudo isso morreu, felizmente. A tentativa da constituição daquela Irmandade data de 1899, com Estatutos aprovados por Alvará de 3-V-1901, com novas alterações em 4-IX-1905 e 14-III-1909. Porém, em 1912 sofreu nova redacção, com texto definitivo, assinado pela comissão administrativa presidida por Tude de Sousa (24-X-1912), que foi sancionado, mais tarde, pelo então Governador Civil de Braga, Dr. Carlos Augusto de Oliveira (15-XII-1914). A autoridade eclesiástica só aprovou em 29-II-1915. De novo, em 10-IX-1941, foram aprovados pelo então Arcebispo de Braga, D. António Bento novos Estatutos com um novo regulamento das «Festas e Romarias da Arquidiocese». A comissão que os redigiu era presidida pelo Párroco de Rio Caldo, Padre Basílio Rodrigues. Os pontos principais dos fins da Irmandade incidiam em quatro casos:

- \* Praticar, em geral, os actos do culto católico compatível com as leis canónicas;
- \* Promover em especial na forma devida o culto de São Bento;
- \* Sufragar as almas dos irmãos falecidos;
- \* Satisfazer todos os encargos pios.

Na romaria de Agosto — uma das maiores do norte do País é costume oferecer aos peregrinos ramos de medronheiro em sinal da sua visita ao São Bento. Muitos deles têm grande devoção pela medalha do Santo que compram e levam-na junto do seu coração agradecido. Mantém a Confraria um jornal fundado há 9 anos, dirigido pelo Padre Manuel Mendes F. Fonseca, figurando como Editor o Padre José Joaquim Dias, de 4 páginas, formato médio, a 4 colunas, com conteúdo de formação católica incidindo sobre a vida do Santuário.

Uma curiosidade: chama-se da «Porta Aberta» por causa da existência de uma grade de ferro a separar o alpendre e ainda também pelo motivo de estar aberta de dia e de noite para servir de oração e simultaneamente de albergue aqueles peregrinos que vinham de longe. «Com o andar dos tempos e por causa da abundância das esmolas, tomaram-se providências para acautelar os bens do santo e os ex-votos, sem ser necessário fechar a porta. Separaram a capela-mor do restante corpo do Santuário, mediante uma forte grade a três chaves. Isto deu azo a tremendas contendas entre o Pároco ou Capelão e a junta que administrava os bens de S. Bento.» E a este propósito surgiu a seguinte quadra:

«S. Bento da Porta Aberta  
Por que a não tendes fechada?  
Quereis ver os passageiros  
Que vos passam na estrada?»

## DEZ MANDAMENTOS DO ROMEIRO

- 1.º — Ter uma devoção ao Santo Patriarca, toda salutar e sobrenatural.
- 2.º — Fazer os seus votos e promessas com intenção recta, tendo só em vista a glória de Deus e do Santo Patriarca.
- 3.º — Procurar juntar às suas promessas qualquer acto de piedade e de mortificação.
- 4.º — Preparar a sua romagem com espírito de fé e de reparação.
- 5.º — Uma vez chegados ao Santuário, procurar o Santo e assistir devota e activamente a todos os actos religiosos.
- 6.º — Jamais manchar lugares tão santos com actos indignos e peccaminosos.
- 7.º — Manter o maior respeito e recolhimento, dentro do Santuário.
- 8.º — Ter a preocupação de estar sempre diante de Deus e de São Bento, quer quando descansam, quer quando se distraiam.

- 9.º — Viver tanto as riquezas do Santo Patriarca, que, no momento da partida, devem sentir saudades.
- 10.º — Ao voltar às suas casas, ir mais cheios de coragem, para contrariar o egoísmo e a paixão — e mais capazes de fazer apostolado, em favor de São Bento da Porta Aberta e das suas maravilhas.

## FEIRAS E FESTIVIDADES RELIGIOSAS

Além da Feira de São Brás (anualmente, a 3 de Fevereiro) realizam-se outras em Vilar da Veiga e em S. Bento da Porta Aberta (quinzenalmente) e os mercados, em todas as 2.ª feiras, na sede do Concelho. Antigamente realizavam-se nos dias 7 e 23 de cada mês. Estes mercados transformam a pacatez do lugar numa autêntica euforia de vida, alegre, palpitante. Consta da venda de produtos da terra e de gado, este uma das grandes riquezas destes povos serranos. Serve também de ponto de encontro das gentes, que baixam dos pontos altaneiros, com o melhor da sua alegria e dos seus costumes. Quantas vezes também estes encontros de gente moça transformam-se do conhecimento em amor, um passo para a constituição do lar com as bênçãos do Céu.

Das festividades religiosas uma das mais importantes é, sem dúvida, em honra de «São Bentinho», no Santuário de São Bento da Porta Aberta em 10 a 15 de Agosto, romaria esta das primeiras do País <sup>11</sup>.

Depois, outras, como a peregrinação ao *Coração de Jesus*, das Mós, na freguesia da Carvalheira (a seguir ao Dia do Coração de Jesus, em Junho), monumento erigido (1911-12) pelo zelo apostólico do Padre Martins Capela (1842-1925); a *Nossa Senhora do Livramento*, em Vilar (1.º Domingo de Julho); a *Nossa Senhora do Calvário*, em Covide (após 15 de Setembro); ao «Corpo de Deus», em Chamolm (no dia litúrgico); a *Santa Maria Madalena*, em Moimenta; a Santa Eufêmia, em Covide, (em 16 de Setembro) e nas termas do Gerês; a *Nossa Senhora de Fátima*, na estância termal do Gerês; a *Nossa Senhora da Conceição*, em Chamolm e em Vilarinho da Furna (8 de Dezembro) <sup>12</sup>; ao «Espírito Santo», em Brufe (no dia próprio); a *Santa Marinha* (18 de Julho), a S. Sebastião da Geira (3.º Domingo de Agosto) e a Santa Apolónia

---

(11) Já em 1841 existiam três festas em sua honra, a 21 de Março, a 11 de Julho, e a 10 a 15 de Agosto.

(12) Com o desaparecimento de Vilarinho da Furna passa a ser realizada na freguesia de Campo. Também em Vilarinho fazia-se com grande devoção a *Festa dos Lombados*, em honra de S. Miguel, imagem que aquele povo recolhia na sua capela.



(2.º Domingo de Fevereiro), as duas primeiras em Chorense, a última no lugar de Saim, desta freguesia; romaria a **Santa Cruz**, no Souto (Domingo a seguir ao 3 de Maio), a **Santo Amaro**, no lugar de Bostelo (Gondoriz) em 15 de Janeiro.

As festas do Concelho, na sede, com uma feira franca, efectua-se em Julho ou Agosto. O feriado municipal é a 13 de Janeiro.

Tude de Sousa (1874-1951), que conhecemos e muito estimavamos, na sua obra **Gerês** (Coimbra, 1927) relata-nos alguns santos mais venerados nestas paragens: em Vilar da Veiga, **Santo António**, **Santa Ana** (anteriormente fora seu orago); no Gerês, **Santa Eufémia**; na Ermida, **Santa Marinha**; Em Rio Caldo, **S. João Baptista** (seu orago); em S. Bento da Porta Aberta, **S. Cristóvão**, **S. Pedro** e **Santa Luzia**, esta no lugar de Matavacas; em Covide, **Santa Marinha** (seu orago), **Santa Eufémia**, **Senhor dos Desamparados** e **Senhora das Augústias**; Campo, **S. João Baptista** (seu orago); Vilarinho da Furna, **Bom Jesus** e **Nossa Senhora da Conceição**; Carvalheira, **S. Palo** (seu orago) e **Cabril**, **S. Lourenço** (seu orago).

É interessante notar também a presença dos terrasboureenses nas romarias, feiras e outras festividades, nos povos seus vizinhos. A este propósito, e a título de curiosidade os terrasboureenses conjuntamente com outros povos de diversos concelhos vão no domingo de Pascoela à Abadia (Amares), a uma romaria em honra de **Nossa Senhora da Goma**, santa esta que está ligada à agricultura.

## O CASTELO E A PORTELA DO HOMEM DOIS MARCOS DA ESPIRITUALIDADE PORTUGUESA

Através de todas as vicissitudes e ainda como uma determinação imposta pelas circunstâncias do lugar, o **Castelo** foi a muralha irreduzível das investidas aos nossos inimigos. Por isso, as atenções dos nossos primeiros monarcas dirigiam-se para lá, e assim se formou o «**Julgado de Boyro**», cuja finalidade era exactamente de sustar e de amortecer os ímpetos das hordas invasoras. O **Castelo**, assim como os vários **Castros** — o de Covide, o de Valdosende e até o de Rio Caldo — formaram um conjunto valloso de impedimento e, muitas vezes, de golpe decisivo na intromissão, de quem quer que fosse. Quantos derramamentos de sangue heróico lusitano não mancharam as pedras daqueles penedos, enormes, aflitivos, com os quais topamos a cada passo? Quantas lutas que nunca foram escritas, esquecidas, se desenrolaram, numa luta gigantesca de palmo a palmo? A **Portela do Homem**, assim como a

Portela de Leonte, mas mais aquela do que esta, eram portas franqueadas e propícias às incursões que se quisessem fazer. Do lado galego os terrenos são extensas planuras. Lóbios, Vila Meã, Torneros e, mais ao longe, Entrimo e Grou, são modestos povos, que seriam pontos de fácil passagem, convidativos, setas, para atingir o alvo português.

Os Portugueses tiveram nos povos antecessores os seus melhores mestres na arte da defesa. Sobretudo os romanos com a sua larga fixação mostraram-nos a sua viabilidade, através da robustez da linha defensiva, constituída pelos «castros», «cidades» e outros pontos de mira, nos cômoros dos montes. Como se refere Argote: «onde se diz ter existido a Calcedónia porque ainda aí permanecem umas muralhas de pequeno circuito, cujo espaço as penhas interpostas ou suprem ou aperfeçoam. Dentro do muro se levanta o cume de um monte, por modo de pirâmide, em que ainda se vêem os fundamentos das atalaias. Era o Castelo, segundo a natureza do sítio, em qualquer ocasião de guerra mui acomodado pela sua eminência, a vigiar os desígnios dos inimigos, e pela aspereza do caminho, para defesa de seus soldados e presidio.»

O Castelo, segundo as «Inquirições de 1220, «Etto dos desta collatione (Carvalheira) levavam as tabolas et a madeira ao Castello et faziam o taboado et as escadas... et quando os decem do Castello dam ao Senhor da Terra (Covide) X bragaes...» Pelo que se depreende que o Castelo deveria encontrar-se na Carvalheira. Taludes e estacarias potentes formariam uma balaustrada consistente de carvalhos em circundantes postos de atalala e de precaução. O Padre Matos Ferreira escreve a este propósito:

«Deste sítio (que chamavam Berbezés) olhando para a parte direita se vê o ninho a donde algumas águias reais criam os seus filhos; fica distante de uma milha no sítio que chamam Costa de Sarilhão, adonde está uma montanha muito áspera, vestida de muitas árvores de diversas qualidades... no cume desta montanha está uma grande gruta de penedos fabricados pelo autor da natureza, que admira muito o seu artifício, e não menos a diversidade, que esta montanha tem das mais; por que debaixo até o meio se vai sempre recolhendo para dentro, e do meio até o cume vai saindo para fora fazendo um empeno grande, de sorte que posta uma pessoa defronte dela lhe causa grande temor pela ruína, que lhe parece estar ameaçando, parecendo que todo aquele rochedo se quer despenhar, estando ele tão seguro, que só no fim do universo poderá ter seu precipício; na gruta desta montanha é que as águias em alguns anos costumam criar, e por diante não tem subida nenhuma por ficar aquele rochedo tão caído para fora, que faz uma

volta, ou arco de meia lua de sorte que todos os modos fica impossível de se poder subir a gruta, mas somente pelos montes, que ficam por detrás dela, como fazem os camponeses, e enliando um cesto em muitas cordas vão descendo por ele, e com muito trabalho, e perigo...»

São ainda as «Inquirições» e «Confirmações» que nos esclarecem quanto à obrigação dos moradores acerca da defesa do **Castelo**, e, também, outrossim dos privilégios e regalias outorgados pela coroa portuguesa, aos seus defensores, extensivos na mór parte das vezes, a suas famílias.

Todos os habitantes das vinte freguesias de «**Boyro**» eram obrigados na assistência a dar ao **Castelo**, bem expressiva quando se refere aos da **Carvalheira** («vão guardar a Portela do Homem»), aos de **Chamoim**, («alimpiar a carreira de lo porto de **Esporões** até em **Pena de Abade**»), aos de **Valdosende**, («alimpiar a via de lo porto de **Esporões** até em o casal de **Cima de Vila**»), para os de **Goães**, **Vilela**, **Seramil**, **Chorense**, **Ribeira**, **Moimenta**, **Balança** e **Vilar**, («vão tapar Portela de Homem quando os chamam»). Para os de **Chamoim** observavam o preceito de «quando hão guerra e meterem apelido, vão guardar o castelo de **Bouro**»), e que era extensivo pela mesma forma aos povos de **Freitas**, **Chorense**, **Moimenta** e **Vilar**. Para os de **Covide**, considerados os mais afastados, preceituava-se que deveriam atender à condição de «levam a madeira e fazem no castelo».

No tempo dos nossos primeiros monarcas a sua importância era de tal monta que **D. Dinis** disse «era a corte nestes montes». Ali viveu a fina-flor portuguesa, fidalgos e jugadeiros, próceres na arte de bem cavalgar e do manejo das armas. «Casta, progenies, geeracion», seria a trilogia obrigatória a impor. Na **Carvalheira** fora determinado o encargo a uma família de orientar o **Castelo**, «geeracionm de **Gonçalo Peres** he morador e guardador do castelo de **Boyro**», o mesmo sucedendo com três famílias de **Covide** (**João Emiaz**, **Paio Anes** e **Origo Novegildes**) que deveriam viver no **Castelo**, «quando os descem do castelo dão ao senhor da terra dez bragais, fruindo eles vários alqueires de pão de certos prédios reguengos da freguesia.

Ao mesmo tempo, toda a população desta estava obrigada a fornecer os materiais para a reforma do castelo e a vigiar a sua conservação, enquanto algumas famílias deviam apenas ir à vela». **D. Dinis** e depois **D. Manuel** por (**Carta de Évora de 20-VII-1497**) dispensavam aos moradores destas terras de servirem em qualquer outra parte, apenas o de velarem e o de combaterem pela integridade da fronteira das **Portelas**. Aqueles mesmos monarcas e outros, dispensaram cargos honoríficos de grande importância como sejam os de **fronteiros-mores**

(aos senhores da casa da Tapada), o de capitães-mores aos Abades de Bouro e terras de seu couto, etc. Até quase aos nossos dias os terrasbournenses estavam isentos do serviço militar obrigatório. Quando, porém passaram a ser incorporados poderiam em vez de homens apresentar lobos vivos. Daí a existência de fojos-do-lobo em vários pontos onde eram caçados.

O relevante papel que este baluarte teve na Reconquista, Consolidação e Restauração de Portugal assinalamo-lo bem em outros capítulos desta Monografia.

Com o desaparecimento deste importante reduto que influenciou tanto na vida portuguesa e ainda também de duas peças de artilharia, feitas em ferro, que foram apostadas na serra (bouça da Mó) hoje, guardadas pela edilidade terrasbournense, a Portela ficou, assim, mais à mercê das incursões inimigas, sobretudo dos espanhóis, que não se conformavam com a nossa independência. Em 1642, como resolução de emergência, foram destruídas as pontes romanas entre outras medidas tendentes a qualquer infiltração. A este propósito é interessante recordar o que escreveu Pinho Leal, no seu «Dicionário»: «O povo destas terras é muito dedicado à independência da sua pátria e nas inúmeras guerras que temos tido com Castela, sempre esta gente, como a de Soajo, tem prestado relevantes serviços a Portugal, e combatido corajosamente contra os galegos, apesar de vizinhos. Tenho notado que o ódio aos castelhanos é ainda mais pronunciado nos portugueses da raia, do que nos do interior do País. Conhecem-nos melhor.»

Caso análogo se passava do outro lado galego, em Lóbios, a povoação mais junta à Portela do Homem, em que os seus moradores gozavam também de prerrogativas especiais para se defenderem das incursões feitas pelos portugueses. A tal respeito comenta o Padre Matos Ferreira:

«Huma grande excelencia tem a Geyra em Portugal cousa que se não acha em parte nenhuma e he que em tempo de milicia querendo huma entrada em Galliza se faz com muyta facilidade porque dado que se passa o extremo para Galliza são terras em que ha muytas planicies, e ainda que os gallegos queirão cortar a Geyra em alguma parte, em outra qualquer se acha caminho, o que não he assim para este Reyno, porque as primeiras trez legoas delle corta a Geyra por serras de grande aspezeza de montes muyto íngremes e despenhados, de sorte que aonde quer que se pode cortar a passagem sem se poder passar adeante, mas antes se os gallegos se arrojamem a meter em tal estrada poderão os portugueses alcançar huma facil e grande victoria: Razão por onde os gallegos nunca em tempo de milicia se atreverão a meter em tal caminho,

porque vião que aonde quer tinham nella certo perigo, ou em fossos, que pela estrada podião estar armados, ou que embrenhados os portuguezes nas matas e penhas, matassem a tudo o que por ella passassem, servindo-lhe os mesmos penedos de balas para dellas fazerem a melhor artilharia.»

Benito Alonso, na sua obra «Guerra-Hispano-Lusitana» (1893) refere-se a um documento achado no arquivo paroquial de Entrimo, carta datada de Março de 1608, na qual o rei Filipe III declara isenção de encargos militares, salários e contribuições, às jurisdições de Entrimo e de Lobos para defesa da fronteira com Portugal, privilégio este que depois foi confirmado por Filipe IV, em 30 de Julho de 1643.

Pareceu-nos de interesse capital transcrever para aqui um considerando extraído de um pequeno livro espanhol: «... Sata parte occidental de Hespaña es confinante al concejo de Lindoso (Portugal), pertenciente à la provincia del Miño. Su demarcacion empieza em el alto de Eiras, por la cruz de Touro, Laxa, dos Candaíños, Lobagueira da Mó, Portela da Vella, al Outeiro, terminando en la piedra de Bocelo. Despues de hacer nota los descomunales Peñascos que recorre la linea divisoria que nos separa de Portugal, nada hallamos digno de mencion, à no ser en el sito de Portella da Vella llamado por otro nombre «Seda dos Reis»; porque alli era el punto de reunion para conferenciar los reyes de Galicia y Portugal y formar las justicias de ambos reinos sus conciertos de vecindad vicinhanza. Dos asientos fundidos en una misma roca y separados entre si por el marco, señalan el lugar que en aquellas reuniones ocupaban los reyes ó su lugar-estantes; asi, sentados cada uno en su territorio, celebrabon los convenios internacionales y defendian sus respectivos derechos. La cuestion de limites, violados por unos ó por otros, llevó muchas veces á Seda dos Reis representantes de ambas naciones, acompañados de los concejos colidantes, especialmente despues de la muerte de Payo R. de Araujo, Alcalde mayor del castillo de Lindoso, y su hijo Lopo de Araujo.

Tales fueron las disidencias suscitadas á cada passo, que el Rey de Portugal don Juan IV se vio en la precision de mandar hacer un tomo en folio para consignar en el los verdaderos limites, tales como obran en la casa de la corona y archivos de su palacio en Lisboa. Nuevas dudas dieron lugar á que en el año de 1538, ante un Notario del Rey, fuesen rectificadas los limites; y por ultimo, en 1754, el Rey D. José de Portugal, á causa de otras dudas ocurridas, hizo expedir una certificacion á peticion del concejo de Lindoso, que se quejaba de que los gallegos se habian intrusado con sus ganados en los pasteros de su territorio.»

Também a Portela do Homem serviu muitas vezes de cenário nas passagens ora de portugueses (de políticos foragidos) ora dos espanhóis, em igualdade de circunstâncias.

Assim, um resto de forças da Junta do Porto, batidas em retirada <sup>13</sup>, acamparam durante 3 dias e 3 noites, na Portela e em S. João do Campo, a fim de passar à Galiza (6 a 9-VII-1828), sob um intenso temporal. Fazia parte desta força, o então major, Marquês Sá da Bandeira, (1795-1876), o estudante José Estêvão e o Desembargador Queirós. Os galegos receberam-nos mal e aconselhavam as suas autoridades (o tenente-coronel Inácio Pereira, como delegado do general Eguia, comandante da região militar da Galiza) a que retrocedessem, pois D. Miguel os receberia e perdoaria, certamente. Sá da Bandeira foi enérgico na sua réplica, e lá seguiram depois de maltratados, espoliados, até embarcarem para Inglaterra (Plymouth) no porto da Corunha, de 18 a 27 de Agosto de 1828. Mais tarde, em Abril de 1841, o Duque de Saldanha, (1790-1876) refugiou-se em Covide, na Casa do Passadiço, para alcançar a fronteira depois da Portela do Homem, o mesmo viria a suceder pouco tempo, depois, ao seu inimigo, o Conde de Tomar (1803-1889).

Igualmente de Espanha também os políticos de lá se valeram muitas vezes da Portela do Homem para se passarem para Portugal, mas sempre foram bem recebidos e acarinhados, ao invés do que procederam para connosco.

Também nos primeiros anos da implantação do regime republicano português houve forte receio que as incursões monárquicas de Paiva Couceiro, tentassem a sua entrada pela Portela do Homem, o que talvez o não fizessem, pois havia uma guarnição postada no Gerês, composta por uma pequena força de cavalaria sob o comando de Alvaro Robi, irmão dos heróis que tomaram em África, a que se juntou depois um pelotão daquela mesma arma, comandado pelo, então, alferes João Luís de Moura,

---

(13) Forças sob o nome de «Divisão Volante» tinham travado combate com as absolutistas, no Vouga e em Cruz de Morouços, sob comando do brigadeiro Saraiva Refoios, constituídas por dois regimentos de infantaria 18 e 6, de 4 batalhões de caçadores, de algumas centenas de voluntários, de 400 cavalos e de 20 bocas de fogo, totalizando mais de 5000 homens. Depois de renhida luta no dia 24-VI-1828, os constitucionais mantiveram no dia seguinte as suas posições, só abandonando-as, em 26, por determinação da Junta do Porto, em direcção a Santo Tirso, Braga, Ponte de Caldelas, até à Portela do Homem. Belisário Pimenta escreveu a propósito deste recontro (perto do lugar de Santa Clara, de Coimbra), na «Revista Militar», Vol. LXV e seg., artigos intitulados «O Combate de 24 de Junho de 1828 na Cruz de Morouços».

mais tarde seria Governador Civil de Lisboa, um batalhão de infantaria n.º 18 com uma secção de metralhadoras de caçadores 5, ambos da guarnição do Porto, sob o comando do major Manuel Soares de Oliveira, juntando-se algum tempo depois dois batalhões de infantaria que estiveram acampados em Vilar da Veiga e em S. João do Campo. Porém, inexplicavelmente, o Gerês ficou desguarnecido ficando apenas o pelotão de cavalaria de João Luís de Moura <sup>14</sup>.

Mercê de outros ventos da História hoje, a Portela do Homem, poderá ser num futuro, que desejamos seja muito próximo, uma porta franqueada ao Mundo da Paz <sup>15</sup>.

**NA MESMA ESPIRITUALIDADE  
DA REMOTA «ASSEMBLEIA DOS VIZINHOS»  
ANIMA O MUNICÍPIO DOS NOSSOS DIAS  
TERRAS DE BOURO EXEMPLO VIVO, ESPELHO,  
PARA OUTROS MUNICÍPIOS PORTUGUESES  
O MUITO, EM VOLUME DE OBRAS REALIZADAS,  
NUM BREVE ESPAÇO DE MENOS DE QUATRO ANOS  
UM PROGRAMA DE IDEALIZAÇÕES FUTURAS**

Ao falarmos do Município ocorre-nos à mente as judiciosas palavras proferidas pelo eminente jurista, hoje, à frente dos nossos destinos, Prof. Marcello Caetano, na sua visita feita aos Paços da Municipalidade da Capital, em 13 de Junho de 1970:

«Para um grande número de pessoas, as Câmaras Municipais não se distinguem das Repartições do Estado. E, todavia, elas ostentam uma autoridade própria e peculiar. Ainda que os Municípios, hoje em dia, não

---

(14) Anteriormente estivera ali alguma artilharia da guarnição militar da I Região (Porto), que terminou a sua missão de serviço após a assinatura do tratado de Paz de Badajoz (6-I-1801).

(15) Na Assembleia Nacional, em Lisboa, o deputado pelo Círculo de Braga, Dr. Joaquim Nunes de Oliveira, apresentou em 2-II-1971, um «aviso prévio», estruturado em quatro capítulos: ensino, aspectos sociais, agricultura e turismo, estudo este que mereceu um porfiado debate por parte de muitos deputados, durante diversas sessões de trabalho, que se seguiram até 10 daquele mês, data em que foram apresentadas as respectivas conclusões, pelo deputado daquele mesmo Círculo, Dr. Carvalho Conceição. Nessas conclusões citadas, a antepenúltima, refere-se «à urgente abertura das fronteiras da região, entre as quais a da Portela do Homem.»

possam deixar de colaborar intimamente com o Governo e de inserir-se no plano geral da acção do Estado, as instituições municipais não são o Estado: traduzem as comunidades vicinaes formadas nas áreas concelhias, existem pela natural conveniência e necessidade de participação dos vizinhos na resolução dos seus problemas locais, têm fins próprios a realizar e para essa realização dispõem de poderes que exercem com autonomia. A tradição e a razão fizeram dos Municípios, em Portugal, entidades bem diferenciadas no conjunto da administração pública e que o Governo considera, ouve e respeita.»

O Prof. Marcello Caetano mais de uma vez se tem pronunciado sobre o valorativo papel que o Concelho representa na vida de todos os Povos, quer em obra publicada, estamos a lembrar-nos do seu interessante livro — «O Município na Reforma Administrativa» (1935) — quer em breves discursos, como aquele que proferiu ao visitar a Municipalidade lisbonense, e que transcrevemos acima, como abertura deste capítulo.

Prosseguindo na mesma rota, norteada sempre pelos «homens bons do Concelho», tem sido essa a pedra de toque transmitida de gerência em gerência, não regateando esforços nem canseiras, pelo ideal do almejado bem comum. Ainda, relativamente, há breves anos, o Município de Terras de Bouro estava classificado como um dos paupérrimos do País. Os nulos benefícios que ele tão modestamente poderia oferecer aos seus beneficiários, os Povos, eram tão insignificantes que não chegavam a luzir, perdiam-se na imensidade das suas prementes realidades. E, vivia-se como nas épocas remotas num perfeito isolamento, entre si, sem vias de acesso, entregues à sua sorte, como se fossem uns abandonados! Muitas vezes as receitas apuradas não chegavam para o pagamento dos servidores camarários! Porém, os ventos mudaram. Começou-se a olhar com maior atenção à célula vital da Nação — o Concelho. Os melhoramentos, as inaugurações, os trabalhos, surgiram, entraram na rotina do dia-a-dia, num dinamismo de aumentar e de dignificar a vida de todos, dos pequenos aos grandes aglomerados populacionais, pois todos são portugueses e têm direito a um lugar ao Sol.

Da última década para cá o que se tem realizado de notório é justo salientar a dedicação de um conjunto de homens, que estiveram à frente da sua edlidade, como sejam os nomes inesquecíveis de Mons. Paulo António Antunes, José Trindade dos Santos, Evaristo Armindo



Corais e Dr. José Vicente Taveira da Silva Catalão. Todos naturais de Terras de Bouro, todos sentindo na sua pele os problemas de toda a ordem dos seus conterrâneos.

Mercê de circunstâncias especiais reflexo das qualidades de trabalho, de acção e de inteligência, do actual dinâmico Presidente, Dr. Fernando Adelino Faria Ferreira, que apesar de não ser filho da terra, o é já pelo coração, foi possível em pouco menos de três anos apresentar um plano arrojado de trabalho e um aumento substancial de apuramento de receitas. São bem significativos estes números que valem bem por quaisquer palavras. Em 1969 houve uma receita da ordem de 3 903 854\$50 para uma despesa feita de 4 236 674\$70. Havia um saldo da gerência anterior de 5 076 797\$50, logo passando para o ano findo 4 743 977\$30. É interessante notar que o Município acabou com o imposto de trabalho e baixou a taxa de adicionais nas contribuições.

Terras de Bouro no seu ambicioso projecto de realizações calculado para este ano, em curso, de 1971, prevê um gasto de 10 mil contos. Também é interessante registar o que ela tem dispendido em obras até agora, a partir de 30-V-1967, data em que tomou posse da Presidência o Dr. Fernando Ferreira, num total acima de 15 mil contos.

Seguidamente e, em síntese, relatamos as principais obras empreendidas pelo Município, e aquelas também que se encontram no plano programado no futuro, divididas por pelouros.

## ESTRADAS

Como ponto inicial o Dr. Fernando Ferreira solicitou a elaboração de um antepiano de urbanização para a sede do Concelho e para o Gerês. Há necessidade também de se elaborar o mesmo para Rio Caldo, mas este assunto ele considera que a Confraria de São Bento da Porta Aberta se deverá pronunciar sobre o caso.

Porém, a urbanização do Gerês foi submetida a estudo pelas entidades competentes. No entanto, no momento presente, devem ser criados parques de estacionamento para automóveis a fim de rasgar uma variante da Avenida principal das Termas, no propósito de descongestionar o trânsito que já é preocupante naquela zona. Além disto há que proceder à distribuição de água e de fazer o sancamento. Outras realizações como sejam a construção de hotéis, cinema, zona desportiva, reserva-se isso à iniciativa da Junta de Turismo do Gerês e até ao particular.

A grande preocupação do Dr. Fernando Ferreira tem sido a de esta-

belecer a rede rodoviária entre todos os povos espalhados pela serra, ligando-os entre si, como a melhor causa da comunicabilidade, de fraternidade e de progresso.

Em parte o seu pensamento tem sido concretizado mas impende agora outro mal, bastante volumoso, que é a falta da mão-de-obra. Sente-se o êxodo das terras pela emigração que principalmente incide na deslocação para França, Alemanha, Luxemburgo, Austrália e Canadá.

No entanto, apesar de todas as dificuldades impostas, pressupõe-se que em 1971 a comunicação com todos os centros vitais em todo o extenso Concelho esteja concluída, com excepção de Chamolm e Santa Isabel.

**Outras obras:** construção da EM 535-2 do Cruzeiro de Emaús à igreja de Choreense (1.ª fase) terraplanagem; construção da EM 536 da sede do Concelho à freguesia de Choreense (1.ª fase), pavimentação (2.ª fase) asfaltagem (3.ª fase); construção entre a EM 536 e Moimenta-a-Nova; construção municipal 1262 da EN 205-3 à igreja da Ribeira (2.ª fase) até ao lugar de Gogide; construção da EM. 531 da EN 304 (proximidades de Brufe) a EN 308 por Cibões (2.ª e 3.ª fases); construção da EM 535 da EN 307 a Santa Comba (1.ª fase); construção do caminho municipal 1149 de Gondoriz (EM 531) a Vergaço passando por Bostelo (1.ª fase); arranjo e pavimentação do caminho de acesso à igreja de Covide; arranjo e pavimentação do caminho principal do lugar do Assento (freguesia de Cibões); construção do caminho municipal 1259 da EN 307 a Carvalheira (9.ª fase); arranjo e pavimentação do caminho de Moure; idem, das ruas do lugar do Campo; prosseguimento do caminho vicinal da igreja da Balança a Esposende e Vila; Arruamentos em Moure (Balança); abertura e pavimentação do caminho municipal da EN 205-3 a Sá (Souto); idem, da EN 205-3 a Carrazedo (Balança); pavimentação do caminho principal do lugar de Seara (Rio Caldo); idem, da Avenida à praça do Gerês; idem, do caminho principal de Ervideiros (Carvalheira); abertura do caminho e acessos à cantina escolar de Rio Caldo; idem à barragem da Caniçada em Rio Caldo; pavimentação do caminho acesso à igreja de Valdosende; idem, da pavimentação do caminho municipal 1262 na freguesia da Ribeira; pavimentação do caminho de Lagoa (Chamoim); idem, de Pergoim (Chamoim); arranjo do caminho de Freitas (Covide), etc.

## **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Podemos dizer, abertamente, que todas as freguesias estão fartamente abastecidas de água, com excepção de três lugares que não

*As inaugurações sucedem-se em Terras de Bouro. Esta refere-se ao fontenário instalado no Largo Padre Martins Capela, onde estão os Paços do Concelho*



quiseram, por culpa própria. Foram colocados mais de 200 fontenários em todos os lugares e freguesias, gastando-se para tal a soma de 3 mil contos.

Foi realizado o abastecimento de água à vila com reparação da canalização existente e aproveitamento de nascentes abandonadas para captação.

Igualmente foi construído um lavadouro com 8 células e para ele construiu-se uma cobertura.

Acerca do Gerês está entregue o projecto ao Eng.º Borges de Aguiar da Póvoa de Varzim, para o estudo do abastecimento domiciliário e ainda saneamento de água.

## **ENERGIA ELÉCTRICA**

Há dois pedidos de comparticipação prometidos para os princípios deste ano de 1971 para as freguesias de Valdosende e Campo.

Foi feita a electrificação nova dos restantes lugares de Balança, Chorenses, Vilar da Veiga e Molmenta, e ainda totalmente às freguesias de Souto e Ribeira.

Foi solicitado ao Eng.º Alberto Cruz, de Braga, o projecto de electrificação total do Concelho.

## OUTRA PREOCUPAÇÃO INSTANTE DO MUNICÍPIO — O ENSINO

O Município, plenamente identificado com o programa de acção desenvolvido pelo Governo do Prof. Marcello Caetano, através da momentosa obra preconizada pelo Ministro da Educação Nacional, Prof. Veiga Simão, preocupa-o insistentemente, esta matéria do ensino, uma das frentes de batalha que é necessário travar em toda a parte onde hajam portugueses.

Não vamos repetir aqui os milhentos discursos proferidos por Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional nas suas já habituais tarefas de trabalho efectivadas aos estabelecimentos de ensino de todo o grau, às nossas terras, mas queremos assinalar apenas uma passagem do que disse quando ele esteve em Braga, de visita à Escola do Magistério Primário daquela cidade, dirigida por um bom pedagogo e firme português, o Dr. Olindo Casal Pelayo: «Nesta batalha decisiva que se trava em todo o País, no domínio do ensino primário, os professores são os primeiros soldados da frente. E são graves os problemas neste capitulo, devido a uma legislação anacrónica que só permite que haja escola com um mínimo de 35 alunos. Esperamos que isso se modifique, dentro em breve, e que a ninguém, seja onde for, fique negado o ensino. A transformação de escolas em postos escolares representa retrocesso e, se não estivermos apetrechados com armas eficazes, não podemos ganhar a batalha». E a concluir o Prof. Veiga Simão afirmou: «O professor primário será o meu primeiro companheiro nesta batalha da Educação».

Um ideário que é uma certeza. Um pensamento que é uma forte realidade. Terras de Bouro que está no caminho dessa realidade — o de construir um mundo melhor — desbravando caminhos por essa serra que já começa a não ser inhospita, tem os olhos postos no ensino dos seus filhos, construindo, dando-lhe salas de aulas condignas com a moderna salubridade, acompanhadas das respectivas cantinas. O desenvolvimento cerebral ligado ao aconchego do estômago. Nesse programa de acção foram reparados os edificios escolares existentes, adquiridos terrenos para a edificação das escolas de Covide (núcleo de Igreja), Balança (núcleo de Esposende), Rio Caldo (Cantina Escolar Domingos Poula), Chorense (restauro total no núcleo de Outeiral), Carvalheira (núcleo de Assento), Moimenta (sede do Concelho com ampliação do edificio existente de 2 para 4 salas, em 2 pisos), Gondoriz (aquisição do terreno para o núcleo de Refonteira), Vilar (negociações para a aquisição no núcleo de Outeiro), Clbões (construção em 2 núcleos), além de muito mais em estudo. Igualmente neste programa de acção

adquiriu ainda o edificio do núcleo escolar do lugar de Salm (Chorense) e um edificio para a escola da Carvalheira, futuramente, a servir de salão da Junta de Freguesia.

Terras de Bouro tem em funcionamento dois postos de Telescola: um na sede do Concelho e outro em Rio Caldo, com proveitosos resultados. Deseja, também, o Município ir mais longe — a criação de um ciclo preparatório, que irá ser instalado em edificio próprio adjunto ao Centro de Saúde, na sede do Concelho.

Este equipamento ficaria incompleto se o Município não pensasse numa Biblioteca com sala de leitura que se prevê no novo edificio dos Paços do Concelho, outra aspiração de Terras de Bouro e do seu dinâmico Presidente.

Posto isto damos a seguir o movimento escolar verificado últimamente não só de alunos, mas também de agentes de ensino, para que o leitor possa ficar com uma ideia aproximada da vida escolar do Concelho de Terras de Bouro.

#### AGENTES DE ENSINO EM TERRAS DE BOURO

Em fins de 1970 o número era de 34 escolas e de 17 postos, sob a direcção de 39 professores e de 17 regentes escolares, para uma população escolar de 859 alunos e 844 alunas. Seguidamente damos por ordem de freguesias os nomes dos agentes de ensino:

**Balança:** Prof. Filomena de Azevedo e Silva, Regentes Manuel António Rodrigues, Cecília Esteves Martins e Guiomar Maria Gonçalves; **Campo:** Prof.<sup>as</sup> Maria José Dias Antunes, Maria de Lurdes da Silva, Maria Glória Martins Marques, Júlia Cândida da Silva Fernandes e Maria Augusta Abreu Cardoso; **Carvalheira:** Prof. Maria Manuela Vaz e Maria Fernanda Silva; **Chamoim:** Prof. Inês de Jesus Correia Lima, Regente Alice de Jesus Antunes Barbosa; **Chorense:** Prof. Maria Alice Rito Ferreira, Regentes Maria José Gonçalves e Deolinda Jesus Saraiva Simões; **Cibões:** Regentes Maria Rosa Baptista, Berta Stela Dias Gonçalves Rosa de Jesus Coelho Cerqueira e Rosa de Jesus Vasconcelos Melo; **Covide:** Prof. Maria Virgínia Cardoso Dias Pinheiro e Silva; **Gondoriz:** Prof. Patrocínia Antunes Lopes; **Moimenta:** Profs. José Maria da Silva Ribeiro, Maria Venusina d'Oliveira e Cândida da Conceição Sameiro Antunes; **Monte:** Prof. Maria Amália Vieira Torres, Regente Albertina de Jesus Almeida Amorim; **Ribeira:** Profs. Maria José Banheiro Domingues e Maria Rosa Ferreira Lopes; **Rio Caldo:** Profs. Ilda Santos da Silva, Maria Cândida d'Abreu dos Santos, Maria Celina Martins Dias, Maria

Emília Teixeira Pereira e Maria Nogueira de Almeida, Regente Clementina Ana Pires Capela <sup>16</sup>; **Souto:** Profs. Margarida Lopes Marinho e Maria Glória Martins Lages de Oliveira; **Valdosende:** Profs. Maria Augusta dos Anjos da Silva Ribeiro, Maria de Fátima Gonçalves Ferreira, Deolinda Maria Travessa de Matos, Maria Armandina Pinto Moreira, Regente Maria dos Anjos Terra Gomes; **Vilar:** Prof. Maria Rosalina Rodrigues da Cunha; **Vilar da Veiga:** Profs. Maria de Fátima Ferraz Alves, Maria Isolete Azevedo Oliveira, Maria Adelaide do Carmo Machado, Maria do Céu Fernandes, Mavilde dos Anjos Gonçalves e Ana de Jesus Granja Mangas Ferreira, Regente Rosa Fernandes Mendes.

É delegado Escolar o Prof. José Maria da Silva Ribeiro e sua adjunta a Prof. Cândida da Conceição Sameiro Antunes.

## OUTRAS OBRAS

Arranjo e pavimentação do largo fronteiriço aos Paços do Concelho, Largo Padre Martins Capela; construção do largo da feira e dois arruamentos na Corredoura; restauração total da sala de reunião da Câmara Municipal; construção de uma garagem para «jeep», da GNR, na sede do Concelho; aquisição de um «Dumper» para a conservação da rede rodoviária municipal; aquisição de terrenos para a feira do gado, Paços do Concelho, ciclo preparatório e hospital; construção de um «stand» de tiro aos pratos a que foi dado o nome do presidente do Município Dr. Fernando Ferreira, etc.

## PREVISÕES PARA 1971

Além das obras que se encontram em curso e que já nos referimos atrás podemos anunciar outras que se prevêem tais como: construção da EM 533 de Carvalheira ao Campo; caminho municipal 1269-I entre o caminho municipal 1269 e o lugar de Guardenha (Gondoriz); idem, da ponte sobre o Rio Homem (Gondoriz) que se encontra pendente da aprovação do anteprojecto da mesma; idem, do caminho municipal 1274 (Rio

---

(16) Funciona uma cantina por legado do benemérito Domingos da Silva Poula e também uma biblioteca escolar no lugar de Paredes, subsidiada pela esposa daquele, Elvira Neryusca da Silva. Domingos Poula, o qual fez os seus estudos primários naquela escola emigrando, depois, para o Rio de Janeiro, onde conseguiu fortuna.



*Gostosamente reproduzimos estes desenhos, saídos do lápis do Mestre Luis de Campos, num contributo de valorização e de saudade por Vilarinho da Furna, hoje transformado num novo e precioso elemento técnico de promissor futuro*

Caldo); idem, da EM de Choreense a Souto; idem, a 534 da EN 307 a Chamolm; alargamento do caminho municipal 1269; construção da 535-2 (ramal para a EM 536, Choreense à Aldela) até à capelinha de S. Sebastião; idem, a 1259 ramal para Cabaninhas; idem da EM 535 lanço de S. Sebastião a Saim; idem, da EM 535-I ramal para Rebordochão (Monte); terraplanagem de caminhos em diversas freguesias incluindo o de Real (Balança), Real (Choreense), Moimenta-a-Velha, Cabacadouro e Padrós (Chamolm); construção de lavadouros, reparação de fontes e abastecimento domiciliário a todas as freguesias do Concelho; electrificações, além dos restantes lugares de Rio Caldo, Vilar e Chamolm, parte de Carvalheira; cemitérios, ampliação do da sede do Concelho (pedido projecto) com o caminho de acesso ao mesmo, e ainda igualmente o projecto para a construção de um em Ermida (Vilar da Veiga), etc.

No caso da urbanização prevê-se uma série de realizações, como seja o edificio da Municipalidade, o Centro de Saúde, que incluirá a Casa do Povo, o edificio do Ciclo Preparatório, havendo já para o Centro de Saúde uma participação de 300 contos; no Gerês uma variante com cobertura do rio para parqueamento de automóveis. Outros melhoramentos urgentes para se fazerem: a abertura de uma avenida na sede do Concelho de acesso ao campo da feira com alargamento e pavimentação da rua do lugar do Monte. Será igualmente construída uma avenida de acesso ao campo da Feira. No «stand» de Tiro aos Pratos far-se-á uma placa para sua cobertura.

Devemos esclarecer que o equipamento do Centro de Saúde, de tipo 2, incluirá residência permanente para uma enfermeira, camas para parturientes, 2 camas para homens e igual número para mulheres, sala para pequena cirurgia, outra para vacinação, e ainda outras para a assistência materno-infantil e IANT.

Também o Dr. Fernando Ferreira não olvidou os problemas atinentes ao moral e ao espirital. Pensa instituir o Museu de Vilarinho da Furna, numa casa de traça antiga, na freguesia do Campo, da qual Vilarinho fazia parte. Este Museu comportará peças de artesanato — Vilarinho tem muita tradição — pintura e desenhos<sup>17</sup>, além de filmes, gravações,

---

(17) O pintor e Prof. Luís de Campos, na sua mestria de bem pintar e de bem desenhar fez uma eloquente amostra do que era Vilarinho, na cidade de Braga, nas salas do edificio do Turismo, que esteve patenteada ao público de 7 a 14-III-1970. Vimos essa grata exposição e lemos do «Catálogo», as palavras do apresentador, o jornalista bracarense Padre Júlio Vaz, que em determinado passo, afirmou: «A obra feita não será uma recordação: é uma presença fiel, objectiva e saudosa, presença que vence o tempo e a distância.»





*A perigosa estrada para Leonte vendo-se ao fundo a chamada «Curva da Morte». Lá em baixo um precipício infernal*

etc. Tudo quanto lembre o desaparecido Vilarinho da Furna. Outro pormenor: a ponte antiga que era um dos motivos de interesse da visita a Vilarinho, será reconstruída, tal e qual como durante séculos fez parte integrante da vida daquele povo e foi presença dos actos e reuniões dos chamados «homens do acordo». Vilarinho será inundada pela água para se transformar em riqueza, em progresso, mas não morreu para os corações dos homens. O Dr. Fernando Ferreira não se esqueceu dela e vai fazê-la reviver a nossos olhos, e sobretudo aos naturais saudosos a sangrarem pelo torrão, que os viu nascer e a chorarem os seus queridos mortos, que regaram com o seu suor e as suas lágrimas, uma terra que de ora avante desaparecerá do mapa do Concelho de Terras de Bouro.

Outro ponto de interesse que merece a atenção do Presidente da Edilidade é a instalação de um quartel para uma corporação de bombeiros. Em Terras de Bouro não existe esta benemérita instituição, e já

tem feito falta a sua presença. Existiu, sim, no Gerês, em 1908, mas quase passou despercebido. Era seu Comandante Túlio da Mota e faziam parte do corpo de bombeiros os médicos da estância termal além de outros elementos entre a população.

A concluirmos este capítulo parece existir da parte de alguns concessionários de exploração de minérios (quartzo e feldspato) o propósito de se fomentar a indústria vidreira, como já existiu em tempos, que teve tão triste fim. Talvez que o prato forte de Terras de Bouro (agricultura e comércio) se oblitere a favor da indústria, sobretudo da indústria transformadora, de que tem à vista tanta matéria prima. Eis um Concelho que poderia abraçar a nossa preocupação de momento, dar ao País realidades positivas de vida. A construção das barragens são um bom pronúncio em prol do desenvolvimento industrial de Portugal.

## SERVIÇOS FLORESTAIS

Está bem patenteada à nossa vista o muito que têm feito, na serra e mata do Gerês, os Serviços Florestais, contribuindo, assim, para a sua valorização em todos os aspectos. Desde o dia 18-VIII-1888, no qual foi lavrado o auto de posse, assinado pelo Inspector dos Serviços Florestais e pelo administrador do Concelho de Terras de Bouro, onde se determinou o perímetro da área estadual, têm vindo até nossos dias, a cumprir, sem olhar a desfalecimentos, o seu programa, então, pré-estabelecido<sup>18</sup>.

Primeiramente construindo casas para guardas e, depois, fazendo extensas plantações de espécies vegetais, com primazia pelo pinheiro manso. Sucessivamente foi traçando estradas, abrindo caminhos, construindo pontes, até atingir os pontos cimeiros da serra. Embelezando com obras de arte e rasgando janelas, miradoiros, descobrindo cascatas e outros pontos de justificado interesse turístico, repletos de beleza, e que hoje são constantemente visitados por todos aqueles que queiram demandar a serra, extasiados de tanta beleza<sup>19</sup>.

Outros encantos surgem através de túneis de verdura, como a Albergaria, em que os Serviços Florestais, dão-nos os viveiros de trutas. Noutros pontos como na Pereira, cá, em baixo, e na Pedra Bela, lá, em

---

(18) É considerada a maior e a mais bela do País, ocupando uma área de 7118 hectares.

(19) «Mata do Gerez - Subsídios para um Monografia Florestal» (1926), de Tude de Sousa.

cima, viveiros de espécies vegetais, onde podemos encontrar de tudo desde a planta exótica até à mais insignificativa. Já, em 1910, destinaram-se os campos do Videeiro e de Palas, a fim de se experimentarem os plátanos, padreiros bétulas, alba, ulmos, freixos, cedros, ciprestes, abetos, etc., com os melhores resultados. Nos do Videeiro ainda se destinaram espécies de arborização espontânea.

Posteriormente, a 1930, criou-se um novo perímetro, e por volta de 1945, sofreu nova alteração para acabar com os litígios do pastorício, que até, então, serviu de pômo de discórdia entre os próprios Serviços, a Câmara e o Povo.

É justo assinalar a harmonia de todos, que depois, disso, resultou e, ainda, também, se deverá louvar a acção que os Serviços Florestais têm vindo a desenvolver minorando as dificuldades de muitos terrasboureenses que encontram uma côdea de pão, para não morrerem de fome, sobretudo em épocas atrasadas, em que não haviam barragens nem outros modos de angarlar a sobrevivência.

Certamente com a instalação do «Parque Nacional da Peneda — Gerês», também, uma orgânica da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, a sua acção possa ficar a âmbito menos restrito.

Os Serviços Florestais estão instalados nas Termas do Gerês, em edificio próprio, construído para esse fim em 1904, Em 1913 foi montada uma instalação para promoção de energia eléctrica, quando na altura provavelmente não existia nada sobre esta invenção.

A concluir este apontamento fugidio sobre os Serviços Florestais não queremos esquecer os relevantes préstimos que todos os seus servidores têm dedicado à mata e à serra, para que com o seu árduo trabalho e o sacrifício de uma vida pouco confortável, isolada, possam dar à Nação os frutos que ela exige.

## CASAS DO POVO

O concelho de Terras de Bouro mantém três Casas do Povo, na Sede do Concelho, Ribeira e Rio Caldo. A primeira foi criada por Alvará de 5-IV-1937, com a designação de Casa do Povo de Moimenta, fundada por Joaquim Martins Viana, passando depois ao seu actual nome, em 25-V-1943, por se ter desmembrado da Casa do Povo da Ribeira. Foi dirigida naquele tempo por Joaquim Martins Viana, Manuel Joaquim Gonçalves e Manuel Joaquim Martins. Presentemente a sua direcção é composta por António Pereira Martins (presidente), Manuel José Dias (secretário) e Manuel da Lomba Melo (tesoureiro). Fazem parte da

Assembleia Geral: João Pereira (presidente), João Evangelista Antunes Fernandes e Tomás Gomes Pereira (vogais).

Está instalada em casa própria, mas bastante deficiente para o fim em vista, funcionando ali um posto médico (contrato com os Serviços Médico-Sociais), uma reduzida biblioteca (oferecida pelo Plano de Formação Social) e um televisor. Dá consultas médicas (2.ª e 4.ª feiras) sendo seu facultativo o Dr. João Baptista Fernandes. Regista um movimento de associados da ordem de 183 (efectivos) e 262 (contribuintes). Fomos informados do seu movimento, em 1969, que consta do seguinte: subsídios por doença, 10 421\$00, por morte 750\$00, por invalidez 19 200\$00, por nascimento 400\$00, por casamento 100\$00, em medicamentos 8 753\$00, por prestação de serviços médicos 21 440\$00. É interessante notar que todo o material do consultório médico pertence à Federação das Caixas de Previdência. Está programado para este ano a sua transferência para condignas instalações.

Quanto à Casa do Povo de Rio Caldo foi criada por Alvará de 2-X-1944, fundada por Abel José Rodrigues da Costa Lopes, José Maria Pires da Silva e Adelino Alves Pontes. Actualmente a sua direcção é composta por Adelino Alves Pontes (presidente), Arnaldo Pereira (secretário) e Domingos José Ribeiro (tesoureiro), pertencendo à Assembleia Geral Abel José Rodrigues da Costa Lopes (presidente), Valério Gonçalves e António José de Matos (vogais). Funciona em edifício próprio, moderno e higiénico, com consultório médico além de outros apartamentos e ainda de salão de festas, biblioteca, dois televisores, telescola (1.º e 2.º anos), máquina de projecção de filmes (sessões quinzenais), etc. Número de sócios: 216 (efectivos), 225 (contribuintes) e 3 (protectores). É seu facultativo o Dr. Francisco Xavier de Araújo, auxiliado pela enfermeira Tributina Fernandes Afonso. Podemos ver todo o seu movimento registado em 1969, que consta do seguinte: subsídios por doença 10 275\$00, por morte 600\$00, por invalidez 14 400\$00, por nascimento 200\$00, em medicamentos 10 781\$00 e diversos 2 992\$00.

## JUNTA DO TURISMO DO GERÊS

A Junta do Turismo do Gerês, funcionando em edifício próprio, é dirigida pelo Dr. Fernando Alves de Sousa (Director Clínico das Termas), Eng.º Joaquim Gonçalves Moreira de Macedo (Administrador Delegado) e José Maria de Campos (secretário). É Chefe da Secretaria António Monteiro Teixeira Júnior.

## GRÊMIO DA LAVOURA E CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

O Grémio da Lavoura foi fundado por Alvará de 10-XII-1940. A sua finalidade é a defesa dos interesses legítimos dos seus associados (1316 contribuintes e 800 beneficiários), interferindo nas transacções de compra e venda dos seus artigos. Concede ainda a regalia de fornecimentos, a crédito, no valor de algumas centenas de milhares de escudos, e também faculta o aluguer de alfaias agrícolas. Dirigem-no: Aarão de Freitas (presidente), João Martins de Freitas (tesoureiro) e José Fernandes Marques Roupar (secretário).

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, antecedeu ao Grémio, pois foi instituída em 1937, tendo como finalidade empréstimos à lavoura que atingem somas elevadas de milhares de escudos, benefícios estes que se estendem a 760 associados mutuários a 430 depositantes. A sua direcção é constituída por: Manuel António Rodrigues Peixoto (presidente), Alfredo Martins Vitorino (secretário) e Domingos José Dias (tesoureiro).

Ambos os organismos encontram-se instalados em edifício próprio, na sede do Concelho, e servidos por comum pessoal: Alfredo Martins Vitorino (Encarregado de Escrita), Luís Filipe Marinho Martins e Domingos José Dias.

### IMPRENSA - «VOZ DE TERRAS DE BOURO»

O Concelho tem o seu porta-voz o jornal mensário «VOZ DE TERRAS DE BOURO» dirigido pelo Padre Adelino Afonso Salgado, que se publica desde Janeiro de 1967. É seu administrador G. da Costa, editor e redactor R. de Sousa, impresso na tipografia Barbosa & Xavier, Lda., de Braga. O jornal é propriedade do Arciprestado de Terras de Bouro. Publica-se, normalmente, com 4 páginas, a 5 colunas. Pode-se ler o n.º 2 (Fevereiro, 1967) no «fundo», intitulado «Para fazer luz — Razão de ser de Voz de Terras de Bouro», o rumo que pretende seguir: «...a sua máxima aspiração, depois de Deus, Pátria e Família, é estar ao serviço de Terras de Bouro. É formativo-informativo, é independente de interesses, não está ligado a pessoas, defende a causa comum. É Voz da Igreja, da terra, do povo. É elo entre presentes e ausentes. É o porta-voz duns para os outros. Está ao serviço de todas as freguesias do Arciprestado e Concelho de Terras de Bouro, sem distinção. Todas em igualdade de circunstâncias, têm as colunas do seu jornal à disposição.»

De facto ele apresenta uma resenha muito desenvolvida acerca do dia-a-dia de todo o Concelho de Terras de Bouro.

Este jornal é o seguimento da publicação do boletim paroquial de Moimenta e Vilar, denominado **O ABRAÇO**, fundado em 15-III-1963. A sua Redacção e Administração foi instalada na residência Paroquial de Covas, e era impresso e composto, em Braga, nas Oficinas de S. José. Foi seu director o Padre Francisco Araújo Faria. De formato pequeno, estilo de jornal, a 4 páginas e a 3 colunas. Por vezes vinha acrescido de mais 2 páginas. Duplicou o formato no n.º 16 (Junho 1964) e passou a ser impresso e composto na tipografia Barbosa & Xavier, Lda., mantendo as mesmas 4 páginas, mas aumentando mais uma coluna, fixando-as em 4.

O título foi modificado figurando para **ABRAÇO**, seguido do subtítulo, «Boletim-Inter-Paroquial». No n.º 25 (Março, 1965) passou a ser dirigido pelo Padre Francisco Araújo Faria. Terminou a sua publicação com o n.º 44 (Dezembro, 1966), anunciando o director, em «fundo», que o Boletim daria lugar ao jornal «**VOZ DE TERRAS DE BOURO**», que efectivamente apareceu em Janeiro de 1967, segundo escrevemos acima.

Foram seus colaboradores entre outros: Mateus Ricardo, Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, J. Ramalho, António Vieira e Silva, Rosa Domingues, Patrocínia Lopes, Padre Diogo, Silva Tavares, Maria Lages Machado, Alferes António Antunes, Sara Serzedelo, e Eugénio Portugal.

Além de dedicar números às terras do Concelho incluiu muitas cartas de soldados terrasboureenses em serviço de soberania nas frentes de batalha das nossas Províncias Ultramarinas (Guiné, Angola e Moçambique).

## INDÚSTRIA EM TERRAS DE BOURO

A bela serra geresiana continua a ser fonte inesgotável de estudo, a fim de tirar dela soma de realidades positivas. Com base numa formação primitiva de natureza granítica — siliciosa topam-se uma infinidade de cristais feldspáticos, quartzos hialinos, e, ainda outros, como albitos, microclinas, turmalinas, berilos, magnetites, volframites, etc.<sup>20</sup>. Mesmo o próprio valor das águas (floreçadas sódicas) das fontes medicinais geresianas, denunciam uma extraordinária riqueza de flúor.

---

(<sup>20</sup>) Frei Cristóvão dos Reis na sua obra «Reflexões Experimentais» (1779) observa: «Na serra do Gerês não só nos altos morros, mas também nas ribeiras, que delas procedem se achavam pedras de diversas

Há estudos muito valiosos feitos por notáveis mineralogistas quer nacionais, quer estrangeiros, que muito nos dizem acerca da litologia geresiana. Apesar desta circunstância não se registam explorações de monta nesta zona de Terras de Bouro. Que sabemos existe uma Sociedade de Minas do Gerês que tem explorado filões de volfrâmio, nos Carris, com maior acuidade durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial (1939-1945), e outra, em Chão de Miregos, na freguesia da Carvalheira, propriedade de Vitor Morais Caldas, Lda., mas julgo, actualmente, ambas quase paradas.

No Século XIX, porém, constituiu-se uma empresa para fabrico de vidro aproveitando a boa qualidade de quartzo e de feldspato existente na serra geresiana. Para isso foi levantada uma fábrica na extensa chã de Linhares, cerca de Vilarinho da Furna, na margem esquerda do rio Homem, tendo muito perto dela, o sitio chamado de Bargiela, considerado o melhor maciço florestal espontâneo. De facto não era possível escolher-se melhor local do que este para tal fim. Ao lado de grande abundância do preciso minério havia o combustível indispensável para o funcionamento dos engenhos. Assim, começou, nos melhores auspícios, a elaboração da **Real Fábrica de Vidros de Vilarinho da Furna**, pertencente à firma Gomes, Matos, Araújo, e Companhia<sup>21</sup>. O Alvará foi passado, em 15-IV-1807, assinado pelo, então, Príncipe Regente D. João (1767-1826), mais tarde D. João VI, com os mesmos privilégios, graças e isenções, concedidos à Fábrica da Marinha Grande (Real Fábrica de Vidros, hoje Nacional Fábrica de Vidros) dos irmãos ingleses Stephens (Guilherme e João Diogo).

Esta fábrica de Vilarinho foi considerada para a época o maior empreendimento industrial nacionalizado, e talvez, por essa razão, suscitou malquerenças, e até o seu definitivo acabamento, em circunstâncias tão repugnantes, conforme descreve Tude de Sousa, no seu livro «Serra

---

cores umas lapidadas pela Natureza, outras brutas, e algumas com quinas, cobertas todas com um casco, que parece terra de ferro. A toda esta multidão e variedade de pedras chamavam muitos que as viram **crístais**. No ano de 1753 tive uma pedra da grandeza de um ovo de franga, que deu o capelão das Caldas de Santa Eufêmia, e disse que o tinha achado na serra.»

(21) Os sócios desta firma eram: Manuel Gomes da Silva, e Companhia, Pedro Gomes da Silva, Constantino Joaquim de Matos, Joaquim José Fernandes da Silva, Félix José Pereira Lima e Clara Vitória de Araújo e Azevedo, irmã do 1.<sup>o</sup> Conde da Barca (António de Araújo e Azevedo - 1754-1817), que era nessa altura ministro e sancionou a autorização. A licença de exploração foi concedida em 20-III-1805 (segundo doc.<sup>o</sup> na Torre do Tombo, Junta do Comércio, Liv.<sup>o</sup> 32, folhas 70).

do Gerês» (Porto, 1909): «A ignorância e a má vontade dos povos próximos que não viam com bons olhos a sombra de tão poderosa vizinhança, cuja importância e benefícios não sabiam medir, e a intriga que intensamente se forjou dispuseram mal pelo futuro da fábrica; e assim foi que, com o pretexto da entrada dos franceses pela Portela, e capitaneados pelo abade de Carvalheira<sup>22</sup> seduzido por influências inglesas, que odiavam os progressos industriais do País, os povos assaltaram e saquearam a fábrica lançando-lhe fogo em 11-VII-1808. Destruída não mais pensaram os seus possuidores em a levantar, caindo-lhe os últimos restos da parede, que ainda podiam ver-se em 1855-56».

A fábrica era constituída por um grande pavimento térreo com janelas de sacada e por cima dele um outro com janelas ordinárias. Possuía três fornos hemisféricos. A sua laboração era tão perfeita que rivalizava com o vidro feito na Boémia, apenas «pecava por uma coloração bastante esverdeada».

Pereira Caldas (1818-1903) refere-se ao seu fabrico nestes termos: «Variosos artefactos de nítida vidraria com auspiciosos prelúdios de longo alcance industrial...»

O Príncipe Regente não só lhe dava «carta de privilégio», mas também no propósito de incentivar e estimular a produção conferiu o «hábito da Ordem de Cristo<sup>23</sup> «aos dirigentes daquela empresa fabril, tal e qual como aconteceu aos da Fábrica de Alenquer, Sá e Companhia<sup>24</sup>.

Como aproveitamento do porte das árvores há uma serração de madeiras em Rio Caldo, pertencente a Manuel Pinheiro Costa, e também a Empresa Hoteleira do Gerês tem mantido uma serração, localizada à entrada da estância termal do Gerês.

---

(22) Refere-se ao Padre Joaquim António Vieira Rebelo.

(23) Art.º XI do Alvará, 15-IV-1807.

(24) Doc.º existente na Torre do Tombo, Junta do Comércio, colecção de Lels Impressas, Maço 71.



# COSTUMES E TRADIÇÕES

## UM INTERESSANTE MANUSCRITO DE PINHO LEAL ACERCA DE VILAR DA VEIGA

Pinho Leal (1816-1884) quando escreveu o seu notável trabalho «Dicionário de Portugal Antigo e Moderno» concluído em 1890 pelo abade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira (1833-1913), dá conta de um manuscrito acerca de Vilar da Veiga datado de 1782 sob o seguinte título: «Diário philosophico da viagem ao Gerez que por mandado de sua Alteza Real o Sereníssimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Hespanhas fizerão o Dr. Manuel Joaquim Maya Coelho incumbido das observações mathematicas e Joaquim Vicente Pereira d'Araujo das Philosophicas no anno de 1782». Constava-lhe que ele não fora publicado. Tude de Sousa, transcreve-o no seu livro «Gerez» (1927). É deste, por acharmos que tenha o seu quê de interesse, à distância dos anos, que também o retranscrevemos, aqui, respeitando a ortografia usada então naquela época:

«A povoação das **Caldas** pertence à freguesia de **Vilar da Veiga**, que tem 148 homens e 175 mulheres, total 323 habitantes, em 92 fogos, constituindo uma pequena républica, semelhante á de nossos pais, antes que conhecessem o jugo romano, gótico e arabigo.

O Governo é democratico, e as decizoens confiadas ao conselho e prudencia dos ancioens, são sagradas ... Tem 7 tribunais, e em cada hum prezide um velho, assistido de 6 homens, a que chamão **homens d'acordo**. No regimento de tão pequeno estado se ocupão 7 juizes

e 42 homens d'acordo. Cada tribunal exerce differentes funcções ... O 1.º he o do **Juiz da Igreja**, aonde se tractão negocios respectivos á Igreja. O 2.º he do **Monteiro**, em que se julga das montarias. O 3.º das **Vaccas**, que apena e despena os vaqueiros e se informa da sua conducta na guarda do gado. O 4.º e 5.º das **Cabras**. O 6.º do **Lagar de azeite**, em que se dispõem da cultura e feitura do azeite. O 7.º he do **Lagar**, onde tratão negocios particulares, sobre obras, distribuição de terras para cultura, etc.

Vão aos chamados (dizem elles) e cada tribunal tem lugar proprio. Para o **Monteiro** são convocados ao som de buzina; para os outros ao som de frautas diversas. A qualidade das penas são muitas vezes canadas de vinho.

São estes povos muito zelosos das suas mulheres e filhas. Olhar para ellas hum estranho é offendel-os, pelo que ha poucos annos passando qualquer pessoa a elles desconhecida, como o objecto zelado chegasse a ser visto pelo tranzeunte, convocava-se o povo de repente, hum e outro sexo se armava com armas de fogo, paus e pedras, e expellião o pobre estrangeiro. Antonio Seromenho d'Olivaes, abalisado sacerdote, sendo seu vigario, os dissuadiu desta temeridade, e em assembleia pactuarão cessão de hostilidades, o qual d'ahi em diante fielmente cumprirão, porque as suas promessas são **inviolaveis!**

Para as serras mandão gados, a que elles chamão **vezelras**, do 1.º de Junho athe 8 de Setembro ... bois e vacas. Os vaqueiros se obrigão a dar conta dellas **sans e salvas**, e se o lobo feria alguma, de que se lhe occasiona a morte, paga sub-estimação. Em hua palavra — só a morte natural izenta o pastor da entrega da cabeça. Quando o vaqueiro tem dúvida em pagar a multa, he chamado perante o senado, e accordão; sentindo se gravado apella para a **Ribeira**, onde ha mesma politica, e em casos similhantes os da **Ribeira** apellão para **Vilar** ...

As decizoens dos seus mayores estão escritas em 7 livros de papelão, e cada hum dos 7 ancioens guarda o seu, e o faz **inviolável.**»



*Abrigo de pastores, no Pé do Cabril, que parece mais um carro camuflado de combate, dos modernos engenhos da morte*

Tude de Sousa refere-se ainda, em notas, sobre os diversos instrumentos de som usados pelos povos serranos, como sejam, **cornas, carrapitas, buzinas, búzios, chifres**, etc., a fim de os convocar para qualquer assunto, dependendo das matérias tratadas, os empregos dos respectivos instrumentos.

Do regime vigorado naquela época, apresentado acima, parece só estar em vigor o regulamento da **vezeira das vacas**, constante de um livro feito em 1882 — «reformado na forma do antigo, por se achar arruinado, mas sem mudança de costumes.» E compreende-se bem o continuado deste preceito pois, o povo serrano, mantém bastante gado e é a pecuária uma das suas maiores riquezas. A pastorícia, em estilo de **vezeira**, continua a ser praticada por todas as terras do Concelho de Terras de Bouro, como a melhor e conselheira prática. «Para cada uma das freguesias que demoram nas circunvizinhanças da serra e que nela lançam os seus gados, há limites estabelecidos, para fora dos quais eles não podem sair, sob pena de invadirem as pastagens dos vizinhos, que por sua vez se encarregam de os escorraçar, como inva-

sores de propriedade alheia. Cada freguesia tem os seus currais exclusivos, mas alguns há que são comuns entre duas, **primi capientis**, como os da Lomba de Pau e Chã da Fonte, entre Vilar e Rio Caldo, podendo o de Vidoal, que é de Rio Caldo, ser ocupado pela vezeira do Vilar ao subir e ao descer para pernoitar».

O uso de águas comuns, que lhe dão o nome de **águas partidas**, para a rega e fertilidade dos campos, também fazem parte de regras que se acatam e respeitam. «A rega é feita à vez, esperando sempre um quinhoeiro que aquele que o antecede acabe a rega, para tomar conta da água.»

Há ainda outros tipos de rega para as águas de lima e rega (pertencentes a dois e mais proprietários), a água de **torna a torna**, etc.

Noutros trabalhos agrícolas, como nas **vessadas** (serviços prestados gratuitamente a troco de alimentação), **cavadas** (empregue a enxada), **segadas**, **malhadas**, **esfolhadas**, etc., eram feitos em comum e em retribuição mútua. Todos a título gratuito. Animados sempre com aquela alegria e aquela jovialidade tão peculiares no povo minhoto. Estes costumes estão a cair em desuso, e alguns deles, até, têm desaparecido totalmente.

Havia outro hábito que era chamado o **Dia dos Covais**, a 3 de Maio, quase um dia de festa, quando todos sublam à serra para alindarem as casas-choupanas, térreas, destinadas ao abrigo dos pastores, os covais. Coincidia também para ser um dia grande de comezaina onde não faltava a boa galinha, presunto, chouriço e toucinho, regado por um apetitoso vinho verde.

Tude de Sousa descreve uma destas casas-abrigos dos pastores desta maneira: «São construções toscas, ligeiras, de pedras secas, mal dispostas geralmente, umas revestidas e outras não de torrões (terra com erva aderente), tapando os intervalos. Cobertas umas de telhas redondas, à portuguesa; cobertas outras de torrão, guarnecedo pedras largas e delgadas. As suas dimensões e capacidade não são grandes: 2 a 2,50 m. de alto, por 2,50 a 3 m. de comprido, com as portas baixas, por onde o homem passe bem curvado e por elas não entre o gado. Três a seis, ou oito pessoas é o máximo que nelas caberão. A cobertura de uns fornos é redonda, aguçada; a de outros com armação em duas águas. O pavimento coberto de fetos ou mato miúdo para amaciar a dormida e junto da porta, do lado de fora, em muitos fornos, a pia, cavadas na rocha firme, ou móveis, para a comida e a bebida do cão, inseparável companheiro e amigo da montanha. A porta de serventia, única, tapada apenas por alguns gravetos de mato ou ramaria, indicadores só de uma linha de respeito. O travejamento é tosco, como a

*Porta de um belo espi-  
gueiro. Repare-se nos  
curiosos desenhos feitos  
na pedra por cima da  
padieira*



construção em que se emprega, e fornecido sempre pelos carvalhos mais próximos, que os há com fartura na serra, brotando e crescendo com espontânea pujança naquele solo abençoado. Esta habitação e os costumes que descritos ficam, são mais ao menos comuns a todos os povos da serra, e não só ao Vilar da Veiga, pelo que, a não ser com alguma variação menos, se encontra nos homens e nos usos de Rio Caldo, de Covide, de São João do Campo e Vilarinho ...»

Em 20 de Janeiro era hábito todos rezarem uma prece a S. Sebastião agradecendo a sua protecção.

## JUSTIÇA NOVA E JUSTIÇA VELHA

Todo este regime comunalista tradicional que coroava a vida serrana vai-se esboroadando com o tempo, a pouco e pouco, por penetrações actuais, já pelo poder mais actuante das comunicações, ligando-a aos grandes centros, já pelo factor emigratório, além de outros milhentos problemas da vida hodierna.

Cada povoado regia-se por organismos próprios, eleitos por todos os moradores, e os escolhidos deliberavam sobre os interesses comuns, como fossem os concertos dos caminhos e das cabanas dos pastores na serra, as distribuições de águas para rega, os moinhos, o fabrico do carvão, os dias destinados para as diversas fases da lavoura, etc.

Era o que eles chamavam a **Justiça Nova** e a **Justiça Velha**, aos que entravam no mandato, e àqueles que saíam dessas funções. E essa

transmissão de poderes era feita num dia determinado, numa eira, ao ar livre, numa convocação dos quinhoeiros: podia ser a título de ordinária ou extraordinária. No geral a das vacas era sempre realizada no último domingo de Abril, e a respeitante ao do lagar coincidiria com o dia 1.º de Dezembro. Estes dois chamados, assim se dizia, encontravam-se nesses dias marcados e, ali, havia a transmissão de poderes, à vista de toda a gente. Antes o Procurador mandava alguém tocar uma buzina pelo que deveria percorrer, desde a véspera da reunião, em três sítios diferentes, como aviso a toda a população. Repetia-se de novo esta praxe no próprio dia em que se realizava aquele acto, da parte da manhã. O cumprimento deste mandato era feito à vez por todos, e por isso, se designava por roda.

### OS ANTIGOS CONTRATOS

É ainda a Pecuária, acima de tudo, a grandeza do serrano, por isso mesmo gira à sua volta, o gado, onde ele espera salvar, muitas vezes, aquilo que não consegue, no amanho da sua leira.

Naturalmente que desde sempre tenha incidido a sua atenção para esse vasto campo, e tenha também servido para o estabelecimento de regras, e, até, a criação de leis, com tribunal próprio, para decisões e aplicações de penas, tal e qual como se tratasse de um juízo oficial.

Os contratos não são mais nem menos do que princípios dessas disposições.

Achamos conveniente, por isso, transcrever o que se passava, então, aproveitando a informação válida deixada pelo antigo mestre florestal Manuel Pires de Freitas, figura prestigiosa daquelas paragens e daquela época.

«Antigamente, faziam-se as vendas a dinheiro à vista; hoje só se efectuam a prazo, sob pena de grandes abatimentos no valor.

Antigamente, quem tomava gado de meias, sujeitava-se a tratar desse gado, a entregar metade de todos os lucros e a repor metade de todas as perdas, de qualquer natureza que fossem; hoje entregam metade dos lucros, se os há, e, não os havendo, só perdem o pasto e o trabalho. Quanto a dinheiro, nada repõem, ainda que morram: o pagador é quem perde e por isso tem a liberdade de propor venda quando lhe convenha, o que dantes era só no S. Miguel, com aviso de vinte e quatro horas de Junho anterior. De forma que, se o curador se sujeitava a metade de todos os prejuízos, tinha a certeza de estar servido para o seu mister e com o aviso antecipado, a tempo para se melhorar. Agora, que se



*Espigueiro, em Paredes, interessante e invulgar espécime*

não sujeita a prejuízo mais do que os pastos e o tempo que gastou, e sempre habilitado a metade dos lucros, está sujeito a ser-lhe retirado a qualquer hora. A proposta é feita pelo pagador, dono do gado, que estipula o preço porque lhe convém a venda ao curador, que tem a preferência. Se ele pode e quer, aceita a proposta e paga, sendo repartidos os lucros a meias; não querendo, entrega ao dono, que por sua vez lhe dá metade dos lucros reputados pela proposta feita ao curador».

Este procedimento relatado pelo mestre Pires de Freitas vigorava ainda em 1927, data em que Tude de Sousa, publicou a sua obra «Gerez» e que incluiu esta informação prestada por aquele funcionário florestal, dali natural.

### **REGRAS DE VIDA DE VILARINHO DA FURNA MANTIDAS ATÉ AO ÚLTIMO MINUTO DE SOBREVIVÊNCIA**

No desaparecimento de um Povo — Vilarinho da Furna — que morreu de pé como acontece aos heróis em campo de batalha, vale a pena, mesmo, sucintamente, repetir o que nos diz, a Monografia que o Prof. Jor-

ge Dias, lhes dedicou quando Vilarinho era ainda uma aldeia pujante de fé nos seus destinos e ardente de esperança no seu porvir.

Além daquele acatamento às leis vigentes do seu País, os de Vilarinho tinham também as suas leis internas que eram respeitadas e, totalmente, cumpridas. Ai daquele que não as respeitasse, teriam de pagar a «condena», que às vezes era bem penosa.

Para isso havia uma **Junta** que era composta por um **Zelador** (antigamente Juiz) acompanhado por **Seis** membros. As suas leis que podem servir de figurino a outros Povos, pelo seu perfeito humanismo, previam que dentro este grupo dos **Seis**, pudessem ser eleitos tanto homens como mulheres, considerados chefes de família, e nesta última condição quando em estado de viúvês ou ausência do homem, pela emigração.

As eleições para a escolha dos **Seis** e substituição do **Zelador** eram realizadas de seis em seis meses. A eleição deste último corria pelos homens casados por ordem cronológica do consórcio. Após a posse do **Zelador** procedia-se à eleição dos outros membros, dos **Seis**, por votação.

Ao fim dos eleitores votarem e contagem dos votos o **Zelador** fazia a chamada dos **Seis** escolhidos pela assembleia, os quais tomavam logo posse. O sexo feminino podia eleger e assistir às reuniões da **Junta**, porém, nunca podia ser escolhido para o alto cargo de **Zelador**.

Os **Seis** que cessassem suas funções transmitiriam aos novos **Seis**, eleitos, e na presença dos dois **Zeladores**, o eleito e o que findou sua missão, davam conta dos assuntos pendentes e do dinheiro em cofre. Procurava-se a todo o transe deixar tudo em ordem de modo que os novos **Seis** estivessem libertos dos encargos atrasados.

Normalmente estava assente que a **Junta** se reunisse todas as quintas-feiras. Para isso o **Zelador**, ao ralar da aurora, quando os galos cantam brindando o dia ele tocava uma buzina de corno de boi ou um búzio, chamando os componentes da **Junta**. Ao findar o terceiro toque, espaçadamente, dirigia-se para o largo de Vilarinho, levando uma caixa feita de lata, onde se encontravam as folhas da lei. Seguidamente o **Zelador** procedia à chamada, aplicando aos faltosos, uma «condena» de 50 centavos, a não ser que uma pessoa de família comparecesse dizendo a justificação da sua não-presença. Porém, àqueles que faltassem todo o dia sem apresentar quaisquer justificações, eram condenados a pagarem 5\$00. No geral a **Junta** tinha duas reuniões, a da madrugada que terminava ao meio dia, e a da tarde, mas desta vez já não era no largo, mas, sim, na ponte, uma ponte secular.

Eram nestas assembleias que o **Zelador** determinava os trabalhos a realizar e as «condenas» a aplicar. E tomavam tal calor que parecia



que em dado momento poderiam surgir conflitos de monta. Mas nunca isso se deu. Depois de terem todos discutido os Seis reuniam-se para deliberarem, vencendo sempre a maioria. Em caso de empate o **Zelador** tinha o beneplácito de decidir.

Os assuntos principais a incidirem nestas reuniões da **Junta** eram sobre a construção e reparação de caminhos, muros e pontes de serventia comum, a organização pastoril e direcção dos trabalhos agrícolas (segadas, vindimas, roçadas, etc.) e ainda a distribuição das águas das regas para as **restevas**, etc.

Para a sua maior riqueza que provinha dos grandes rebanhos que todos possuíam haviam os homens do **Acordo**. Este **Acordo** ou **Conselho**, constituído por todos aqueles que tinham gado, reuniam-se sempre que houvesse casos a resolver. Havia rebanhos, em regime de **vezeira** (pastores dados à vez por cada um dos donos do gado) e ao **feirio**, neste último caso, destinado a cavalos e éguas garranas. Na **vezeira** havia a **vezeira do eido** (vacas com crias), que pastavam perto do lugar, e também a **rés da parte** (rebanho constituído por cabras de um ou dois vizinhos mais abastados, que de acordo com os do **lugar**, mandavam o seu gado à parte com pastor próprio). Os animais eram todos identificados, com marcas, feitas a fogo, à lima ou à serra, no chifre das cabras ou nas orelhas. A este respeito o Prof. Jorge Dias dá resenha muito completa destas marcas e a quem pertenciam. Em tempos recuados o **Zelador** antes da reunião jurava sobre os Santos Evangelhos, e no acto da sua posse impunha a **vara das cinco chagas**, jurando assim obediência a todos os vizinhos.

As atribuições do **Zelador** eram tais que poderia, em caso muito grave, **expulsar o vizinho**. Ele era também o **Juiz** de todos os crimes, exceptuando o de homicídio, da competência dos tribunais. Havia um puro sentimento de solidariedade que os envolvia a todos, e nunca por nunca aquela força de unidade, lema de **todos por todos**, foi quebrado ou desrespeitado. Muito haveria a dizer do regime comunitário de Vilarinho, um Povo que deixou até agora, a todos nós, uma história e um exemplo.

## A CASA, O ALIMENTO E O TRAJO

Esta triângulação **casa, alimento e trajo**, dariam assunto e fonte inesgotável, para deles se extrair e escrever uma admirável Monografia.

Desde o abrigo pastoril, primitivo, construído nos picos da serra, até aos velhos solares (referir-se-á ao Concelho, Vaz-Osório da Nóbrega,

no 3.º tomo, da sua obra, em curso, «Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga») e às casas simples dos moradores dos lugares que formam este Concelho, não falando já da habitação moderna com arrebites de modernidade, testemunho da urbe, dariam um interessante estudo a fazer.

No geral a casa<sup>1</sup> é térrea com as cortes do gado ou ao lado, ou, nas casas onde há um piso, por debaixo dele, guardando-se também, ali as alfaias agrícolas. O colmo tem sido substituído pela telha, de tipo francês mais bela<sup>2</sup> aos nossos sentidos. Exteriormente há escadas e, nalgumas casas não são raros verem-se os alpendres, muitas vezes, ensombrados pelas ramadas atrevidas das vides que bracejam à procura de espaço. As paredes, robustas, são de granito, acinzentadas. Poucas janelas. Ambiente um pouco austero, lá dentro, onde reina um viver simples, mas onde também, certamente, encontramos acolhedor bem-estar ao lume de uma crepitante lareira.

A alimentação é também repleta de simplicidade, o caldo e o conduto, regado por um saboroso vinho verde, espumante, de cor rosada. Na salgadeira um bom presunto, bem curado, e no quinteiro horta e galináceos para o que der e vier. O pão de milho, as batatas e o feijão, continua a ser o tradicional prato forte do serrano. O café, como início de refeição é, agora, mais usado, do que antigamente.

Porém, como são bons cozinheiros, são famosas às suas «papas de sarrabulho», as trutas fritas, o saboroso arroz de lampreia, a vitela de todas as maneiras, tenrinha, e que se come por guloseima, o arroz de frango a fugir, e tantos outros ágapes, acompanhados de bom ver-dasco, e depois, rematado por óptima bagaceira da região.

Finalmente, quanto ao vestir, perdeu-se muito o seu típico trajar. Hoje, há certa relutância em continuar a permanecer o que durante muito tempo subsistiu às modas e aos maus gostos importados. Só a coroa de juncos usada pelos pastores para os abrigar das intempéries e o avental de ombros, mantidos ainda pelas mais idosas, são como um rescaldo de uma tradição que se perdeu e morreu nas gentes.

Quando nos lembramos da indumentária de outros tempos causa-nos

---

(1) Arq.º José Almeida Bento, «Casa Geresiana» — Tese do seu exame final na Escola Superior de Belas-Artes, do Porto, (Porto, 1963).

(2) «Casas feitas de pedras de esquadria sòmente com as juntas revestidas de cimento... São conhecidas por «Casas a Perplanho» — feitas de pedra de esquadria, umas em cima das outras. Conforme se faz com as paredes de tijolo simples. Para essa espécie de construção não se gasta argamassa de barro, pois um pouco de cimento e areia resolve o caso». Do livro «Minho - Dossel de Portugal», (Rio de Janeiro, 1965).



*Um traje que não morreu ainda muito usado pelos terasboureenses, para abrigo das intempéries, a conhecida coroça*

certa saudade, e, ao mesmo tempo, penaliza-nos bastante, pois o traje é uma nota saliente da personalidade de um povo e serve de cartaz turístico. Quando um dia em toda a parte for tudo igual, o turismo, acabou-se. O homem não tem mais necessidade de se deslocar. É a sua morte aparente ...

Mas voltando ao antigo, nestas paragens, os homens vestiam camisas e calças de estopa e linho e casacos e polainas de burel, que eram pacientemente, executados aos serões pelas mulheres, da lã dos carneiros por elas fiada e tecida. Igualmente se confeccionavam as mantas das camas, afluadas em Santa Isabel do Monte, onde existia para isso, um fulão, em Campos Abades, propriedade da casa do Fulueiro.

O linho era cultivado e, depois de todas as voltas para chegar ao tear, era manufacturado, fazendo dele as roupas interiores e exteriores.

Também as mulheres vestiam camisas de estopa e linho, saias de

tomentos, lenços de cabeça, meiuucas, tudo por elas tecido e fabricado. Unicamente o que era comprado era o colete e o avental de pano preto com a respectiva corpetilha. Os homens, esses, compravam feito uma casaca de pano escuro e o competente capote grande.

Outro interessante costume era o uso que faziam dos chapéus para a chuva ou para o Sol. A isto se refere Rocha Peixoto, no seu trabalho «O Trajo Serrano», Fasc. 3.º, Tomo 2.º, da revista «Portugália» (Porto, 1907): «Todos vão com os chapéus abertos à ida e à volta da igreja e a noiva, que na ida é acompanhada por alguns dos convidados, no regresso vem já com o noivo, sendo também costume, às vezes, deitarem-se foguetes durante e depois do cortejo».

Encerramos este pequeno capítulo com uma nota respigada do trabalho do Cônego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, «Santa Isabel do Monte», a págs. 14, «Ainda assim, além da referida indumentária primitiva e da ucha ou pau de urze seco espetado na parede como processo de iluminação doméstica, são dignos de nota os gonzos de algumas cancelas, os fechos dos estábulos e das cortes de gado, bem como os abrigos de carros e de apeirias agrícolas cavados nas encostas verticais que marginam os arruados das povoações».

## DESPORTO, CANTO, MÚSICA E DANÇA

Ao serrano não lhe sobeja tempo para se consagrar ao desporto, pois as lides do campo e o pastoreio dos gados, não lho permitem, ocupando-o inteiramente de Sol a Sol. Pernas de aço, de galgar os montes e de percorrer longas tiradas, por caminhos indesejáveis e perigosos, saltando aqui e além, passando valados, escapando-se pelas pedras onde a água quase as cobre resvês, ele já vai praticando, assim, insensivelmente, um salutar exercício. Mas o seu desporto predilecto é a caça, como instinto de sobrevivência. Caça, não com ódio aos animais, apenas fá-lo como um imperativo geográfico, propício a essa prática. E quando o anima a caçada ao lobo ou outro animal daninho, é para pôr à prova as suas excepcionais qualidades ráticas de audácia e de destemor, e ainda também porque vê a necessidade de o fazer a fim de preservar a çapoeira do seu quinteiro.

Reparte-se ainda pela pesca, devido à grande abundância existente nos imensos rios e ribeiros, que cantam por todas as bandas ou, silenciosamente, marginam os seus campos ou as leiras dos vizinhos.

O montanhismo pratica-o todos os dias e a todas as horas pelo

condicionalismo em que vive e em que o seu trabalho se enquadra, em todos os ramos da sua actividade.

Para outros, os visitantes, encontram nesta excepcional região, campos abertos para o seu adestramento na caça, caça fotográfica, na pesca, nos desportos náuticos (na albufeira), no montanhismo, no hipismo, no campismo, em tudo, enfim, que concorra para uma salutar saúde em permanente contacto com o ar puro, que a pródiga Natureza nos oferece.

O jogo do pau, a nossa esgrima, poucos se lhe dedicam, mas em compensação o jogo dos vinte está mais generalizado. Este jogo de força física em que os jogadores lançam a distância bolas de pedra a fim de atingirem um alvo, um paulito, que é dado pelo nome de meco. Quem atirar mais vezes o meco abaixo será o vencedor. Poderá ser feito individualmente ou por parceiros.

No entanto apesar da demonstração destes princípios básicos naturais para o restrito meio, Terras de Bouro só, agora, inicia-se, vagarosamente, nas práticas desportivas. As agremiações desportivas vão surgindo, e, a cada passo, naturalmente, como as cerejas, elas deverão contagiar outras, futuramente.

Em fins do último ano previa-se a inauguração de um campo para a prática dos desportos, pertencente ao «Desportivo Clube Unidos de Chamoim», na freguesia deste último nome.

Também damos conta, de maior actividade, do «Grupo Desportivo de Covas», fundado em 1965, por José Maria da Silva Ribeiro, Diamantino Viana e Júlio Cunha. Está constituída uma comissão organizadora que além dos citados fundadores foram nomeados mais, Manuel Baptista Dias Cracel, Manuel da Lomba Melo, Evaristo Teixeira de Oliveira, Francisco Guimarães Rocha e Domingos de Freitas. Presentemente a sua prática tem-se cingido à modalidade do futebol, disputando apenas jogos particulares.

Com maior eficiência mostra-se a actividade dos atiradores aos pratos que já têm o seu «stand», ao qual foi posto o nome do Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, Dr. Fernando Ferreira. Deve-se este campo de tiro a um grupo de caçadores terrasboureuses, José Maria Barroso — um dos seus mais activos organizadores — João Mendes, Manuel Afonso Novo, Manuel José de Freitas, Júlio Cerqueira, José Barreto, João Arantes, Evaristo d'Oliveira e Manuel Cracel, que figuram, naturalmente, como os seus fundadores. A inauguração oficial foi em 6-VII-1969, logo a seguir à data da sua fundação, ocorrida em 10 de Abril daquele mesmo ano. Os fundadores tiveram logo o apoio do Município de Terras de Bouro e o carinho do próprio Governador Civil,

Comendador António Santos da Cunha, antigo praticante desta modalidade. O campo está equipado com projectores, com máquinas electrificadas para o lançamento dos pratos, com bancadas, bar, fontenário, etc. Já se realizaram ao todo 6 torneios, com êxitos absolutos, e que foram sancionados pela Federação Portuguesa de Tiro ao Chumbo com o concurso excelente dos melhores atiradores do Norte do País. Este campo de tiro, completamente relvado está bem localizado, no lugar de Subribas, a 700 metros da sede do Concelho, servido por uma boa estrada, e desfrutando de boa panorâmica. Em 7-VIII-1971 procedeu-se à inauguração de uma «esplanada-bar», no decorrer de mais um movimentado e concorrido torneio, tendo sido no final prestada homenagem ao presidente do Município pela sua recondução naquele alto cargo.

Últimamente o Concelho de Terras de Bouro tem servido como prova de ralis automobilísticos, nas suas estradas difíceis, em conduzir, pelo seu acidentado e corte das respectivas vias. Também, a 15-XI-1970, a Barragem da Caniçada foi cenário de provas em motonáutica, integrada no «Torneio das Barragens», e para disputa do «Grande Prémio das Vindimas» que teve larga concorrência da parte de participantes e do interesse pública, que encheu por completo toda a área circunscrita às provas. A organização esteve a cargo da Secretaria de Estado de Informação e Turismo, e sob o aspecto técnico da própria Federação Portuguesa de Motonáutica, com a colaboração preciosa do Governo Civil, da Junta Distrital e Câmara Municipal, de Braga, dos Municípios de Terras de Bouro e de Vieira do Minho, da Comissão Municipal de Turismo de Braga, da Escola dos Fuzileiros Navais do Ministério da Marinha, da Companhia Portuguesa de Electricidade, da Sacor e da Cidla.

Fizeram parte da Comissão de Honra as seguintes individualidades: Secretário de Estado da Informação e Turismo, Governador Civil de Braga, Director-Geral do Turismo, Director-Geral da Cultura Popular e Espectáculos, Director-Geral dos Desportos, Director-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa de Electricidade, Presidente do Conselho de Administração da Radiotelevisão Portuguesa, Presidente dos Conselhos de Administração da Sacor e Cidla, Presidentes dos Municípios de Braga, Terras de Bouro e Vieira do Minho, Presidente da Comissão Municipal de Turismo de Braga e Presidente da Federação Portuguesa de Motonáutica.

O «I Torneio das Barragens em Motonáutica», que se efectivou em 1970, principiou em 15 de Fevereiro, com o «Grande Prémio das Amendoeiras em Flor», na Barragem do Arade (Silves), em 5 de Abril, com o «Grande Prémio da Páscoa», na Barragem do Cala (Elvas, Campo Maior), em 12 de Julho, com o «Grande Prémio de Trás-os-Montes», na

Barragem do Alto Rabagão — Hidro Eléctrica do Cávado — (Vila Real, Chaves e Montalegre) e por último na da Caniçada.

A prova da Caniçada que foi muito bem disputada, por vezes com copiosa chuva e frio que se faziam sentir, num percurso de 1000 m. e num conjunto de 3 mãos de 30 minutos cada uma, teve o seguinte desfecho: Categoria Sport e Corrida — **Índice:** 1.º Manuel Alves Barbosa, 2.º — Aurélio Castelo Branco; **A Distância:** 1.º — Nobre da Veiga, 2.º — Nunes dos Santos, 3.º — Neves da Silva; no **Índice de Turismo** venceu Fernando Nunes dos Santos. Depois de concluídas as provas realizou-se no Bom Jesus do Monte (Braga) a distribuição de prémios, dos quais faziam parte as taças: **Governador Civil de Braga**, entregue a Manuel Alves Barbosa; **Direcção-Geral da Cultura Popular**, a Manuel João Raposo; **Direcção-Geral do Turismo** a Mário Gonzaga Ribeiro, e **Sonap** para Neves dos Santos.

Esperamos que estas iniciativas se multipliquem não só, em boa causa da propaganda desportiva, mas também como um fomentador turístico de uma zona das mais válidas e encantadoras no nosso País.

O feitiço retraído do serrano não o impele muito para o cultivo do canto, da música ou da dança, como em contrapartida se dá, exuberantemente, no povo ribeirinho. Estas suas manifestações produzem-se nas alegres romarias nas quais todos participam, e aí, sim, emprestam um colorido à festa dando largas aos seus íntimos sentimentos. Ou, então, na sua participação nos diversos trabalhos agrícolas, nas ceifas, nas esfolhadas, nas espadeladas, nas malhadas, nas segadas, nas vindimas, ou ainda quando há casamentos, baptizados, e em festividades religiosas.

No geral quem canta é a mocidade. Parece mal à mulher casada ou à viúva cantarem.

A sua música de sentido coreográfico é melodiosa e agradável ao ouvido. Intervem nela diversos instrumentos, a viola chula, o cavaquinho, a concertina, o bombo, o reque-reque, a flauta e os ferrinhos. A flauta que era feita pelo pastor está a cair em desuso. «É um instrumento rústico, feito de cana, com um bocal talhado numa das pontas, em que metem um tacho de madeira, para estrangular a entrada do ar. Na parte superior tem um furo junto do bocal e mais longe seis furos equidistantes. Da parte de baixo leva um outro furo. Nesta flauta, alguns pastores tocam umas músicas simples, e pouco melodiosas. Infelizmente, até os tocadores de flauta vão desaparecendo, e hoje poucos pastores se lembram ainda de levar para a serra, a que foi companheira

das horas de solidão dos seus antepassados.»<sup>3</sup>. Mantém-se ainda uma banda de música na freguesia de Carvalheira.

Tanto a música como o canto notam-se, em ambos, certa influência dos típicos sons galegos, como afinal também essa influência se estende à própria dança<sup>4</sup>.

Quanto às danças são comuns às de outras localidades minhotas, **cana-verde, malhão e chulas**. No **vira**, há uma variante, pelo que este **vira** leva o nome do Gerês. Assim o descreve o Prof. Jorge Dias, na obra já citada, a págs. 175, «Os pares colocam-se todos em bicha, uns atrás dos outros, ficando à esquerda a fila dos homens, que dão a direita às mulheres. Depois segundo o ritmo da música, os pés fazem movimentos habituais desta dança, virando-se os homens e as mulheres uns para os outros, outras vezes ficando todos virados para a fila, deslocando-se toda a coluna para cima e para baixo, de tempos a tempos, conforme as voltas da música. Se bem que seja uma dança bonita, quando bem dançada, não tem o brilho do vira solto e individual, que representa quase que um diálogo coreográfico entre o homem e a mulher; por vezes, uma espécie de luta amorosa, em que o homem procura conquistar o seu par, excedendo-se em elegância e beleza, defendendo-se esta com desdém, apoiado numa não menor leveza de movimentos.»

Além do Prof. Gonçalo Sampaio, com a sua obra «Cancioneiro Minhoto» (Porto, 1940) de Virgílio Pereira, com «Corais Gerezianos», (Porto, 1957) e do Prof. Jorge Dias, poucos mais têm estudado o Cancioneiro Serrano da Montanha Geresiana. E é pena que isso suceda.

Queremos ainda assinalar o Maestro Raúl Campos (1885-1947)<sup>5</sup> que durante muitos anos dirigiu uma orquestra na época balnear do Gerês, e foi ele que compôs o hino geresiano, com letra do Dr. Acácio Tavares<sup>6</sup>.

---

(3) Prof. Jorge Dias, «Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Comunitária», pág. 176, (Porto, 1948).

(4) Dr. Pedro Homem de Melo, «A Poesia na Dança e nos Cantares do Povo Português», (Porto, 1941).

(5) Por diversas vezes no jornal «Diário do Minho» citámos Raul Campos, que conhecemos e estimámos, durante as estadas que fizemos nas termas do Gerês, e depois, na capital, onde ambos residíamos, desta vez em entrevista, publicada em 14-XI-1940, com o título: «Carta de Lisboa - Dois minutos de conversa sobre música popular com Raúl Campos».

(6) Naquele mesmo jornal, citado acima, em «Crónia Ligeira do Gerez», publicada em 6-VIII-1938, referia-me, então, ao hino do Gerês deste modo: «Pois é verdade. O Gerez vai ter um hino. É autor da



Por nos parecer curioso e na impossibilidade de incluir a respectiva pauta musical, documento este que é guardado religiosamente pela Junta do Turismo do Gerês, apenas transcrevemos os versos:

**Estrilho:**

«Ó! Gerez — terra bendita  
Desta Pátria de cantigas —  
Tens a grandeza infinita  
Das serras em que te abrigas.

Ó! Gerez — tão pequenino  
Mas no Mundo sem rival —  
És um milagre divino  
— Milagre de Portugal!

**Trovas:**

I — Farol de esp'rança e de amor  
A brilhar na serra  
Tens mudado muita dor  
No calor duma alegria.  
E d'Alma aberta e florida  
A luz dos teus horizontes,  
Guardas a fonte da Vida  
Na água das tuas fontes...

II — Formosa terra de encanto,  
Onde a serra é sem igual,  
És o mais lindo recanto  
Do jardim de Portugal.  
E foi p'ra maior louvor  
Do bom nome português,  
Que Deus criou, com amor,  
O primor dêste Gerez!»

---

letra um médico que é ao mesmo tempo um artista — o Dr. Acácio Tavares.

O hino do Gerez! Um hino que será uma apoteose e, ao mesmo tempo, um canto às suas raras belezas naturais.»

## CULTO PELOS MORTOS

Na simplicidade do viver serrano, da sua fé acrisolada nos mistérios divinos, todo este Povo mantém ainda hoje, hábitos ancestrais, bem acessos, de muito respeito por aqueles que partem desta efémera estada na terra.

Todas as freguesias têm os seus campos santos, no geral, formando uma unidade com o corpo da Igreja, à excepção do da sede do Concelho e o de Moimenta, que dela se encontram separados.

É hábito antes da saída do funeral fazerem arder o colchão que serviu em vida de quem morreu, julgando com isso, que a sua alma entra, assim, melhor, no céu. Os acompanhantes muitas vezes em vez de darem dinheiro para missas dão colacções de pão de trigo ou milho e queijo.

Quando antigamente alguém morria não cessava de tocar o sino da Igreja, só parando quando o corpo descia à campa.

Na freguesia do Monte era costume incluírem no caixão uma pequena bilha com água, pão de milho embebido em vinho e uma moeda de cinco réis.

Como se tinha que ultrapassar o rio, chamado Jordão, alguém escreveu assim este verso:

«Aí vai,  
Vinho e pão  
E cinco réis  
P'ra passar's  
O rio Jordão»<sup>7</sup>

Em Valdosende era escolhida a **mulher que tinha errado** que levava a oferta paroquial. Mas, em virtude da medida ser purificadora para um mal originava assim piores males, que se tornavam escandalosos. Porém, noutras localidades, recaiam nas mulheres solteiras com filhos, tudo sempre se fazia no intuito, de promover a emenda de quedas, muitas vezes, tão fortuitas.

O Dr. Reinaldo Marques do Couto, Abade de São Pedro do Souto e Visitador da 3.<sup>a</sup> parte de Nóbrega e Neiva (1738) escreveu a respeito dos mortórios o seguinte: «Achey nesta freguesia (S. João de Rio Caldo) hum abuso nos freguezes quando succede falecer algum, fazer-lhe **rezadas**

---

(7) António Tomás Pires, in «Revista Lusitana», Vol. X, pág. 327, (Lisboa, 1908).

naquelle anno, juntando-se para isso o povo, e rezadores certos, e determinados e que acabando de rezar algũ padre nosso costumão beber e comer fazendo alvoroços e alaridos, o que na verdade hé indigno de observancia pela presunção de supersticiosos: e pelas desordens, que se podem seguir de semelhantes comidas e bebidas: mayormente por ineficaz o fructo daquelle dispendio para as almas, dos que falecem, he avendo como há sacrificios de um valor certo e indubitavel e infinito; portanto lembro ao Rd.º Parocho exorte a seus freguezes convertão aquelle gasto em missas ou no que cada hum piamente se inclinar, e não deyxе mais observar aquelle abuso: e se de todo se não desterrar dará parte na futura visita para se occorrer com o meo conveniente.

Lea e publique na forma do estyllo.»

Estas **rezadas** eram effectuadas no primeiro Domingo a seguir ao dia do enterramento, em voz alta. A familia dolorosa, findo o acto, recebia quantias em géneros alimentícios ou correspondentes em dinheiro.

Em Vilarinho era hábito antes do morto sair de casa uma mulher transportava a **obrada** (oferta), à cabeça. Esta oferta que era entregue ao abade, constava de meia rasa de milho e meo quilo de toucinho. Era esta mesma mulher que ia à frente do enterro, muito séria, sem mirar para trás, silenciosa, porque se não procedesse assim, poderia perturbar a alma do defunto. Também era costume corrente de quando falecia alguém acorria a sua casa um representante de cada familia para velar o morto durante toda a noite, rezando trinta Padre-Nossos, Avé-Marias e Glórias. Por sua vez a familia dorida ofertava-lhes bolo e no dia do saimento dáva-lhes pão, uma posta de bacalhau e vinho. Aqueles que **botam missa** pela alma do defunto recebem da sua familia uma posta de bacalhau e broa de trigo. Durante anos permanece o luto, com ausência de festas e, até, de cantar<sup>8</sup>.

Muito mais poderíamos escrever sobre este tema de costumes, os quais se vão perdendo desta boa gente serrana. Mas, apesar de tudo há neles ainda um profundo respeito pela alma de quem parte.

## **A LENDA, UMA IRREALIDADE NUM FUNDO DE VERDADE**

É explicável a lenda no povo serrano. Apesar de toda a pureza de se dar de corpo inteiro, religiosamente, como nos tempos de antanho,

---

(<sup>8</sup>) Prof. Jorge Dias, «Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Comunitária», págs. 142 a 144, (Porto, 1948).

ele, meio poético, meio pagão, acredita na lenda talvez como um propósito do seu isolamento a que a Natureza o votou, Depois, a Montanha, que se sobrepõe a tudo, como uma vontade natural — sonha-se acordado com a sua majestade — riscada pelos enormes penedos, escondidos, em que as pedras transmitem-nos o seu diálogo constante, onde as feras se acoitam, espreitando as presas que lhes possam momentaneamente surgir, o perpassar dos cavaleiros fidalgos em busca das fadas dos seus encantos; as donzelas, vaporosas, pés alados, lindas, como os amores, contrariadas nas suas legítimas ansiedades do eleito do seu coração; tantos e tantos motivos para se tecerem à sua volta as lendas que aos serões são contadas e transmitidas dos avós, dos pais aos netos e, aos filhos.

Essa tradição não morrerá no serrano e, hoje, como ontem, ela parece ganhar mais foros de continuidade, mais voo de fértil imaginação. Foi o que escutámos quando cibandamos por Terras de Bouro quando a água caía em catadupas e a neve sorria branca e límpida, como fim-de-acto apoteótico. A Montanha afigurava-se-nos tenebrosa, horrível...

De algumas lendas que precisamente escutamos àquela simples gente, formando circulo à lareira, espevitada, nós passamos ao papel, no intuito de, assim, traçarmos um pouco o perfil do terrasboureense.

#### **PENEDO DA «FREIRA», NO MORRO DO ZANGANHO**

A volta desta romântica história conta-se que uma freira fugira do convento na cidade do Porto para a serra geresiana, ao encontro do eleito do seu coração — um cavaleiro castelhano. E esse encontro ter-se-la dado no sítio denominado «Morro do Zanganho» — hoje muito visitado por turistas — e daí teriam partido para Roma a impetrar de Sua Santidade a autorização do seu enlace. Diz-se que desta união nasceram filhos e que o Papa que era Ganganelli os teria protegido.

A este propósito fala a «Crónica de Cister», de Frei Bernardo de Brito, publicada em 1602, e, depois Cordeiro de Sousa, em 1925, por ocasião da comemoração do nascimento de Camilo, pois este grande romancista alude ao facto passado no Porto, sem contudo revelar os nomes dos dois protagonistas ?

Há um soneto que vem inserto no livro de Albano Belino «Inscrições e Letreiros da Cidade de Braga e algumas Freguesias Rurales» (Porto, 1895), que reza assim:

---

(?) Padre Soeiro Mendes, «A Ver Terras», (Póvoa de Varzim, 1904).

«Passageiro! êste chão que vês diante,  
Na encosta dêste monte desabrido,  
Dum castelhano foi que, perseguido,  
Aqui se recolheu co'a terna amante.

Quebrando por êle a fé constante,  
Que havia ao espôso eterno prometido,  
Trocou por ermo agreste e desprovido  
Sua cela mimosa e abundante.

A era em que isto foi vai inda perto;  
Mas da choça que aos dois prestou abrigo  
Nem sequer um calhau se aponta ao certo.

Tudo o tempo varreu, levou consigo,  
E só tradição no livro incerto  
Se encontra o caso que eu aqui te digo.»

Além deste soneto temos conhecimento de outro, feito por uma aquista geresiana Zulmira Falcarreira, publicado no jornal de Lisboa, o «Diário de Notícias», de Agosto de 1913.

#### FLOR DE LARANJEIRA

Era hábito de um povo destas paragens quando o Senhor regressava das lutas triunfais, travadas contra os infiéis, irem-no esperar as noivas para lhes dar a boa nova da escolha dos seus noivos que haviam feito na sua ausência.

Após este episódio adiantou-se um jôvem cavaleiro anunciando-lhe que ele também fizera a sua escolha, em Adozinda, que era nem mais, nem menos, do que a própria filha do Senhor. E acrescentou que ela também o tinha escolhido para seu noivo.

O Senhor, apesar de ver no cavaleiro, nobreza e mérito guerreiro, não ficou, porém, satisfeito, e disfarçando a contrariedade, simulou condescender, logo sentenciando esta habilidade: «simplesmente os enlaces projectados deviam realizar-se sômente quando a «árvore de frutos de ouro» que trouxera agora de terras inimigas, desse tantas flores, que com elas as noivas se pudessem enfeitar condignamente.»

Todos os presentes logo compreenderam que nunca os enlaces poderiam efectivizar-se, marejando-se, então, os olhos de lágrimas das donzelas e dos noivos, que atentamente o escutavam.

Procedeu-se à plantação de uma pequenina laranjeira de folhas já secas pelo tempo em que foi apanhada. Adozinda feriu o primeiro golpe na terra. As suas lágrimas e, depois, as de outras noivas que se juntaram orvalharam com os seus prantos, por completo, a terra e a raquítica árvore.

Nas seguintes noites Adozinda e seu noivo visitaram o local e, tristemente, verificavam que pouco ou quase nada a haste tinha melhorado. Porém, outras donzelas e noivos, continuamente, regavam com os seus prantos a laranjeira. Entretanto poucos dias volvidos ficaram admirados com o desenvolvimento da pequena laranjeira: ela tinha crescido, ganhou flores mimosas e com elas até perfumavam o ar que se respirava. Deste modo bem depressa se deu o milagre: Adozinda e as outras donzelas, totalmente cobertas por flores daquela laranjeira enlaçadas pelos seus noivos, sob as bênçãos do pai de Adozinda. Desde, então, a flor da laranjeira passou a ser a insígnia do noivado.

### Santa Eufémia

Chamava-se Eumélia e foi uma das nove irmãs<sup>10</sup> gémeas, virgens e mártires, natural do termo de Braga. Era filha de Lúcio Catílio, Governador da Lusitânia e Galiza, e de sua mulher, Cálcia.

Quando Cálcia tivera as nove gémeas, Lúcio encontrava-se em Saragoça. Impressionada com este parto, temendo que o marido a julgasse mal, Cálcia ordenou a Cita, uma criada, que deitasse as recém-nascidas ao rio. Porém, Cita não procedeu assim, e antes as entregou ao Arcebispo para que ele as fizesse cristãs. Lúcio, soube-o quando regressou de Saragoça, e logo mandou chamar as crianças e inquiriu delas a sua filiação e as suas crenças religiosas que professavam. Intelrado de tudo e confessada a falta de sua mulher, foram elas recolhidas num quarto do palácio de Lúcio, a fim de no dia seguinte, chamadas à sua presença, optassem pela religião católica ou pelas divindades pagãs. Foi nesse cruciante momento que apareceu às nove meninas, um anjo, que lhes

---

(10) As nove gémeas eram: Liberata, Quitéria, Martinha, Eufémia, Genebra, Germana, Basilisa, Vitória e Marciana.

Referem-se à sua vida: «Cuidados da Morte e Descuidos da Vida», de Boaventura Maciel Aranha (1751), «Santa Quitéria e as suas Oito Irmãs Gémeas», in «Novidades» Sup.º «Letras e Artes» de Nov.º e Abril, 1951, Mons. Miguel de Oliveira; «Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis», Prof. Mário Gonçalves Viana e Américo Lopes de Oliveira, (1967); «Publicación Ecclesiastica de España», Tomo I, Parte II, Frei Gregório Arguez (1668).

disse do perigo em que se encontravam. Eufêmia fugiu e encaminhou-se imediatamente para a cidade de Onobriga, na vertente galega da Portela do Homem permanecendo no local onde hoje é Vila Meã. Por ali se ficou vivendo de esmolas dos pastores, até que nas perseguições feitas aos cristãos em Onobriga, Eufêmia dirigiu-se para lá, para compartilhar da sorte daqueles.

Foi presa e como depois de violento interrogatório ela se mantivesse com propósito de não abandonar a sua Fé, no Catolicismo, levaram-na a um alto da montanha e lançaram-na impiedosamente. Quando o seu corpo se ia esmigalhar contra um maciço granítico, os rochedos, condidos se amolgaram abrindo uma concavidade em que ela coubesse. Os seus algozes enfurecidos com o que acontecera, deceparam-lhe a cabeça num golpe de espada, e enterraram-na. Em 1090 piedosos viandantes encontraram o cadáver de Eufêmia já mumificado e fizeram-no transladar para uma ermida local e dali para a catedral de Orense, onde se encontram as suas relíquias. Ao mesmo tempo a rocha onde Eufêmia caíra começou a brotar dela uma puríssima água, a famosa água que corre mundo e tem sanado e continua a fazê-lo aos males do fígado. Por isso em sua intenção foi erecta uma capela nas Termas, designada como padroeira do Gerês e a Santa de grande devoção dos hepáticos. Podemos ler na peanha da Imagem o seguinte: «Santa Eufêmia-Mandada encarnar pela Comissão dos festejos ao Santo António de 1888, presidida pela Exma. Senhora Viscondessa de Barreiros-Braga, 25-IV-1891 custo 20 000.»

## PAÇO DA MOURA

Conta-se como originária, de Brufe, esta poética lenda de mouras encantadas. Diz-se que só é revelada na madrugada de São João. Ela aparece nesse momento e, diz-se, que ela habita o «Paço da Moura» onde está a catadupa.

Há muita gente que afirma tê-la visto, mas até agora não houve ninguém que se atrevesse a resgatar aquela moura do seu palácio encantado, tão encantado como o sonho que se esvai quando nós acordamos ...

## O LOBISOMEM

Esta história parece ter sido passada em Vilarinho da Furna que passamos a transcrever:

«A casa do pastor Cancela, vinha, às vezes, um lobisomem em forma de reixelo (bode), que perturbava a sua tranquilidade, pondo os animais em sobressaltos e causando prejuízos.

O Cancela, que era homem decidido e pouco para medos, escondeu-se, uma noite, entre o centeio, com um **cuitelo** (cutelo), e esperou até o reixelo chegar. Quando este veio, e passou aos saltos perto dele, atirou-lhe o cutelo com tal força, que o chão no dia seguinte estava tinto de sangue; mas nem vestígios do reixelo nem do cutelo. O Cancela procurou e matutou no caso, durante muito tempo, mas por fim desistiu e esqueceu-se do sucedido.

Passados tempos, o Cancela foi comprar reses por outras terras e, na casa de um negociante de gado, viu um cutelo igual ao seu, o que o espantou bastante, pelo que perguntou ao homem, onde é que ele tinha adquirido aquele cutelo. Mas o homem não lhe respondeu, e convidou-o a comer com ele, indo-se ambos deitar em seguida.

No dia seguinte pela manhã, o homem foi buscar a res (cabras) que o Cancela queria comprar, e não quis dinheiro pelos animais, dizendo que lhos dava em paga dele lhe ter quebrado o encanto, pois já não voltava a transformar-se em reixelo depois do Cancela o ter ferido».

## AS BRUXAS

Também esta história trás a procedência de Vilarinho que se conta do seguinte modo:

«Um vaqueiro, chamado Manuel Guedes, ia certa tarde pelo caminho das Ladeiras, quando veio uma mulher montada num burro ao contrário; com a cara virada para o rabo e com muitas galinhas à volta dela.

Quando o Guedes se aproximou o grupo transformou-se em duas lindas mulheres, muito bem vestidas, que começaram a dançar à volta dele, e o queriam levar.

O Guedes aflito benzeu-se, e tudo desapareceu como por encanto.»

## CRENDICES POPULARES

Além de termos que os serranos se servem, alguns deles, depois, foram recolhidos pelo dicionarista Dr. Cândido de Figueiredo e também pelo regente e escritor Guilherme Felgueiras, há igualmente uma série curiosa de **crendices** e **ditados** que mantêm vivos no seu espírito.



Assim, pela noite do Natal, ao bater a meia noite, costumam ir às portas com uma acha a arder. E conforme o vento lhe dá logo diagnosticam o preságio do tempo que há-de fazer, se é do lado norte, o ano vai frio, e nesse caso eles dizem que «nem mata, nem cria»; se é da banda do nascente, é de «chuva de repente»; se é do lado do poente, apresentar-se-á, «invernoso», chuva fria.

Igualmente àquela mesma hora costumam ir às cortes do gado para verem a posição tomada pelos bovinos e segundo a cabeça do animal estiver voltada para os pontos cardiais assim acontecerá o que vier a dar-se.

Se na lua de Janeiro dá trovões «quem ficará governado para o resto do ano será o lado de onde da primeira vez rugir o trovão, ficando prejudicada a indicação das tēmporas, se não houver concordância com ela.»

Por acharmos curioso transladamos para aqui alguns ditados que os serranos continuam a usar:

- «Ano de nevão, ano de pão»;
- «Janeiro, gleiro, não deve molhar o rabo ao gato»;
- «Fevereiro, febras de neve e não de messe»;
- «Vai-te Fevereiroinho curto, que me deixaste os meus bezerros todos oito...»;
- «Lá virá o meu irmão Março, que dos oito fará quatro e ainda meu primo Abril, que levará os couros a curtir»;
- «Março-pelarço» (não se devem largar os abafos, nem tão pouco tosquiar animais);
- «Março-onde quero que eu pasto (o gado)»;
- «Abril, abre a porta e deixa-me ir» (referindo-se ao gado que indo para a serra já tem pasto em abundância);
- «Maio-louro, coberto de ouro. Há-de beber o boi no rego da (lavoura)»;
- «Ruim é o Maio, que não rompe uma crossa»;
- «Junho amoroso faz o ano formoso»;
- «Em Agosto queimam-se os montes»;
- «Em Setembro secam as fontes»;
- «Em Outubro secam fontes e tudo»;
- «Em Outubro colhe tudo, verde ou maduro»;
- «Quando o Cabril tem touca, temos chuva muita ou pouca»;

- «Névoa na Curvaceira, chuva na eira»;
- «Nevoeiro na serra, chuva na terra»;
- «Os feijões para darem bem devem ser semlados na primeira sexta-feira de Março»;
- «Só são bons, ou são melhores para botar, ou deitar, os ovos da postura depois da Páscoa, porque já são carnaís»;
- «SSS (Sol, sereno e salas) proibição para quem beba as águas medicinais do Gerês.

**Bibliografia:** A. Rocha Peixoto, «Formas da Vida Comunalista em Portugal», (Lisboa, 1908) e António Sousa e Silva, «Notas Etnográficas-Folclore», (Braga, 1948).

### ALGUNS VALORES DE TERRASBOURENSES

Gostaríamos de dar uma completa lista de nomes dos terrasboureenses que mais se salientaram no panorama da vida nacional. Alguns destes nomes que figuram aqui foram obtidos ou através de publicações ou por intermédio dos próprios naturais, aquando da minha permanência na sede do Concelho. Certamente que entre a gente de algo que noutros remotos tempos constituíram solares nestas paragens hajam nomes que muito ilustraram a nossa Pátria. Muitos dos seus donatários formaram família, e dessa prole teria havido nomes que muito se revelaram, depois, em feitos de vária ordem. Mas tudo se encontra vagamente na penumbra dos Arquivos e no esquecimento das mentes, sem uma ideia precisa, concreta. Por isso, registamos apenas o que pudemos, dificilmente, obter.

Dentro desta breve lista salientaremos:

Padre Manuel Martins Capela (1842-1925), professor e arqueólogo eminente, natural da freguesia da Carvalheira, citado muitas vezes nesta Monografia, autor de notáveis trabalhos de arqueologia e epigrafia, dos quais um dos mais importantes é o seu «Millários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal» (Porto, 1895) e «Oportunidade da Filosofia Tomista em Portugal», (1892). Despojou-se, em vida, do que tinha para dar aos pobres e consagrou-se, na sua terra natal, a obras pias. O Cônego António Luís Vaz dedicou-lhe um livro intitulado «Mestre e Precursor» (Braga, 1942); Dr. Paulo Marcelino Dias de Freitas, Deputado da Nação; Conselheiro Dr. Antas de Barros, Desembargador no Porto; Prof. Emídio José Ribeiro, (1910 —), natural do Gerês,

exercendo o magistério na Faculdade de Medicina do Porto; Dr. Manuel José Antas de Barros; Prof. Manuel Augusto Esteves de Aguiar, professor de russo na Universidade de Coimbra; Mons. Paulo António Antunes; Dr. José Vicente Taveira Catalão, natural de Covide; Padre Luís F. Lima Esteves, director do jornal «A Voz Portuguesa», que se publica em Ontário, no Canadá; Padre Dinis Xavier Machado (— 1948); Padre Manuel Abreu Araújo Malheiro; Adelino Alves Cracel, (1904—), natural de Chorense, industrial de relojoaria no Rio de Janeiro; Comendador Manuel José de Carvalho, natural da Carvalheira; Dr. Artur Adriano Arantes; Dr. Francisco Xavier de Araújo; Adelino da Conceição Dias; Dr. Alvaro Esteves Pereira, médico no Hospital S. João do Porto; Padre José Joaquim e Cónego Dr. António José Pires Dias de Freitas (— 1934), irmãos, ambos da Casa do Passadiço (Covide), o último foi capitular da Sé, Desembargador da Relação Eclesiástica, Promotor de Justiça, Oficial da Cúria e Governador da Arquidiocese de Braga na ausência do Prelado; Padre Domingos José da Costa Araújo (1871-1957) da Casa do Vale, foi além de professor do liceu de Vila Real, de diversos colégios particulares nesta cidade transmontana e ainda em Ermezinde, Guimarães, etc., colaborou na organização dos estudos «Dispersos de Martins Sarmento», na «Revista de Guimarães», «Notícias de Guimarães» e «Diário do Minho»; Padre Domingos de Sousa, S. J. (1555-1603?), missionário do Padroado Português do Oriente tendo morrido na Índia, além de professor de Gramática escreveu na língua «bengali» um **Catecismo** e um **Tratado da Doutrina Cristã**; Dr. Joaquim António Correia (Séc. XIX), natural de S. Paio da Carvalheira tendo iniciado os seus estudos de Cirurgia na extinta Escola do Hospital de São Marcos, de Braga, fundada pelo Arcebispo D. Frei Caetano Brandão, escreveu um novo **Tratado de Higiene** (Braga, 1857), famoso pelas suas felizes intervenções cirúrgicas; Dr. João Gil Baptista Antas de Barros, médico em Cerveira; Eng.º Agron.º António José Antas de Barros, em Vila Pery, em Moçambique; Dra. Luizecote Antas de Barros, professora do ensino secundário; Dra. Maria José Creissac de Freitas, directora da Escola Preparatória de Montalegre; Dr. José António Araújo, advogado e professor do ensino secundário em Braga; Dr. José Tomé Gonçalves Dantas; Dr. Manuel Tomé Dantas, sociólogo; Drs. Amadeu da Costa Aguiar e José Leite Machado, conselheiros do SNE; Dr. Armando Rocha Marques, do Ministério Público; Dr. Artur Marques; Dr. João Antunes Lopes, professor do ensino liceal; Dr. Adolfo Lopes Mendes; Dr. Manuel Antunes Lomba, director regional do SNE, em Vila Real; Dr. António de Oliveira Antunes, conselheiro do SNE; Frei Bernardo e Bento Domingues, sociólogos; Dr. João de Jesus Antunes da Silva, professor liceal;

Dr. Severino Araújo Xavier; Dr. Manuel Fernandes Lopes; Dr. José Fernandes Lopes; Dr. José Lopes Gonçalves; o casal Eng.º de Minas Vitor Manuel Cardoso Gonzalez e Dra. Maria Antonina Carmo Machado da Silva Gonzalez, ambos do Gerês; Eng.º Electrotécnico Manuel Baltazar do Carmo e Silva, agora a especializar-se na Suécia; Dra. Maria Luísa Maia da Costa (1936—), natural do Gerês, professora de Germânicas no liceu de Quelimane (Moçambique); Augusto Pereira de Almeida Maia, condecorado por feitos praticados no Ultramar quando pertencia às forças Aéreas da base de Negage; Luís Maia, funcionário superior da Companhia da Zambézia, morto pelos indígenas e enterrado nas imediações de Tete (Moçambique) entre 1910 e 1911; Elídio Guimarães, proprietário da «Estalagem», em Castelo de Vide; Arnaldo Guedes, industrial de hotelaria na Costa da Caparica (Almada); Antonino Pires Lages, proprietário da «Litografia do Minho», em Braga; José António Martins Capela, avô paterno do Padre Manuel Martins Capela, citado acima, alferes da companhia que a freguesia de Covide dava ao regimento de Milícias da Barca; José Maria Barroso, farmacêutico; Padre José António da Silva Cosme, Capitão-capelão das Forças Armadas tendo estado em Angola e Moçambique nas lutas contra o terrorismo naquelas nossas duas províncias ultramarinas e Dr. Fernando da Silva Cosme, ambos naturais de Chamoim; Gabriel de Almeida Maia, (1892-1965), natural do Gerês, jornalista, tendo pertencido ao quadro redactorial de «O Primeiro de Janeiro», onde foi subchefe da Redacção. Anteriormente chefiou a Redacção do diário bracarense «Ecos do Minho» e pertenceu, também, à Redacção do «Jornal Notícias», do Porto; Visconde de São Domingos, Domingos José Dias, natural de Chorense, da Casa de Penela, residente no Pará; Francisco Estêvão de Almeida Maia (fundador dos hotéis «Luso-Brasileiro» e «Maia», o primeiro, em 1879, o segundo, em 1883); Júlio de Almeida Maia (1882-1922); Augusto Sérgio de Almeida Maia, continuador de uma dinastia hoteleira e autor de diversos trabalhos acerca da sua terra natal (Gerês); Baltazar Domingues da Silva e seus filhos, António (1912-1971) e Ernesto (dedicados à hotelaria geresiana); Alvaro José Ribeiro, que desempenhou durante largos anos serviços de responsabilidade na Empresa das Águas do Gerês e que dirigiu com sua esposa, D. Deolinda Ribeiro, a «Pensão Gereziana»; António Joaquim Ribeiro, Virgílio Ribeiro e outros membros desta família que tanto trabalharam pelo engrandecimento hoteleiro geresiano; João Ribeiro, grande batalhador que ergueu pelo seu trabalho o prestígio que hoje aufere dotando com a sua quota-parte a hotelaria geresiana; Adelino Conde Dias, José Araújo, além de outros esforçados trabalhadores, muitos deles ignorados,

e que ou no Gerês ou fora dele mantêm ramos da actividade hoteleira, pastelaria e outros afins.

Também não queremos deixar de assinalar os muitos terrasboureenses que no Ultramar, incorporados nas nossas briosas Forças Armadas, muito se têm distinguido na luta contra o terrorismo, cobrindo-se, muitos deles, de glória.

Neles preside a mesma chama inflamada da Pátria como a dos seus longínquos antepassados, quando tinham à sua guarda a intransigente defesa da Portela — o calcanhar de Aquiles português.

Quantas vezes nessas lutas de vida ou de morte não se teriam redimido em campo aberto, peito descoberto, o destino, o malfadado destino da Nação, numa luta integral, gigantesca, de os serranos se darem, inteiramente, de corpo e de alma, poupando desta maneira, o próprio coração do Reino.

Pois este sublime gesto ainda não foi recordado e perpetuado por nós. Falta levantar, numa réplica mais modesta daquele outro que se ergue em pleno Guadarrana, em Castela, o **Vale dos Caídos**, o **Monumento ao Serrano**, no meio-ambiente em que foi nado e criado, entre aquelas agrestes agulhas de brindar os céus e mais os seus ciclópicos penedos, arrepiantes, que nos espreitam quando passamos por eles, irmãos na formação dos seus caracteres de heróis. Seria esta a melhor lição a oferecer a nacionais e a estrangeiros da temperança de um Povo que se deseja firmar mais e mais na terra, senhor de uma independência e de uma Mensagem de certeza, tal e qual como o afirma o cantor da Pátria nos seus sublimes versos, «Dada ao Mundo por Deos que todo o mande/ /Para do Mundo a Deos dar parte grande ...»

Apenas mais uma palavra final que endereçamos a todos aqueles que não sendo terrasboureenses têm contribuído, eficazmente, para o seu engrandecimento. Através destas páginas foram assinalados alguns nomes que julgamos não dever repetir agora. Talvez esquecemos de alguns, omissão feita pelo seu inteiro desconhecimento, para aos quais rogamos o nosso perdão. Lembramos neste final dois nomes que nunca foram citados nesta Monografia: o súbdito alemão Emilio Biel, que fez do Gerês a sua terra adoptiva, o iniciador, ali, da luz eléctrica, quando era um luxo a electricidade, e Francisco Gomes Marques, um homem curioso de engenhosa habilidade que para entreter a ociosidade de o aquista engendrou o primeiro cinematógrafo, do tempo do mudo, gerado por uma turbina, e que além disso era ele próprio que se desdobrava em tipógrafo publicando os programas das películas, que fazia exhibir. Além destas qualidades exteriorisava outras, na fotografia (dizia que tinha sido fotógrafo de suas Altezas Reais) e na arquitectura. Também

é justo salientar a grande contribuição dada ao Gerês pelos prestimosos fotógrafos, entre-outros, de Alvão, Marques de Abreu, António Gonzalez e Santos Lima.

---

**Nota:** A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, no Vol. XII, a págs. 347, indica o 1.º Visconde do Gerês, Guilherme José de Barros, proprietário, que residiu em Cametá, no Estado do Pará. D. Luís I concedeu-lhe este título por Decreto de 23-VIII-1886. Será ele natural do Gerês? Ou estará ligado por obras ao Gerês?

ÍNDICE





GEOGRAFIA . . . . .	15
<i>Freguesias do Concelho de Terras de Bouro . . . . .</i>	19
<i>A Montanha - O «Parque Nacional da Peneda - Gerês»</i>	54
<i>A Portela do Homem</i>	
<i>Panorâmica Geresiana . . . . .</i>	64
<i>Flora Geresiana . . . . .</i>	70
<i>Fauna Geresiana, as Montarias . . . . .</i>	73
<i>A Agua - as Barragens da Caniçada e de Vilarinho . . . . .</i>	77
<i>Aguas Medicinais do Gerês . . . . .</i>	89
FACTOR HUMANO . . . . .	107
<i>Censo populacional, Autoridades locais, outras actividades . . . . .</i>	107
<i>Cristianismo de um Povo . . . . .</i>	112
<i>«Livro dos Uzos» de Rio Caldo . . . . .</i>	120
<i>«Obrigação do Reverendo Abade» . . . . .</i>	124
<i>Código de Posturas Municipais . . . . .</i>	125
<i>São Bento da Porta Aberta . . . . .</i>	126
<i>Feiras e Festividades Religiosas . . . . .</i>	132
<i>O Castelo e a Portela do Homem . . . . .</i>	133
<i>O Município de Terras de Bouro - Obras realizadas, idealizações futuras . . . . .</i>	139
<i>Serviços Florestais . . . . .</i>	150
<i>Casas do Povo . . . . .</i>	151

<i>Junta Turismo do Gerês . . . . .</i>	152
<i>Grémio da Lavoura e Caixa de Crédito Agrícola . . . . .</i>	153
<i>Imprensa - «Voz de Terras de Bouro» . . . . .</i>	153
<i>Indústria em Terras de Bouro . . . . .</i>	154

COSTUMES E TRADIÇÕES . . . . . 157

<i>Manuscrito de Vilar da Veiga . . . . .</i>	157
<i>Justiça Nova e Justiça Velha . . . . .</i>	161
<i>Antigos Contratos . . . . .</i>	162
<i>Regras de Vida de Vilarinho da Furna . . . . .</i>	163
<i>A Casa, o Alimento e o Trajo . . . . .</i>	165
<i>Desporto, Canto, Música e Dança . . . . .</i>	168
<i>Culto pelos Mortos . . . . .</i>	174
<i>A Lenda . . . . .</i>	175
<i>Penedo da Freira . . . . .</i>	176
<i>Flor de Laranjeira . . . . .</i>	177
<i>Santa Eufêmia . . . . .</i>	178
<i>Paço da Moura . . . . .</i>	179
<i>O Lobisomem . . . . .</i>	179
<i>As Bruxas . . . . .</i>	180
<i>Crençices Populares . . . . .</i>	180
<i>Valores de Terrasboureuses . . . . .</i>	182

GRAVURAS

<i>Armas, Bandeira e Selo de Terras de Bouro . . . . .</i>	13 e 14
<i>Mapa do Concelho de Terras de Bouro . . . . .</i>	15
<i>Albufeira da Caniçada . . . . .</i>	16 e 17
<i>Ponte de Vilarinho da Furna . . . . .</i>	21
<i>Paços do Concelho e a Matriz . . . . .</i>	25
<i>Avenida principal na sede do Concelho . . . . .</i>	29
<i>Panorâmica Geral do lugar de Covas . . . . .</i>	33
<i>Vilar da Veiga . . . . .</i>	37
<i>A Matriz de Choreense . . . . .</i>	41
<i>Cruzeiro do Campo . . . . .</i>	45
<i>Casa do Povo de Rio Caldo . . . . .</i>	49
<i>Capela de Nossa Senhora do Livramento . . . . .</i>	51
<i>A pastora e o seu traje . . . . .</i>	55

Porqueiros da Calcedónia . . . . .	57
Sessão Solene da inauguração do «Parque Nacional Peneda - Gerês . . . . .	59
Pormenor da albufeira da Caniçada . . . . .	60
O Chefe do Estado na inauguração do «Parque Nacional Peneda-Gerês» . . . . .	62
A Calcedónia . . . . .	64
Fraga da Peneda . . . . .	65
Angulo da montanha geresiana . . . . .	66
Estrada para a Pedra Bela . . . . .	67
Ponte Feia . . . . .	68
Estrada para a Junceda . . . . .	69
Parque de Tude de Sousa . . . . .	71
Lobos recém-nascidos . . . . .	75
Último exemplar da extinta «Cabra-do-Gerês» . . . . .	76
Túnel de restituição na Caniçada . . . . .	78
Aproveitamento hidroeléctrico da Caniçada . . . . .	79
Barragem de Vilarinho da Furna . . . . .	81
Sala de máquinas da Central da Caniçada . . . . .	82
Bairro do pessoal das barragens . . . . .	85
Local da construção da Central de Vilarinho . . . . .	87
Banco do Ramalho . . . . .	90
A avenida do Gerês . . . . .	97
Panorâmica geresiana . . . . .	103
Marcos Miliários . . . . .	117
O templo de São Bento da Porta Aberta . . . . .	127
Inauguração de um fontenário na sede do Concelho . . . . .	143
Desenhos do Mestre Luís de Campos . . . . .	147
Estrada para Leonte — a Curva da Morte . . . . .	149
Abrigo de pastores . . . . .	159
Porta de um espigueiro . . . . .	161
Espigueiro em Paredes . . . . .	163
Um traje que não morreu — a coroa . . . . .	167

COMPOSTO E IMPRESSO NA  
LIVRARIA EDITORA PAX,  
LDA., RUA DO SOUTO, 73-77  
BRAGA — PORTUGAL

«Sensibilidade, conhecimento, honra de observação e calido entusiasmo humano são notas sobressalientes de estas páginas de Lopes de Oliveira...» assim escreveu *Pillado Rivadulla*, director do matutino corunhês «La Voz de Galicia», no seu suplemento «Artes y Letras», de 23-III-1969, a propósito da publicação «Arquipélago da Madeira-Epopeia Humana».

Do livro «Ilhas de Bruma-Rotelro Açoriano», *Jerónimo de Castro*, chefe da Redacção do «Correio do Minho», de Braga, de 27-III-1968, da sua extensa recensão extraímos o seguinte passo: «É por cima a forma leve e portuguesíssima do escritor-seja o jornalista a entrevistar ou a evocar os valores mais altos açorianos, seja a «pintar» uma tourada à corda, a fimbria duma lagoa ou a peça de artesanato ilhéu.»

Também o Rev.º *Dr. Agostinho Veloso*, no número de Julho de 1969, da revista «Brotéria», ao referir-se ao aparecimento do «Arquipélago da Madeira-Epopeia Humana», mereceu dele esta passagem: «Transparece em toda a obra literária de A. Lopes de Oliveira, uma constante temática, que a torna particularmente apreciável. Cifra-se esta constante na vocação manifesta para o tratamento literário de assuntos paisagísticos, de preferência à luz da história, que humaniza e valoriza a narração descritiva da paisagem local.»

Mais distante, no tempo, colhemos outro juízo crítico, assinado por *João Colto*, hoje, a chefiar a Redacção do «Diário de Notícias», e que, então, publicou nas colunas do diário ebo-rense «A Defesa» de 15-VI-1950, a propósito do livro «Como Trabalham os Nossos Escritores»: «É um volume maneável, sem ares enciclopédicos, de autoria do conhecido jornalista A. Lopes de Oliveira, que, em pouco mais de 200 páginas, nos dá a conhecer, em estilo simples e cativante, a vida de labor intelectual dalguns dos nossos melhores escritores. Nada de semelhante havia sido publicado entre nós, pelo menos de modo tão completo e com uma soma de vozes tão autorizadas nas nossas letras. O autor é jornalista. Como tal, o seu estilo é simples, claro, sem atavios desnecessários ou pormenores fastidiosos. As perguntas são dirigidas pelo fuzil do profissional que não dão lugar a respostas ambíguas e não deixam terreno em claro.»

